



PERÍODO REPUBLICANO BRASILEIRO:

PESQUISAS, ESCRITAS E FONTES

JOÃO VITOR SAUSEN
LEANDRO MAYER
(Organizadores)



EDITORA
SCHREIBEN

João Vitor Sausen
Leandro Mayer
(Organizadores)

PERÍODO REPUBLICANO
BRASILEIRO: PESQUISAS,
ESCRITAS E FONTES


EDITORA
SCHREIBEN

2021

© Editora Schreiben - 2021
Direitos de Edição Reservados à Editora Schreiben.

Editoração: Schreiben
Capa: Cleber Noronha - CN Studio
Imagem da capa: Pexels
Revisão: Os autores

Conselho Editorial (Editora Schreiben):

Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)
Dr. Airton Spies (EPAGRI)
Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)
Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR - Uruguai)
Dr. Enio Luiz Spaniol (UIDESC)
Dr. Glen Goodman (Arizona State University)
Dr. Guido Lenz (UFRGS)
Dr. Jenerton Arlan Schütz (UNIJUI)
Dr. Leandro Hahn (UNIARP)
Dra. Marciane Kessler (UFPEL)
Dr. Wanilton Dudek (UNIUV)

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas *ad hoc*.

Editora Schreiben
Linha Cordilheira - SC-163
89896-000 Itapiranga/SC
Tel: (49) 3678 7254
editoraschreiben@gmail.com
www.editoraschreiben.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P441 Período republicano brasileiro : pesquisas, escritas e fontes. /
Organizadores : João Vitor Sausen e Leandro Mayer. –
Itapiranga : Schreiben, 2021.
200 p. ; e-book
E-book no formato ePub.
ISBN: 978-65-993519-1-4
DOI: 10.29327/529121
1. História do Brasil. 2. República brasileira. I. Título. II. Sausen,
João Vitor. III. Mayer, Leandro.

CDU 94(81)

Biblioteca responsável Kátia Rosi Possobon CRB10/1782

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
<i>Maria Medianeira Padoin</i>	
A TRANSIÇÃO DA MONARQUIA PARA A REPÚBLICA NO BRASIL E A TRAJETÓRIA DE GASPAR SILVEIRA MARTINS.....	9
<i>Monica Rossato</i>	
COLONIZAÇÃO E FRONTEIRA NA REGIÃO PLATINA DURANTE O SÉCULO XIX E PRINCÍPIOS DO SÉCULO XX.....	24
<i>Ricardo Kemmerich</i> <i>João Vitor Sausen</i>	
TRABALHADORES NEGROS EM ALEGRETE/RS NO INÍCIO DO SÉCULO XX: OS REGISTROS HOSPITALARES COMO FONTES	43
<i>Guilherme Vargas Pedroso</i>	
DIMENSÕES DO VIVER DAS CLASSES POPULARES NA NARRATIVA DE CAROLINA MARIA DE JESUS (1920 – 1937).....	55
<i>Sara Munique Noal</i>	
DE GUAPORÉ AO PORTO DE MUÇUM: DINÂMICAS COMERCIAIS E DE PARENTELA NA ANTIGA REGIÃO DE COLONIZAÇÃO ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL.....	72
<i>Marinilse Marina</i>	

AS NARRATIVAS DE SUICÍDIO EM <i>SÃO BERNARDO</i> , DE GRACILIANO RAMOS: UMA LEITURA HISTÓRICA.....	91
<i>Lucas Eduardo Gaspar</i>	
A GUERRA E AS MIGRAÇÕES FORÇADAS: PORTO NOVO, SANTA CATARINA (1942-1943).....	105
<i>João Vitor Sausen</i>	
AS REPRESENTAÇÕES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL EM SANTA MARIA: UMA ANÁLISE DO ANO DE 1942 NO JORNAL A RAZÃO	119
<i>Cyro Porto Martins</i>	
A EXPERIÊNCIA PARLAMENTARISTA BRASILEIRA (1961-1963).....	133
<i>Jorge Alberto Soares Cruz</i>	
1964: REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA OU GOLPE DE ESTADO? NARRATIVAS ACERCA DE UM MARCO HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO	150
<i>Bruno César Pereira</i> <i>Daniela Cecília Grisoski</i>	
A IGREJA REGIONAL DO SUDOESTE DO PARANÁ NA DITADURA MILITAR: UMA ANÁLISE POLÍTICA NA AÇÃO ECLESIAL DA DIOCESE DE PALMAS-FRANCISCO BELTRÃO	164
<i>Pâmela Pongan</i>	
EM OUTRO CHÃO: LUTA POR SOBREVIVÊNCIA DAS MULHERES MIGRANTES INDÍGENAS WARAO RETRATADA EM JORNAIS ONLINE.....	183
<i>Ana D'arc Martins de Azevedo</i> <i>Elziene Souza Nunes Nascimento</i>	

PREFÁCIO

O período do transcurso da República no Brasil tem demonstrado o quanto é instigante e necessário o seu estudo, especialmente à luz dos resultados de pesquisas referentes ao século XIX, pois não só nos permitem uma reflexão e compreensão das raízes de nossa cultura política como de nossa estrutura social. As discussões postas a 200 anos atrás a partir da independência do Brasil no que se refere a que estado nacional pretendia-se construir, como se daria a constituição e relação dos poderes, a representação política, a concepção de cidadão e de liberdade, marcam de certa maneira as permanências vivenciadas na República e até mesmo em sua implantação enquanto forma política de estado.

Na implantação da República no Brasil percebe-se o destaque às bandeiras de defesa da liberdade, a influência do modelo do Estado Federal dos Estados Unidos da América, as relações e experiências com as Repúblicas no continente americano, o acirramento das disputas políticas internas, entre outras. Disputas essas que levam a uma reação conservadora aos rumos que o governo monárquico de D. Pedro II estava tomando, com as leis de exclusão da escravidão, o incentivo a criação de pequenas propriedades com a política de imigração e a possibilidade de termos uma “mulher” no poder.

Nesse sentido, estudar a República é perceber, em um imenso território, o quanto as relações de poder “privadas”, com marcas específicas regionais, perpassam o tempo. O quanto o “clientelismo” se vislumbra nas relações de poder no micro como na organização estrutural de participação e representação no estado. As redes familiares, as redes sociais, as redes privadas se inter cruzam nas disputas pelo espaço público, as vezes adormecem, em outras se manifestam fortemente, e marcam a cultura política brasileira no transcorrer da República.

Com isso, o campo de estudo sobre o período republicano bra-

sileiro é muito vasto e complexo, e como afirmamos, não se restringe a partir de 1889. Novos temas ou novas percepções, novas fontes, reflexão sobre o que já foi produzido, são alguns dos capítulos apresentados neste livro. Livro que tem tanto em sua organização como na autoria de seus capítulos jovens pesquisadores(as), que percebem a importância da divulgação do conhecimento histórico resultante de pesquisas.

Nesse sentido, o livro possui doze capítulos, que demonstram nos temas apresentados a complexidade do período republicano brasileiro e o vasto campo de possibilidades e de fontes que existem para novas investigações e novos “olhares”.

No primeiro capítulo, temos a autora Monica Rossato, que em *“A transição da Monarquia para a República no Brasil e a trajetória de Gaspar Silveira Martins”*, apresenta a conflituosa mudança de regime, as diversas questões em disputa e as discussões acerca da formação do “novo regime político” e a atuação destacada de Gaspar Silveira Martins neste processo, enquanto um típico líder oriundo da região fronteira platina.

Neste contexto, Ricardo Kemmerich e João Vitor Sausen, em *Colonização e fronteira na região platina durante o século XIX e princípios do século XX*, apresentam as vinculações entre as imigrações para o Cone Sul durante o século XIX e a primeira metade do século XX, as políticas estatais vinculadas aos mesmos e propõe a noção de “região colonial platina”.

Também trabalhando com uma temática vinculada a um espaço fronteiro, que é onde encontramos a cidade de Alegrete, no Rio Grande do Sul, Guilherme Vargas Pedrosa, a partir de fontes hospitalares, desenvolve o estudo *Trabalhadores negros em Alegrete/RS no início do século XX: os registros hospitalares como fontes*. Tais registros são demonstrados enquanto importantes fontes históricas para analisar as classes populares no começo do século XX, e, em especial, os trabalhadores negros, invisibilizados pela maioria dos estudos historiográficos.

Na mesma perspectiva de dar voz a questões silenciadas, Sara

Munike Noal em *Dimensões do viver das classes populares na narrativa de Carolina Maria de Jesus (1920 – 1937)*, procura fundamentar sua pesquisa nos diários pessoais da autora negra Carolina Maria de Jesus, enquanto uma fonte histórica para analisar as classes populares do período de escrita (1920-1937), visto que refletem a trajetória pessoal da própria autora

Marinilse Marina, em *De Guaporé ao Porto de Muçum: dinâmicas comerciais e de parentela na antiga região de colonização italiana do Rio Grande do Sul*, analisa a formação de redes parentelares entre algumas famílias da colônia de Guaporé, e a ascensão social e econômica das mesmas a partir deste processo.

Lucas Eduardo Gaspar trabalhou com *As narrativas de suicídio em São Bernardo, de Graciliano Ramos: uma leitura histórica*, em que considera a obra uma fonte histórica, que propicia perceber visões correntes na sociedade, em especial com relação ao tema do suicídio, e o tempo histórico a partir da qual a obra foi escrita, no período de transição entre a década de 1920 e 1930.

João Vitor Sausen aborda dois processos migratórios decorrentes de políticas estatais de nacionalização durante este período, a partir de registros de memórias de seus participantes, no seu texto *A guerra e as migrações forçadas: Porto Novo, Santa Catarina (1942-1943)*.

No contexto da Segunda Guerra Mundial, Cyro Porto Martins, na escolha de fontes jornalísticas, apresenta em seu texto “*As representações da Segunda Guerra Mundial em Santa Maria: uma análise do ano de 1942 no jornal A Razão*”, as visões do periódico ao longo do ano de 1942 acerca do processo que conduziu a ruptura brasileira com o Eixo e a posterior declaração de guerra, além das consequências do conflito para a população de Santa Maria (Rio Grande do Sul).

Também trabalhando com a fonte jornalística de “A Razão”, Jorge Alberto Soares Cruz, apresenta *A experiência parlamentarista brasileira (1961-1963)*, em que analisa os editoriais do referido Jornal, da cidade de Santa Maria/RS sobre o sistema parlamentarista brasileiro vigente entre 1961 e 1963.

Bruno César Pereira e Daniela Cecília Grisoski no tema

1964: revolução democrática ou golpe de estado? Narrativas acerca de um marco histórico contemporâneo, apresentam um “estado da arte” das discussões e disputas recentes acerca da Ditadura Civil-Militar.

Pâmela Pongan, apresenta a seu estudo sobre *A Igreja Regional do Sudoeste do Paraná na Ditadura Militar: uma análise política na ação eclesial da Diocese de Palmas-Francisco Beltrão*, em que analisa a Diocese de Palmas durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, especialmente a atuação de Dom Agostinho José Sartori, em que podem ser percebidos os choques entre uma orientação mais social da Igreja Católica e a repressão conduzida pelo regime ditatorial.

Para finalizar, temos o capítulo as autoras Ana D’arc Martins de Azevedo e Elziene Souza Nunes Nascimento apresentam um estudo do movimento migratório contemporâneo no texto “*Em outro chão: luta por sobrevivência das mulheres migrantes indígenas Warao retratada em jornais online*”, em que visam compreender o processo migratório a luz de uma análise decolonial, os choques culturais envolvidos no processo, além de enfatizarem o papel das mulheres Warao neste contexto e suas formas de sobrevivência.

Após esta breve apresentação, convidamos todos e todas a leitura. Que estes textos possam além de contribuir com o conhecimento, também motivá-los(as) a novos estudos, reflexões e ao diálogo com os(as) nossos (as) pesquisadores(as).

Dra. Maria Medianeira Padoin - UFSM

A TRANSIÇÃO DA MONARQUIA PARA A REPÚBLICA NO BRASIL E A TRAJETÓRIA DE GASPAS SILVEIRA MARTINS¹

Dra. Monica Rossato²

Introdução

A passagem de um sistema de governo a outro em novembro de 1889 não foi isenta de conflitos e resistências por parte daqueles que, de uma hora para outra, estavam alijados do poder político que até então exerciam junto ao Imperador. A alteração da ordem estabelecida gerou resistências por parte de alguns setores que reivindicavam maiores diálogos, espaços de atuação, reformas e outros projetos de acordo com suas concepções de nação, pátria e povo.

Foi nesse contexto que, Gaspar Silveira Martins, oriundo da região fronteira platina³, exerceu sua atividade política durante o Império e, na transição para a República, foi exilado junto a outros políticos na Europa, seguindo os rastros do Imperador destronado, D. Pedro II. Sua atuação enquanto liderança de projeção nacional do Partido Liberal e por seus vínculos no Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina, levantavam suspeitas de sua conspiração e articulação fronteira em torno da restauração monárquica.

Nesse viés, tratamos de como a mudança da Monarquia para

1 Esse texto integra parte do segundo capítulo da tese: ROSSATO, Monica. **Gaspar Silveira Martins e a Revolução Federalista (1893-1895): que federalismo é esse?**. 2020. 376f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2020.

2 Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Professora de História da rede pública de ensino do município de Nova Palma. E-mail: monyrossato@gmail.com.

3 Região historicamente construída e que envolve os territórios do sul do Brasil, Uruguai e Argentina, locais de atuação e vínculos de Gaspar Silveira Martins e da Revolução Federalista (1893-1895).

a República foi articulada e explicada como um processo histórico de disputas entre projetos políticos defendidos por diferentes grupos, assim como o papel de Silveira Martins nos últimos anos do Império, na defesa em torno da manutenção da unidade nacional, a exemplo de um Estado forte e central capaz de manter as liberdades das partes constituintes frente ao despotismo representado pelos militares na política e no poder.

A mudança da monarquia para a república no Brasil e a atuação de Gaspar Silveira Martins

A proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, tem suas origens em uma série de elementos anteriores que foram provocando a crise do Império, a partir da década de 1870. Entre esses elementos, tiveram destaques nas discussões parlamentares as propostas do abolicionismo e a própria erradicação da escravidão, tema que repercutiu entre as elites em cada parte do Império. Da mesma forma, o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870) trouxe o descontentamento acentuado em relação à Monarquia, bem como favoreceu a emergência dos militares na arena política, estimulados também pelas inovações e ensino técnico das escolas militares (CARVALHO, 2012).

A impaciência apareceu antes mesmo da Guerra, nas décadas de 1850 e 1860 entre estudantes da Academia Militar, para os quais a educação superior deu subsídios para abordarem, com sensibilidade às correntes teóricas externas, os problemas brasileiros, possibilitando uma intervenção nos espaços públicos e uma proposta de construção da sociedade brasileira sob novas bases (HOLANDA, 2008). Nesse processo, diante da situação histórica de não terem uma autonomia frente ao poder civil na Monarquia, à qual estiveram submetidos os governos, houve uma aversão das Forças Armadas às instituições parlamentares em voga nos primeiros anos da República (HOLANDA, 2008). A imprensa e a criação dos Clubes Republicanos nos Estados favoreceram a expansão do Movimento Republicano e o debate em torno de reformas políticas no Brasil. Assim, militares e republicanos uniram-se na contestação ao regime monárquico, somada, ainda, à

influência do comtismo que manteve vivas apenas as lições que servissem de instrumento de ação prática (HOLANDA, 2008).

O Parlamento Nacional, em razão de uma eminente crise da Monarquia, passou então a discutir reformas imperiais na última década do Império (CARVALHO, 2012). Nas discussões, os embates políticos entre o Partido Liberal e Partido Conservador foram frequentes, os quais representaram diferentes visões e expectativas sobre o futuro da Monarquia (RIBEIRO, 2015).

Gaspar Silveira Martins, como Senador, era favorável à questão da abolição da escravatura, por sua extinção gradual em cinco anos, com a indenização dos proprietários, com a criação do Fundo de Emancipação e com a nacionalização de terras próximas a estradas de ferro e rios para os colonos imigrantes⁴. Com vistas à substituição, era necessário também o estímulo à entrada de mão de obra europeia e à criação de colônias de imigrantes europeus para o desenvolvimento econômico frente às grandes lavouras. Nesse sentido, não concordou com a ideia da servidão chinesa no Brasil, como substituição da mão de obra africana.

Da mesma forma, em 1885 Joaquim Nabuco apresentou, na Câmara dos Deputados, uma proposta de revisão constitucional para a criação da Monarquia Federativa, projeto que teve apoio dos deputados liberais, mas que não foi levado adiante⁵. A ideia era, na próxima legislatura, de os eleitores darem a seus representantes autorização para mudarem artigos da Constituição que não atendessem à monarquia federativa. Sua referência à monarquia federativa estava no projeto enviado pelo Partido Liberal ao Senado em outubro de 1831, que

4 Esses itens estavam presentes na proposta do Chefe do Gabinete Dantas, Projeto nº 48 de 04 de agosto de 1884, apresentado à Câmara dos Deputados. In: BARBOSA, Ruy. Emancipação dos escravos: parecer formulado pelo deputado Ruy Barbosa como relator das Comissões Reunidas de Orçamento e Justiça Civil. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1884. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/174431>.> Acesso: em 09 abr. 2020.

5 NABUCO, Joaquim. Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 14 set. 1885, p. 426. In: Nabuco, Joaquim, 1849-1910. **Joaquim Nabuco**. NETTO, Munhoz da Rocha; FREIRE, Gilberto (Org.). 2. Ed., ampl. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 559 p. (Série perfis parlamentares; n. 58).

deu origem ao Ato Adicional de 1834 – e que expressa a qualidade do liberalismo forte, másculo e patriótico da geração que fez o 7 de Abril⁶.

A federação aparecia como uma demanda no fim do Império, expressa como um projeto do Partido Liberal no Parlamento Nacional. Alguns anos depois, sem conseguir levar adiante essa reforma, Ouro Preto, ao assumir o Gabinete Liberal em 1889, assumiu também a tarefa de levar a cabo o projeto de reforma monárquica, apresentado como Programa que buscou retomar as reformas defendidas pelo Partido Liberal no fim da década de 1860, tais como a reforma administrativa provincial, o regime descentralizador do Ato Adicional, o casamento civil, as liberdades de cultos, o Senado temporário, entre outros⁷.

Com a República, a discussão girou em torno de três modelos de república a serem implementados (CARVALHO, 1998) e, consequentemente, em torno da concepção das liberdades e da organização e distribuição dos poderes, ou seja, do federalismo. Este último, especificamente, apresentava-se diverso, se levarmos em conta a noção de que representava uma realidade complexa e multiforme, como forma de combinar unidade e diversidade, governo comum e autogoverno, na medida em que questionamos como, em diferentes momentos, se procurou combinar unidade e diversidade na construção dos Estados Nacionais (VALDÉS, 2017). Ou, ainda, se considerarmos que a vontade de associação combinaria elementos internos da república e externos da monarquia em uma república federativa, ou seja, em uma –sociedade de sociedades que se unem na construção de uma associação para defesa mútua e externa, de acordo com Montesquieu⁸.

6 Ibidem.

7 Itens presentes no Primeiro Projeto votado pelo Congresso do Partido Liberal em maio de 1889. In: MESQUITA, Elpidio de. **Dois Regimens**. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1896. Obra Rara pesquisada em Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, RJ/Brasil. Ouro Preto assumiu o Gabinete em 7 de junho de 1889

8 Utilizamos aqui a obra *Do Espírito das Leis*, de Montesquieu: Livro Nonoo: Das Leis em sua relação com a força defensiva, Capítulo 1, p. 135. In: MONTESQUIEU. **Do Espírito das leis**. 1 Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

Dessa maneira, José Murilo de Carvalho (1998), em *A Formação das almas*, explica os modelos que estavam em voga e que estavam à disposição para serem adotados pela elite republicana e militar que assumiu o poder. O modelo norte-americano (liberalismo), perguntasse, seguia a Primeira (jacobinismo/participação popular) ou a Terceira República francesa (positivista)? Diferentes caminhos condiziam com a formação e com as ideias que estavam em movimento, apropriadas pelos republicanos conforme suas próprias experiências e dilemas (ALONSO, 2009) – como, por exemplo, os dilemas às voltas da concepção de liberdade na política.

É sob essa mesma perspectiva que também refletimos a respeito do fim da Monarquia, em novembro de 1889. Sobre o período, José Murilo de Carvalho (1998) apresentou modelos de República que passaram a ser discutidos no âmbito da reorganização dos poderes, com a participação do Rio Grande do Sul nesse processo. O modelo dos proprietários rurais de São Paulo que tinham por referência a organização norte-americana e federalista visava à manutenção dos interesses particulares e da ordem social. Uma visão jacobina também foi utilizada, defendida especialmente por profissionais liberais de ampla participação popular, o que, aos olhos do período, não foi aceito. Por fim, havia ainda uma versão positivista de ditadura republicana, de ênfase no progresso, de ciência e de fortalecimento do Estado, aspectos que repercutiram especialmente nos meios militares, os quais se utilizaram dos desafios do período para criarem uma solução ao problema da unidade nacional e do novo regime.

O que destacamos desse levantamento é que esses três modelos de República não foram os únicos em voga no período, no contexto em que revoltas estouraram nos Estados brasileiros, com a saída de Deodoro da Fonseca e a substituição por seu vice, Floriano Peixoto. Mas não havia o consenso em relação à uniformidade das propostas e das leis que passaram a reger a nação com a Constituição Nacional de 1891. Para o caso do Rio Grande do Sul, o Positivismo não foi unanimidade entre os que tinham aderido ao Partido Republicano Riograndense, sendo esse um ponto crucial para as dissidências no interior do

referido Partido e para as fissuras com outros grupos políticos.

Eis que, assim, chegamos aos grupos políticos do Rio Grande do Sul atuantes nesse contexto, para além dos três grupos enunciados por José Murilo de Carvalho (1998). Observamos a Revolução Federalista (1893-1895) como variável de análise da ebulição dos projetos que se pretendia implementar, considerando que cada sujeito estava inserido em seu contexto de experiências e vivências. Foi conforme tais percursos políticos que alguns desses radicais procuraram, já na República, atuar de maneira condizente e semelhante à sua atuação radical na década de 1860, ao apregoarem algumas reformas, embora outros tenham abandonado esse campo de reivindicações. Nesse sentido, como Silveira Martins chegou à República, após um longo período de experiência política imperial em cargos de Deputado, Ministro, Senador e Conselheiro do Império, momentos em que as reivindicações defendidas pelo Radicalismo da década de 1860 parecem ter sido ofuscadas? Esta questão vai além, uma vez que se percebe uma alteração/alternância nos paradigmas explicativos, após o desaparecimento dos radicais e da retração de suas bases teóricas na cena política:

Todo o debate político republicano posterior ao Manifesto estava impregnado de positivismos, evolucionismos, biologismos. Se nos anos 1860 citavam-se Jeremy Bentham, Benjamin Constant, De Tocqueville, Guizot, Stuart Mill e semelhantes, nas duas décadas seguintes os autores da moda eram Comte, Spencer, Littré, Haeckel, Teófilo Braga (CARVALHO, 2018, p. 59).

Eram comumente referenciados no período os autores citados por Silveira Martins na década de 1860, advindos da história inglesa, como Guizot, Robert Peel, John Stuart Mill, e da história francesa, como Benjamin Constant. O que José Murilo de Carvalho fez foi observar a mudança de paradigmas em relação aos autores e teóricos cientificistas que emergiram no Brasil na década de 1870, especialmente pela expansão do Positivismo representado por Comte e por seu discípulo Littré, assim como pelo evolucionismo e liberalismo modernizado de Spencer, pelo movimento monista das ciências naturais proposto pelo naturalista alemão Haeckel, e por fim, pela influência da geração portuguesa de 1870 que teve seus locais de irradiação

na Escola de Direito de Recife. Trataram-se de correntes teóricas em expansão, com atenção ao Positivismo e ao seu contexto na história francesa, que buscava edificar “um modelo de estado liberal e impor uma forma de estado intervencionista capaz de sanar a crise interna do capitalismo e evitar o advento de revoluções socialistas” (CATROGA, 1977, p. 294 e 295). Nesse viés, entende-se que as grandes críticas dos federalistas e de Silveira Martins, direcionadas ao projeto de Estado que se constituía no Brasil e no Rio Grande do Sul, giravam em torno do intervencionismo do Executivo ocupado pelo militarismo.

Uma substituição da ação humana pelas leis universais e imutáveis, conforme a caracterização dessa mudança estrutural em relação à política apareceu com certa proeminência na transição da Monarquia para a República. No Rio Grande do Sul, Karl von Koseritz⁹ fez parte do movimento cultural cientificista vinculado à escola do Recife, aproximando-se também da teoria monista¹⁰ (WEIZENMANN, 2015). No Estado, além do movimento cultural representado por Koseritz em sua perspectiva evolucionista, a associação entre o Positivismo e o Republicanismo teve como expoente Júlio de Castilhos e sua chegada ao poder entre 1890 e 1893, devido à sua adesão às ideias de Comte em seu governo. Tal elemento comtista foi rechaçado pelos federalistas e por Silveira Martins.

Desde o fim da Monarquia, a preocupação dos governos militares foi relativa à possibilidade de exilados, entre eles Gaspar Silveira Martins e outros simpatizantes monárquicos se organizarem e se articularem de forma a solapar a República recém-implantada. Esta República fora construída, em seus primeiros anos, com o apoio de antigas lideranças/políticos do Império, a exemplo de Rui Barbosa. Nesse sentido, desde o golpe de 15 de novembro até a convocação

9 Koseritz foi professor, jornalista e político do Partido Liberal, atuante na imprensa e junto à causa da comunidade germânica no Rio Grande do Sul e no Brasil. Compartilhava com Silveira Martins as defesas em torno das mudanças legais para a incorporação dos imigrantes à política imperial.

10 Teoria que define o Estado como fonte do Direito, especialmente em Hobbes, quando define o Direito vinculado ao Estado e dependente deste (TRUYOL Y SERRA, 1990).

da Assembleia Constituinte Nacional e posterior aprovação de uma Constituição, em 1891, os exilados políticos da Monarquia estavam em pauta nos assuntos das comunicações dos Ministros das Relações Exteriores e na imprensa sob os olhares vigilantes do governo de Deodoro da Fonseca. Em que pese à ideia de retorno do Rei ou de algum sucessor, a ameaça ao regime Federativo Republicano Presidencialista, estabelecido pela Constituição, passava a ser, no plano interno, de revoltas e rebeliões regionais que geravam um esforço por parte do governo em vinculá-las apenas como eventos de pequena magnitude. Para além de uma disputa de discursos entre situação e oposição por meio da imprensa, o fato foi que as revoltas ocorridas entre 1893 e 1895, período da Revolta da Armada e da Revolução Federalista, geraram empreendimentos nacionais e internacionais por parte de seus agentes, além de relações e repercussões de suas notícias mundo afora¹¹.

A Constituinte foi marcada por intensos debates em torno da organização dos poderes da nova nação, com vistas à implementação de um projeto de Estado em que convergissem todos os outros interesses presentes nas deputações que fizeram parte da discussão. Esse momento não foi isento de debates, divergências e conflitos, pois os representantes vinham de diferentes grupos políticos partidários anteriores, como republicanos, liberais e conservadores, embora o texto que havia sido elaborado por juristas tenha mantido boa parte de suas prerrogativas originais (VISCARDI, 2017).

Dessa maneira, a Constituição Federal de 1891 estabeleceu o princípio federativo de organização dos poderes. A Federação se assentava em uma sobreposição de poderes, em que o poder federal estava acima dos poderes dos Estados membros (MIRANDA, 2010), embora os poderes estaduais adquirissem prerrogativas como a de elaborar sua própria Constituição, regular suas fronteiras e terras devolutas e

11 A instauração da República no Brasil e as articulações entre os exilados políticos brasileiros na Europa, entre eles, Silveira Martins, estão discutidas no segundo capítulo da tese: ROSSATO, Monica. **Gaspar Silveira Martins e a Revolução Federalista (1893-1895): que federalismo é esse?**. 2020. 376f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2020.

assegurar a autonomia dos municípios¹². O princípio do federalismo recaía aqui em uma arrecadação fiscal dos tributos, estabelecida conforme as rendas estaduais, o que significava um federalismo desigual entre os Estados membros da Federação, questão essa responsável ainda mais pelo acirramento das desigualdades, que permanecem até hoje, entre os Estados.

Nesse viés, a questão da base do federalismo da República é explorada pela historiografia a partir do trabalho de José Murilo de Carvalho (2011), que, ao analisar a involução da participação eleitoral no Brasil ao longo do século XIX, evidenciou que, na República, ela pode ser explicada pela implantação do federalismo enquanto desmobilização e limitação da participação dos Estados, centrados nos partidos políticos regionais, diferentemente de quando, no Império, predominavam os partidos nacionais no sistema semiparlamentar, em que o governo permitia a rotação dos partidos no poder e aumentava, assim, a arena de competição política. Ademais, no Império, havia a questão do comércio externo, centrada na desigualdade de recursos entre o governo central e os governos provinciais, ficando o primeiro com a maior arrecadação das rendas públicas; já na República, as cifras se alteraram (CARVALHO, 1993) a partir da federalização dos Estados que precisavam de autonomia financeira, através do regime de separação das fontes tributárias.

A noção da distribuição dos poderes fiscais aos Estados como parte do princípio federativo, porém sem a regulamentação sobre a relação desse poder entre os Estados membros, de igual ou desigual sistema de arrecadação entre eles esteve presente nas discussões em torno da República. A questão da representação dos poderes estaduais foi um dos questionamentos de Silveira Martins, que estabeleceu um novo e mais largo cociente para a representação dos Estados na Câmara de Deputados. Esse novo cociente para representação, definido por ele em seu –Testamento Político, permitiu o total de cento e cinquenta Deputados.

12 BRASIL. Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil, 24 de fev. 1891. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 30 mar. 2019.

Da mesma forma, o sistema eleitoral nacional foi arquitetado pelo Governo Provisório para barrar a possível inserção dos monarquistas por vias eleitorais. O sistema atribuiu às Intendências Municipais a tarefa de organizar e apurar as eleições, por serem estas antes controladas por autoridades estaduais que, por sua vez, eram indicadas pelo Governo Provisório.

Eleita a Assembleia Nacional Constituinte, a mesma tomou posse em 15 de novembro de 1890 para a discussão do texto constitucional que, após os debates entre as tendências centralizadoras (do governo provisório) e descentralizadoras (demanda dos Estados), foi promulgado em 24 de fevereiro de 1891. Nesses debates constituintes, a tendência de formação de um Estado Nacional centralizando os poderes na União foi defendida por Rui Barbosa, alinhado ao governo provisório de Deodoro da Fonseca, enquanto representantes dos Estados do Rio Grande do Sul (Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros) e São Paulo (Campos Sales) carregavam a bandeira do federalismo com maiores autonomias estaduais nos quesitos de rendas, terras devolutas, legislação eleitoral e organização policial. Por fim, a eleição foi efetuada pela própria Assembleia, que escolheu os nomes de Deodoro da Fonseca como Presidente e de Floriano Peixoto como Vice.

No compasso da legislação nacional, os Estados deviam assegurar suas Constituições de forma a estar de acordo com a primeira. O que se viu foi um mosaico de constituições estaduais de diferentes matizes, que regulamentavam diferentes posicionamentos em relação a temas como organização dos poderes, autonomia municipal, regulamentação das eleições e relações entre Estado e Igreja, levando a concluir que o sistema federalista não chegou ao município, sendo barrado no poder dos Estados da federação (VISCARDI, 2017).

Nesse caso, o Rio Grande do Sul teve um elemento a mais nessas disputas, haja vista a presença do positivismo por parte dos membros que elaboraram o projeto¹³, discutido na Assembleia Constituinte Estadual. O positivismo deixou suas marcas em uma Constituição assu-

13 De acordo com Trindade (1980), o projeto foi elaborado por Júlio de Castilhos, Ramiro Barcellos e Assis Brasil, sendo somente assinado pelo primeiro.

midamente antiliberal, sobretudo em relação à perspectiva parlamentar e às atribuições do Legislativo, pois o poder estava concentrado no próprio Executivo. Eis aqui um fator de discussão, tanto dentro da Assembleia Constituinte quanto posteriormente a ela, por parte dos antigos liberais e dos republicanos. Em uma breve busca pelas demais Constituições Estaduais, percebemos que a do Rio Grande do Sul foi a que apresentou marcas positivistas com referências à “Família, Pátria e Humanidade” e à manutenção da Ordem e Progresso no Estado¹⁴.

A perspectiva positivista que emergiu no Rio Grande do Sul divergiu em alguns aspectos com elementos do liberalismo clássico, especialmente no que se refere ao entendimento dos mecanismos representativos. Para John Locke, a liberdade dos homens só é assegurada com regras permanentes criadas pelo poder Legislativo, pois a presença deste é o que diferencia o modo de vida dos homens em sociedade política em relação ao primitivo estado de natureza (LOCKE, 1978). O poder Legislativo implica para os liberais, no princípio básico do consentimento da sociedade, a defesa de que as leis são expressões máximas desse consentimento, ao saírem do estado de natureza para a comunidade, a fim de assegurarem-lhes a vida, a liberdade e a propriedade. O consentimento aqui que, para Locke (1978), dá origem a um governo legítimo, é um traço importante também no ideal de Estados livres, de comunidades livres enquanto corpos políticos em uma concepção romana do termo, anterior ao liberalismo político. Ou seja, a liberdade das comunidades políticas enquanto capacidade de autogoverno passa também pela vontade do povo, sendo essa formada pela soma das vontades individuais, que chegam, por sua vez, à vontade da maioria. Essa vontade do povo deve ser representada por uma assembleia e escolhida por ele mesmo para legislar em seu benefício e para assegurar a liberdade da comunidade (SKINNER, 1999). Isso significa que o valor do Legislativo, tendo por base o princípio

14 Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul (1891). In: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DO ESTADO DO RS. **Constituições Sul-riograndenses 1843 – 1947**: Edição comemorativa do 16º aniversário da promulgação da Constituição do Estado. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1963. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=frKwldvbn-2g%3d&tabid=3456&language=pt-BR.>> Acesso em 15 jan. 2021.

da liberdade, foi algo primordial à formação liberal de alguns chefes, entre eles Silveira Martins.

Nesse sentido, percebemos aqui questões divergentes entre doutrinas políticas, somando-se com a questão do alijamento do poder por parte de uma elite que até pouco tempo atrás compunha o governo e cargos políticos monárquicos. No Rio Grande do Sul, por sua condição fronteiriça, as mudanças políticas sempre geraram reações por parte dos que eram proeminentes membros da elite e vinculados a antigos cargos junto ao Imperador. Diante das diferenças pelas quais o poder passou a se organizar, bem como o acesso a ele, a Revolução Federalista poderia ter alcançado, com base em suas concepções, um *status* de legitimidade.

A partir do desterro de Silveira Martins e de sua família na Europa, percebemos o quanto a região fronteiriça platina esteve relacionada ao âmbito europeu, se levarmos em consideração a existência histórica dela como anterior aos Estados Nacionais. A experiência internacional de Silveira Martins perpassa uma trajetória de vínculos com a região fronteiriça platina e para além dela, quando pensamos em sua formação acadêmica e política, de cujo arcabouço intelectual leituras e autores citados em seus discursos no Império e no posterior desterro na Europa fizeram parte, contribuindo também para a construção do rol que aproximou esta região à Europa por meio da Revolução Federalista.

Suas viagens por países europeus agregaram de maneira significativa um arcabouço de conhecimentos e de informações a respeito das diferentes realidades jurídicas e constitucionais, de debates e encontros com personalidades estadistas europeus, especialmente na França e Itália, locais por onde Silveira Martins buscou estar em contato através de encontros e conferências. Assim, evidenciou-se a complexidade envolvida no período de transição institucional da Monarquia para a República, para além do limite nacional brasileiro, e a inserção dos antigos quadros políticos imperiais na nova realidade política. Para isso, o envio de Silveira Martins para a Europa, nos rastros do Imperador destronado, possibilitaram ainda o seu afastamento da

região fronteira platina, região que manifestou historicamente mobilização diante das crises institucionais dos Estados Nacionais em que a Revolução Federalista, consolidada com a volta de Silveira Martins da Europa, representou a união de diferentes grupos políticos que questionaram a organização dos poderes do Estado Nacional brasileiro e do Rio Grande do Sul.

Para Silveira Martins, como uma das lideranças da Revolução Federalista, era importante defender um Estado forte, unido no formato da já instalada República, compreendida como um Estado Federal Parlamentar a fim de evitar a fragmentação e o Presidencialismo que havia adquirido status militar e despótico nos primeiros anos da República com Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Júlio de Castilhos.

Considerações finais

A temática da transição da Monarquia para a República no Brasil desenvolvida pela historiografia dá ênfase a esse processo histórico em uma perspectiva desde o centro do poder do Estado nacional brasileiro e sua irradiação sobre as demais localidades. Pensar o protagonismo e atuação de Gaspar Silveira Martins, político influente no Império e de origem da região fronteira platina, nesse contexto de mudanças políticas, possibilita entender como essa região articulou-se (através de suas lideranças e elites locais) e quais respostas construiu frente às crises constitucionais de outros centros de poderes.

Assim, a Revolução Federalista (1893-1895) foi uma variável desse processo de compreender como a região fronteira platina, através de Gaspar Silveira Martins, foi atuante em oferecer respostas (ideias de reformas políticas e projetos) à organização da República brasileira, em especial ao elemento despótico do governo militar de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto e à supremacia do Executivo Estadual do Rio Grande do Sul.

Referências

ALONSO, Ângela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In:

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Império Vol. III 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 83-118, 2009.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DO ESTADO DO RS. **Constituições Sul-riograndenses 1843 – 1947**: Edição comemorativa do 16º aniversário da promulgação da Constituição do Estado. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1963. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=frKwldvbn2g%3d&tabid=3456&language=pt-BR.>> Acesso em 15 jan. 2021.

BARBOSA, Ruy. Emancipação dos escravos: parecer formulado pelo deputado Ruy Barbosa como relator das Comissões Reunidas de Orçamento e Justiça Civil. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1884. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/174431.>> Acesso: em 09 abr. 2020.

BRASIL. Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil, 24 de fev. 1891. In: [>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm). Acesso em: 30 mar. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Clamar e agitar sempre**: os radicais da década de 1860. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018. 365 p.

_____. **A Construção Nacional 1830-1889**, v.2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

_____. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 27, n° 45, p.141-157, jan/jun 2011.

_____. **A Formação das almas**. O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Federalismo y centralización en el Imperio brasileño: historia y argumento. In: CARMAGNANI, Marcello (Coord.). **Federalismos latino-americanos: México, Brasil, Argentina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 51-80.

CATROGA, Fernando. Os inícios do Positivismo em Portugal: O seu significado político-social. **Revista da História das Ideias**, Coimbra, vol. I, 1977, pp. 287- 394.

_____. A importância do Positivismo na consolidação da ideologia republicana em Portugal. **Biblos**, Coimbra, LIII, 1977, pp. 285-327.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **O Brasil Monárquico**, vol. 7: do Império a República 8 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 504 p. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 2, v. 7).

LOCKE, John. Segundo **Tratado sobre o governo**. 1 Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).

MESQUITA, Elpidio de. **Dois Regimens**. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1896. Obra Rara pesquisada em Arquivo Nacional do

Rio de Janeiro, RJ/Brasil. Ouro Preto assumiu o Gabinete em 7 de junho de 1889

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional** – Tomo III. 6 Ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2010. 419 p.

MONTESQUIEU. **Do Espírito das leis**. 1 Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

NABUCO, Joaquim. Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 14 set. 1885, p. 426. In: Nabuco, Joaquim, 1849-1910. **Joaquim Nabuco**. NETTO, Munhoz da Rocha; FREIRE, Gilberto (Org.). 2. Ed., ampl. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 559 p. (Série perfis parlamentares; n. 58).

Ribeiro, Felipe Nicoletti. **Império das incertezas: política e partidos nas décadas finais da Monarquia brasileira (1868-1889)**. 2015. 258f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2015.

ROSSATO, Monica. **Gaspar Silveira Martins e a Revolução Federalista (1893-1895): que federalismo é esse?**. 2020. 376f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2020.

SKINNER, Quentin. **Liberdade antes do liberalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. 112 p.

TRINDADE, Helgio. **Poder Legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul: 1891- 1937**. Porto Alegre, Sulina, 1980.

TRUYOLY SERRA, Antônio. **História da Filosofia do Direito e do Estado**. Tradução de Henrique Barrilaro Ruas. Lisboa, 1990. 430 p.

VALDÉS, Roberto Blanco. **Los Rostos del Federalismo**. 2 Ed. Madri: Alianza Editorial, 2017. 402 p.

VISCARDI, Cláudia. **Unidos perderemos: o federalismo na Primeira República**. Curitiba: Editora CRV, 2017. 207 p.

WEIZENMANN, Tiago. **“Sou, como sabem...” : Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890)**. 2015. 369f. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2015.

COLONIZAÇÃO E FRONTEIRA NA REGIÃO PLATINA DURANTE O SÉCULO XIX E PRINCÍPIOS DO SÉCULO XX¹

*Ricardo Kemmerich*²

*João Vitor Sausen*³

Introdução

Pode-se, grosso modo, afirmar que as disputas entre os Impérios luso e espanhol na América deram-se especialmente ao longo das fronteiras meridionais. O controle da região correspondente à bacia do Rio da Prata era justificado pela sua importância geopolítica. Seu domínio corresponderia ao controle do comércio platino e do acesso

1 O presente texto é fruto das colaborações entre as Instituições de ensino superior participantes do convênio firmado entre algumas universidades do Cone Sul a partir da Associação das Universidades do Grupo Montevideo (AUGM), no Comitê *Historia, Region y Fronteras*, cujo objetivo é fomentar o diálogo acadêmico entre as respectivas Instituições de pesquisa. Inserido neste, o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, em parceria com os programas de Pós-Graduação da *Universidad de la Republica* (Montevideu, Uruguai) e da *Universidad Nacional de Mar del Plata* (Mar del Plata, Argentina), ofertou a cátedra denominada História *Platina*, com o objetivo de intercambiar experiências de pesquisa e estabelecer uma discussão historiográfica em torno da construção de uma *História Regional Platina*. A presente pesquisa integra as atividades desenvolvidas pelo do Grupo de Pesquisa CNPq/UFMS História Platina: Sociedade, Poder e Instituições e do projeto “América Platina: processos históricos de estruturação e consolidação das sociedades e dos estados nacionais no século XIX e primeira metade do século XX, bem como as relações em um mundo global coordenado pela professora Dr^a. Maria Medianeira Padoim/PPGH-UFMS. Financiado em colaboração com CNPQ/CAPES.

2 Doutorando do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFMS), integrante da Linha de Pesquisa “Política, Fronteira e Sociedade”. E-mail: rikrdo_kemmerich@hotmail.com.

3 Mestrando do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFMS), onde integra a Linha de Pesquisa “Política, Fronteira e Sociedade”. E-mail: sausenjoavitor@gmail.com.

ao interior do continente não de todo ainda explorado. O processo de emancipação política das colônias sul-americanas, seja no mundo luso ou hispano, levou ao rearranjo e à legitimação de antigas fronteiras coloniais até então incertas.

As unidades territoriais do Cone Sul (Argentina, Brasil e Uruguai) conhecidas e delimitadas hoje têm sua origem a partir de construções jurídicas tardias e obedeceram à uma certa continuidade delimitada pelo Tratado de Madri de 1750 e pela criação de múltiplas unidades administrativas (os chamados vice reinados). O primeiro ampliou o território do Império Português em direção ao interior do continente americano, o segundo conduziu à formação de estados independentes não de todo correspondentes às antigas divisões administrativas hispano americanas, sobretudo ao antigo Vice-Reino do Rio da Prata, criado em 1778 pela Coroa espanhola.

Em 1750 a porção meridional do atual território brasileiro era praticamente despovoada, de modo que nenhuma potência colonial exercia efetiva jurisdição. Juntamente com as disputas territoriais e de expansão das fronteiras, ocorriam os processos de independência, tanto hispano americano a partir da primeira década dos oitocentos, quanto do Império do Brasil, em 1822. O Brasil, politicamente centralizado e sob regime monárquico, conservou a maior parte da unidade territorial das antigas possessões coloniais portuguesas (com exceção da Banda Oriental, após 1828), ao contrário das províncias recém independentes do antigo Vice-Reino do Rio da Prata que sofreram um processo de “balcanização” e sua decorrente fragmentação política e territorial (FAUSTO; DEVOTO, 2005, p. 29-31).

Dentro dessas disputas, o povoamento das regiões de fronteira tornou-se uma opção viável e desejada, fazendo com que os Estados em formação adotassem políticas de estímulo à migração, sobretudo europeia (em sua grande maioria composta por italianos, espanhóis e açorianos, juntamente com britânicos, franceses, teutos, russos, poloneses, entre outros).

A partir do exposto, pretende-se inserir o debate que se centre

naquilo que denominaremos de “região colonial platina”⁴. Nesta, os conflitos territoriais pelo controle da região do Prata, o uso de contingentes milicianos estrangeiros para a atuação nos conflitos platinos e as políticas pró imigração do período que envolveram os atuais territórios do Brasil meridional, do Uruguai e da Argentina, constituem paralelos tangíveis, formando um bloco regional não homogêneo que pode ser compreendido como uma *região colonial platina*. Ou seja, em razão das disputas fronteiriças ensaiadas especialmente ao longo do século XIX, o processo de povoamento caracterizado pela formação de núcleos coloniais baseados na pequena e média propriedade rural constituem uma das bases para a consolidação e legitimação dos limites políticos dos novos Estados em formação do Cone Sul americano.

A região platina

Antes de realizar um recorte regional é preciso atentar-se para a premissa fundamental de que não existe aprioristicamente uma *região*. Sobre o tema, José Carlos Chiaramonte em, “*Sobre el uso historiográfico del concepto de región*” afirma que “*no existe una región verdadera, sino tantas regiones como objetivos de estudio se tenga*” (2008, p. 9). Disso se depreende a necessidade de se estabelecerem critérios que definam o recorte de análise que fundamente a construção de uma *especialização regional*.

Conforme Arturo Taracena (2008), em “*Propuesta de definición histórica para región*”, Eric Van Young (1992) planteou uma proposta metodológica bastante funcional para se qualificar a existência de uma região sob o enfoque da História a partir de dois conceitos prioritários: a *regionalidad* e o *regionalismo*. O primeiro conceito faz referência à *qualidade de ser região*. Ou seja, “*las circunstancias naturales, económicas e históricas que distinguen ese espacio concreto y pueden ser*

4 Conforme Chiaramonte o [...] “real objetivo en la mayoría de los trabajos “regionales” no es la región sino, aquellos fenómenos que tienen existencia real. El investigador puede ubicar-se, como recorte en el manejo de fuentes y análisis de datos, en un ámbito local, desde donde investigar algo. Y desde allí observar, entre otras cosas, cómo se distribuyen espacialmente los fenómenos que estudia” (CHIARAMONTE, 2008, p. 14).

comparables con las de otras regiones [...]” como “[...] movimientos migratorios, rutas comerciales, redes clientelares, redes familiares, procesos de urbanización, fronteras, patrimonio cultural, lengua, etnia, etcétera” (TARACENA, 2008, p. 190). O segundo conceito, o *regionalismo*, faz referência a “*la identificación consciente cultural, sentimental y política que sus habitantes han desarrollado*” como “(…) *la masa de comportamientos culturales y políticos que determinan que los actores regionales luchan por el control del poder interno de la región y frente a los poderes externos que buscan limitarlo*” (YOUNG, 1992 *apud* TARACENA, 2008, p. 190 – 191). E para a compreensão de uma *região platina*, o conceito de *fronteira* se apresenta fundamental. Conforme Areces (1999), a fronteira vai além da demarcação de um limite territorial. A fronteira constitui um espaço geográfico onde o Estado [ou Estados] está incorporando os territórios e configurando os processos de produção e estruturação social e cultural. Assim, é um processo de vinculação dinâmica de sociedades distintas, sendo uma área de contato de formações sociais diversas (ARECES, 1999).

Por isso, delimitamos aqui a *região platina*, enquanto *qualidade de ser região* - sua *regionalidade* - a partir de sua distinta característica fronteiriça. O espaço platino faz referência aos territórios em disputa, em um primeiro momento, pelos Impérios luso e espanhol ao longo do estuário do Prata, e, num segundo momento, pelos diversos novos atores que surgiram na região após os processos de independências americanas.

Diferentemente do Império do Brasil, o processo de balcanização do antigo Vice-Reino do Rio da Prata que originou os atuais Estados do Paraguai, Bolívia, Uruguai e Argentina, foi resultado da experiência de autoadministração das províncias rio-platenses que, durante o período de incursões napoleônicas acabaram desagregadas em torno de diferentes projetos políticos em disputa. Desde a chamada “Revolução de Maio de 1810” até o “Pacto Federal de 1831”, reuniram-se quatro assembleias para que se tentasse acordar um texto constitucional platino, não encontrando, no entanto, um consenso em

torno de uma organização política dos estados em formação⁵.

Desse modo, os diferentes projetos políticos levaram à distintas formas de organização no meio platino e cujos intentos autonomistas levaram à criação de Estados independentes. No Brasil, a província de Rio Grande de São Pedro, região de fronteira com a República Oriental e a futura Argentina, por exemplo, sofreu grande influência da tradição caudilhesca de seus vizinhos e proclamou-se república independente lutando por dez anos contra o poder central (1835-1845), que emanava do Rio de Janeiro (CARVALHO, 1993, p. 61). Ao largo destes conflitos, os Estados envolvidos no litígio pelo território passaram a estimular a imigração para a colonização de territórios até então despovoados, promovendo dessa maneira a criação de colônias - expandindo as fronteiras agrícolas em direção ao interior, estimulando e diversificando o comércio e a interconexão das diferentes regiões com a criação de novas estradas, portos e ferrovias, fatores que garantiam e legitimavam as novas fronteiras políticas.

É a partir destes intentos autonomistas regionais que aludimos ao conceito de *regionalismo* enquanto uma expressão de uma “*identificación consciente cultural, sentimental y política*” desenvolvida na região, ao menos entre as elites políticas caudilhescas, que lutaram “(...) *por el control del poder interno de la región y frente a los poderes externos que buscan[buscaban] limitarlo*” (TARACENA, 2008, p. 190 – 191). A *região colonial platina* é uma espécie de subsistema que se integra à lógica da característica de fronteira própria da *região platina*. O contexto de consolidação dos novos Estados e suas respectivas fronteiras fomentou o povoamento dessa região a partir do incremento à imigração, sobretudo europeia.

Embora temporalmente descontínuas e heterogêneas, o fenômeno migratório para a região platina ao longo do século XIX encontra-se intimamente ligado às políticas de resguardo fronteiriço. Desde

⁵ As ideias sobre a organização dos estados gravitavam em torno de projetos políticos que visavam a centralização do poder pelo Estado, bem como de sua descentralização, ou seja, os embates orbitavam entre concepções da construção de um estado, ou de estados que garantissem sua soberania, seja política, econômica e legislativa. A partir deste debate, havia partes que defendiam uma soberania compartilhada e outras que apoiavam uma só soberania (CHIARAMONTE, 1997).

a formação de milícias estrangeiras aos assentamentos coloniais agrícolas com o objetivo da formação de uma massa baseada na pequena e média propriedade com vistas à diversificação econômica, o elemento migrante foi de fundamental importância para a legitimação dos atuais limites políticos entre Brasil, Uruguai e Argentina.

Na região platina do século XIX e primeiras décadas do XX, podem-se distinguir três ondas migratórias: a primeira de 1800 a 1830 foi esparsa e malfadada, sobretudo para as províncias rio-platenses e na Banda Oriental, cujos Estados nascentes eram politicamente tumultuados; a segunda onda, de 1850 a 1870, onde pode ser observado um incremento migratório decorrente do fim da Guerra Grande (1839-1851); por último, a terceira deu-se a partir de 1870 até o entre guerras (1918-1939), quando as migrações em direção à América tornaram-se um fenômeno de massas, ingressando milhões de imigrantes europeus na região platina, especialmente italianos⁶.

Segundo Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, após a transferência da corte portuguesa para o Brasil, as cidades de Rio de Janeiro e Buenos Aires passaram administrar o secular conflito regional entre Portugal e Espanha, no que se refere ao domínio do estuário do Prata. Conforme os autores, D. João pretendia expandir o território do Reino através do domínio das vias navegáveis, da busca pelas minas e do controle do contrabando e do comércio regionais, construindo desse modo um Império americano que previa a inclusão de Buenos Aires e Montevideú.

Para isso, o povoamento da região Sul do território tornou-se ação premente. Desse modo, D. João, iniciou em 1808 uma política de estabelecimento de colônias agrícolas, determinando a vinda de

6 Embora presente ao longo de todo o período colonial, pode-se afirmar que, oficialmente, a política migratória incentivada e subsidiada pelos Estados americanos possui um princípio comum: as incursões bonapartistas em Portugal e Espanha no final da primeira década do oitocentos a partir do momento em que as colônias americanas adquiriram autonomia em relação às metrópoles europeias. No Brasil, tal iniciativa se deu com a fuga da corte portuguesa e instalação da capital da metrópole na cidade do Rio de Janeiro no início de 1808; no meio rio-platense, começou a partir da criação da Junta Independente em 1810, ao mesmo tempo em que ocorria à abertura dos portos às nações amigas e a subsequente liberalização do comércio exterior (FAUSTO; DEVOTO, 2005, p. 40).

1.500 famílias trazidas dos Açores com destino à província de São Pedro (atual Rio Grande do Sul) e a concessão de sesmarias para estrangeiros, com o objetivo de povoar a região, protegê-la em tempos de guerra e estimular o crescimento com vistas ao dinamismo econômico (PIASINI, 2017). O Brasil adotou uma ativa política de povoamento das províncias sulistas logo antes de sua Independência, em 1822⁷. Essas políticas ganharam força entre a década de 1820 e 1830, devido à importância estratégica de “povoar as regiões contíguas à fronteira mais conflituosa do país, embora também respondesse a ideários civilizadores, análogos aos adotados na Argentina (DEVOTO; FAUSTO, 2005, p. 40-41), além da procura pelo reconhecimento de outros Estados, sobretudo europeus, de sua nova independência política. Os intentos de povoamento das zonas das regiões de fronteira também são observados nas Províncias de Entre Ríos e Santa Fé, a partir da década de 1850 (DJENDEREDJIAN, 2008).

No país, as primeiras colônias agrícolas de origem teuto-germânicas foram instaladas na província rio-grandense no ano de 1824 com a chegada de 38 imigrantes de Mecklenburg-Schwerin (hoje Alemanha) nas terras da Real Feitoria do Linho Cãnhamo, depois chamada de colônia São Leopoldo, nas margens do Rio dos Sinos. Em 1826 foram fundadas mais duas colônias, então sob responsabilidade do governo provincial: uma na região Nordeste do território gaúcho, Três Forquilhas, e outra no litoral Norte, em Torres (CUNHA, 1991). De acordo com PIASSINI (2017), ingressaram no Brasil entre 1818 e 1850, “cerca de 20 mil europeus, um número relativamente pequeno, e desses, seis mil foram encaminhados para a província de Rio Grande (2017, p. 33). De São Leopoldo com direção ao Oeste, a partir

⁷ Conforme Piassini em *“Imigração Alemã e Política: Os deputados provinciais Koseritz, Kahlden, Haensel, Brügggen e Battholomay”*, as primeiras tentativas de fixar imigrantes não portugueses foram realizadas por D. Pedro I. Conforme o autor “em 1812 foi fundada a colônia de açorianos Santo Agostinho (Viana), no Espírito Santo, com vistas a ocupar a região compreendida entre a Capitania do Rio de Janeiro e o Sul da Bahia, pouco povoada e desprotegida. Em 1819, foi estabelecida uma colônia de suíços no Rio de Janeiro, a Colônia Friburgo, que inaugurou uma tradição de ajuda oficial para o estabelecimento de estrangeiros no Brasil (2017).

de 1845, foram fundadas diversas colônias teuto-alemãs⁸ ao longo da depressão formada pelo vale do Rio Jacuí, o que possibilitou a interconexão entre a porção Norte e Sul da província (CUNHA, 2006).

Do lado hispano americano, a partir do início da década de 1820, também foram promovidas políticas migratórias que visaram incrementar a colonização através de diversos acordos estabelecidos entre agentes intermediários, oferecendo concessão de terras e crédito. Apesar dos esforços governamentais, “as diversas colônias que então se formaram – escocesas, teutas e inglesas – acabaram por fracassar” (DEVOTO; FAUSTO, 2005, p. 41), de modo que, até a década de 1870, a imigração mais bem sucedida seria aquela de caráter espontâneo ou motivada por questões políticas.

Conforme Padoin, Rossato e Da Silva (2017), a partir da segunda década dos oitocentos, Bernardino Rivadavia, um liberal portenho, então Ministro de Guerra e das Relações Exteriores do então presidente Martín Rodríguez (1821 – 1824) da província de Buenos Aires, teria incentivado a imigração italiana como uma forma de fazer frente a força *montonera gaúcha*⁹, fomentando também a vinda de intelectuais europeus para atuarem na Universidade de Buenos Aires e incentivar as atividades culturais portenhas. Apesar disso, as migrações espontâneas ocorridas nos primeiros anos dos oitocentos somente atingiram números significativos nas províncias rio-platenses a partir da década de 1830, “favorecidas pelo vazio demográfico que as guerras de independência e as guerras civis deixaram no litoral”, de modo que “irlandeses, genoveses, bascos e franceses iniciaram o povoamento das cidades e vilas” especialmente ao Sul de Buenos Aires (DEVOTO; FAUSTO, 2005, p. 41).

A ascensão de Manuel de Rosas ao governo de Buenos Aires em dezembro de 1829 levou a quebra do equilíbrio entre os estados platinos, cujos limites políticos haviam sido, em parte, anteriormente

8 De acordo com Piassini, teriam sido fundadas cerca de 75 colônias alemãs na província gaúcha entre 1846 e 1889 (2017, pp. 37-40).

9 Exércitos provinciais irregulares chefiados e organizados pelos caudilhos.

definidos. Após a assinatura do Pacto Federal¹⁰ em 1831 e a consequente formação da Confederação Argentina, Manuel de Rosas deu início a uma política expansionista e passou a intervir enquanto oposição a República Oriental, recém independente.

Neste período, o Uruguai foi marcado pelas rivalidades entre dois partidos políticos tradicionais, os *colorados* chefiados pelo caudilho Fructuoso Rivera e os chamados *blancos*, liderado por Juan Antonio Lavalleja. Eleito em 1830, Fructuoso Rivera sofreu uma tentativa de golpe de Estado por parte de Lavalleja. No conflito, os *blancos* uruguaios foram apoiados pelos “federales” argentinos, partidários de Rosas, ao passo que os *colorados* foram apoiados pelos opositores de Rosas, os “unitários”. Nesse momento, a província riograndense proclamou sua independência em relação ao Império do Brasil, o que iniciou o processo conhecido por Revolução Farroupilha (1835-1845)¹¹, cujo presidente Bento Gonçalves, passou a apoiar militar e economicamente o conflito do Estado Oriental ao lado de Rosas.

O Império do Brasil somente entrou no conflito em 1851, quando as províncias do interior argentino, “liderados pelo general Urquiza, governador de Entre Ríos, as províncias de Santa Fé e Corrientes se levantam contra Rosas” (MEDIANEIRA; ROSSATO; Da Silva, 2017, p. 95). A participação de efetivos estrangeiros no decorrer do conflito foi expressiva, tanto do lado Oriental, como do lado gaúcho.

De acordo com Medianeira, Rossato e Da Silva (2017), “na própria Montevideu sitiada, um misto de legiões estrangeiras somava suas forças ao governo de defesa [colorados] dentro das muralhas da cidade”. Segundo as autoras, esses eram “cerca de 12.900 estrangeiros, entre os quais 800 argentinos, 2.800 franceses, 700 espanhóis e outros 800 italianos” (p. 95). Conforme as autoras, os italianos presentes na defesa da cidade, foram os chamados Camisas Vermelhas, contingente comandado por Giuseppe Garibaldi, revolucionário ita-

¹⁰ Acordo estabelecido entre as províncias de Entre Ríos, Corrientes, Santa Fe e Buenos Aires.

¹¹ Também referido como Movimento Farroupilha, a depender do autor.

liano que atuou também na Revolução Farroupilha ao lado de Bento Gonçalves, juntamente com seus compatriotas Zambeccari, Rossetti e Cuneo (2017).

Segundo Piassini (2016), no dia 1º de agosto de 1850, o Ministro Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Manuel Felizardo de Sousa e Melo, na reunião do Conselho de Estado do Império buscou demonstrar no referido Conselho a “importância do recrutamento de estrangeiros para engrossar as forças imperiais necessárias na defesa do território brasileiro contra a ameaça da Confederação Argentina” (2016, p.25-26). Desse modo, para além da formação de contingentes mercenários para o auxílio nos conflitos, o povoamento da fronteira também se fez presente em suas manifestações. De acordo com Piassini:

O Ministro sugeria a permanência desses estrangeiros após o período de engajamento, estando licenciada toda ou apenas parte da força, como forma de converter as despesas com este processo em gasto produtivo de colonização. Àqueles que quisessem se estabelecer no Brasil deveriam ganhar terras em áreas de fronteira para protegê-las dos distúrbios inerentes a estes locais (2016, p. 26).

Pouco menos de um ano depois, desembarcaram nos portos do Rio de Janeiro cerca de 1800 mercenários alemães, os chamados *Brummer*, que foram incorporados ao Exército Imperial sob denominação de 15º Batalhão de Infantaria e enviados para as cidades de Pelotas e Rio Grande para participar do conflito, que se estendeu de 1851 à 1852 (PIASSINI, 2016). Finalizado o conflito, os *Brummer* restantes contavam entre 1200 e 1500 indivíduos que permaneceram no Rio Grande do Sul. Alguns se estabeleceram nas colônias alemãs já existentes, outros rumaram à Santa Catarina e fundaram a colônia de Dona Francisca, hoje Joinville. Outros optaram por lotes de terra, previstos como forma de pagamento pelos contratos firmados entre os soldados e o Império, cujo tamanho variou de cinco a dez hectares. A despeito da oferta de terras, a esmagadora maioria preferiu a indenização de 80\$000 (PIASSINI, 2016).

O Uruguai, após a Guerra Grande, saiu com sua economia e população profundamente debilitadas. Uma das formas encontradas

para o estímulo do crescimento econômico e populacional foi o incentivo à imigração. Nesse ínterim foi fundada a primeira colônia agrícola italiana do Uruguai em 1857, com cerca de 218 indivíduos na região nordeste do Departamento de Florida. Devido aos conflitos políticos e religiosos entre os colonos e os nacionais, a comunidade imigrante optou por reemigrar para outras regiões, como os Departamentos de Salto, Colônia, Artigas e Cerro Largo (PADOIN; ROSSATO; DA SILVA, 2017)

Somente após a década de 1870, os três países adotaram uma política clara de estímulo à imigração, cujas cifras passaram a atingir os milhões. A partir destes movimentos migratórios modificou-se profundamente a sociedade platina.

O Brasil Meridional, Argentina e Uruguai: as regiões coloniais

Ao longo da primeira metade do século XIX, a *região platina* foi marcada por diversos conflitos relativos à formação dos novos Estados oriundos do Vice-Reino do Rio da Prata. Após o fim da Guerra Grande, uma nova fase migratória teve início. A despeito das políticas de povoamento das regiões contíguas à fronteira meridional, o principal motivador para o incremento da empresa imigratória no Brasil deu-se em função da substituição do trabalho escravo pelo assalariado nos grandes cafezais paulistas (DE BONI; COSTA, 2000). Por isso, é a partir das colônias agrícolas do Sul do Brasil que podem ser encontrados paralelos com os Estados platinos de Argentina e Uruguai.

Diferentemente sobretudo da Argentina (a região que futuramente a conformaria), o Império do Brasil não alcançou êxito em seu intento de promover a imigração livre em grande escala, a não ser entre 1880 e 1889, quando entraram no Brasil cerca de 450 mil europeus, um número superior à toda imigração livre anterior (CERVO; BUENO, 2002). Uma das explicações se deve à dificuldade imposta ao acesso à terra pela legislação brasileira, em função da Lei de Terras de 1850, que previa a venda de terras públicas ou devolutas. Segundo Constantino (2007) “desde 1848, a Lei Imperial 514 concedera terras

devolutas às províncias, para colonização”, no entanto, “a falta de recursos nessas províncias levou os governos a se associarem à iniciativa privada, estimulando as atividades das companhias de colonização e dificultando o acesso à posse por imigrantes” (CONSTANTINO, p. 401).

Desse modo, o modelo de colonização nas regiões coloniais agrícolas, se deu a partir da concessão de crédito, da distribuição aos agricultores de um lote de terra, ferramentas, animais e sementes e no pagamento módico de subsídios para a alimentação dos colonos no primeiro ano de trabalho. Esse modelo de colonização também foi referência tanto na Argentina, como no Uruguai.

Entre 1820 e 1937, ingressaram no Brasil cerca de 222.951 imigrantes de origem alemã, especialmente para a região Sul¹², onde se estabeleceram ao longo do Vale do Rio dos Sinos e Jacuí, no Rio Grande do Sul. Em 1940, o Brasil possuía entre 700.000 e 900.000 indivíduos de origem alemã. (SEITENFUS, 1985). No mesmo período, foi observada uma entrada de 1.502.958 imigrantes italianos (SEITENFUS, 1985, p. 102). Ao contrário dos imigrantes alemães, o grande centro de acolhida desses imigrantes foi a cidade de São Paulo, para o trabalho nos cafezais e na incipiente indústria que nascia¹³. Destes, apenas cerca de 100 mil se dirigiram para o Rio Grande do Sul (DE BONI e COSTA, 2000), onde estavam concentradas as colônias agrícolas de povoamento criadas a partir de 1870.

No decorrer da década de 1870, o governo Imperial criou as primeiras colônias na região da serra gaúcha: Conde D’Eu e Dona Isabel (1875). Mais tarde esses núcleos deram origem às cidades de

12 De acordo com Seitenfus, o Estado do Rio Grande do Sul recebeu mais de 50% da totalidade dos imigrantes alemães e seus descendentes. Segue-se o estado de Santa Catarina com mais de 20% do total. Ou seja, estes dois estados receberam mais de ¾ do total imigrante (SEITENFUS, 1985, p. 70).

13 Já no início do século XX, “cerca de 90 por cento da força de trabalho industrial de São Paulo, ainda reduzida, era composta de estrangeiros. Em 1912, depois que o primeiro grupo de geradores elétricos ajudou a impulsionar a indústria nascente de São Paulo, 31 fábricas têxteis daquele Estado empregavam 10.184 trabalhadores, dos quais 8.341 eram estrangeiros (6.044 nascidos na Itália). É de se presumir que nessa época muitos dos 1.843 trabalhadores já nascidos no Brasil fossem descendentes de imigrantes” (DULLES, 1977, p. 19).

Garibaldi e Bento Gonçalves, respectivamente. Nos anos seguintes, o aumento do fluxo migratório deu origem às novas colônias incentivadas pela administração estadual¹⁴. Em pouco tempo “novas colônias foram sendo implantadas: Nova Palmira [mais tarde cidade de Caxias do Sul], Alfredo Chaves, São Marcos, Mariana Pimentel, Barão do Triunfo, Vila Nova de Santo Antônio, Jaguari (CONSTANTINO, 2007, p. 402)”.

Na região central do Rio Grande do Sul, perto de Santa Maria da Boca do Monte, foi criada a Colônia Silveira Martins em 1877, hoje conhecida como Quarta Colônia. Já no final da década de 1890, somente na região da Serra gaúcha a população colonial já contava com cerca de 80 mil habitantes (VALDUGA, 2007), além de uma sólida vinicultura. A elevada taxa de natalidade das regiões coloniais conduziu a um novo processo migratório em direção ao Oeste e Norte do estado, a partir da criação de diversas novas colônias, geralmente mistas, a partir da iniciativa privada, tal como na Argentina, sobretudo na região de Santa Fé e Entre Ríos.

A Argentina

Findada a Guerra do Prata (1851-1852)¹⁵, inaugurou-se na Argentina um período de relativa paz, o que fez com que os líderes políticos e intelectuais se direcionassem a pensar em projetos de colonização¹⁶. De acordo com Djenderedjian “(...) *existía para ellos motivos*

14 Em 28 de Junho de 1890, há pouco tempo implantado o regime republicano no Brasil, o Decreto 528/1890 estabelecia um programa a ser executado que resultou na aceleração do processo imigratório (Constantino 2007, 400).

15 Conflito que antagonizou diversos estados em conformação no Cone Sul e demarcou contornos internacionais a disputas internas pela organização da República Oriental do Uruguai e do Estado confederal Rio-Platense. Teve como seus principais resultados a formação de um Estado Federal argentino, sediado na cidade de Paraná, a ascensão do partido colorado ao poder uruguaio e uma certa hegemonia regional brasileira. Para o caso uruguaio também deu fim a sua longa guerra civil, nomeada de Guerra Grande (1839-1851). Ver mais em: DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. 2ª ed.. Brasília: FUNAG, 2014.

16 Segundo Fernandez “*la apuesta por una política que a la vez promoviera y seleccionara la inmigración debía concretarse a través de cuatro acciones principales del Estado:*

válidos y modelos cercanos: las colonias del Sur brasileño que desde hacia unos 20 años constituían em áreas de frontera e apoyos estratégicos a las comunicaciones y consolidaban el dominio territorial, a la vez que formaban núcleos de evidente progreso material” (2007, p. 135).

Conforme Gallo (2002), de 1857 à 1870, o empreendimento colonizador deu-se com a iniciativa das províncias, ao passo que a partir da década de 1870 esse processo passou a ser de caráter privado. Desse modo, segundo o autor, diversas empresas de colonização passaram a comprar grandes lotes de terras das províncias, que variavam entre 5.000 e 10.000 hectares, para depois serem divididos e vendidos a prazo os futuros lotes coloniais, cujo tamanho variava de 80 à 150 hectares de terra.

As primeiras colônias agrícolas com modelos de povoamento foram constituídas por imigrantes teutos e suíços, com a fundação de *San José* em 1857, na província de Entre Ríos, e de *San Carlos* em Santa Fé em 1858 (DJENDEREDJIAN, 2007, p. 138). Essas colônias encontraram um desenvolvimento econômico notável, principalmente a partir da metade da década de 1860, quando se iniciou a Guerra do Tríplice Aliança (1864-1870).

O aumento de demanda por alimentos e produtos de primeira necessidade deu vazão para aqueles produzidos nas colônias e um consequente rápido desenvolvimento material: em 1872 Santa Fé já contava com 32 núcleos de assentamento agrícola com aproximadamente 13.827 habitantes; mais modestas, as três colônias em Entre Ríos somavam uma população de 2851 (DJENDEREDJIAN, 2007, p. 141). Em 1895, segundo Gallo (2002), quase 42% da população de Santa Fé era composta por imigrantes estrangeiros: dos 166.500 habitantes, 65 % eram italianos, 12% eram espanhóis, 6 % de franceses, 4% de suíços os 13% restantes eram compostos por alemães, britânicos e austríacos.

As experiências bem sucedidas das colônias fundadas em Santa

el adelanto de pasajes marítimos a las familias que estuviesen dispuestas a instalarse como agricultores en las colonias, la donación gratuita de tierra o su venta a largos plazos, el traslado gratuito desde el puerto de desembarco hasta el lugar elegido para instalarse y el adelanto por un año de víveres, semillas, útiles y animales de labor y de cría” (2017, p. 56).

Fé e Entre Rios, fez com que em agosto de 1869 fosse criada, através de um decreto do presidente Sarmiento, a *Comisión Central de Inmigración*, que “*debía tratar de obtener concesiones del gobierno nacional o de los provinciales, a fin de llevar a cabo los proyectos de colonización*” (FERNANDEZ, 2017, 63-64). Com isso, a partir de 1875, foram ampliadas “*las concesiones de tierras a la colectividad galesa instalada en Chubut o la que ordenó la mensura y venta de lotes en la colonia Caroya, de la provincia de Córdoba*” (FERNANDEZ, 2017, p. 59). Desse modo, conforme Devoto (2003), “*entre 1881 y 1914, algo más de 4.200.000 personas arribaron a la Argentina. De entre ellos, los italianos eran alrededor de 2.000.000; los españoles, 1.400.000; los franceses, 170.000; los rusos, 160.000*” (p. 247).

O Uruguai

Segundo Padoin, Rossato e Silva (2007), o Uruguai lançou mão da empresa imigrante a partir do governo de Gabriel Antonio Pereira, com a fundação da primeira colônia italiana, em 1857. Essa política governamental tornar-se-ia mais agressiva a partir de 1860 com a fundação de colônias suíças e alemãs. Conforme as autoras, durante o governo de Bernardo Berro, deu-se início ao programa chamado “*Nacionalização de nossos Destinos*”, cujo objetivo era sanar o problema da fronteira com o Brasil. Em 1859, 33% das terras nos departamentos do Norte uruguaio pertenciam à brasileiros, assim, a criação desse programa consistia “*(...) na compra em série de vários lotes de terras pertencentes a brasileiros por parte do governo de Montevideú para que as mesmas fossem redistribuídas para grupos vindouros de colônias de povoamento*” (PADOIN, ROSSATO, SILVA, p. 96-97).

Em 1865, foi criada no Uruguai a *Comisión Central de Inmigración* cujas atribuições incluíam a designação de agentes no exterior e a supervisão das condições de desembarque dos imigrantes, garantindo alojamento e alimentação na cidade de Montevideú até que fossem transferidos para as colônias de povoamento do interior do país. Essas políticas possibilitaram até meados 1870 a entrada de 15.000 imigrantes por ano (FERNANDÉZ, 2017, p. 60-61). Desse modo, a empresa

migratória rapidamente fez crescer a população da capital uruguaia, Montevidéu, entre 1853 e 1889, seis vezes. Conforme Luziriaga “*el censo de 1884 determinó que del total de los 73.000 extranjeros, unos 33.000 son italianos y 22.000 españoles*” (LUZURIAGA, 2010, p. 10015)

No entanto, o Uruguai não contou com uma lei geral de imigração até 1890, e adotou o mesmo modelo Argentino. De acordo com Porcecanski (2011), a “*ley 2096 del 19 de junio de 1890, se inspiró en la ley 817 de 1876, proyectada en la Argentina por Nicolás Avellaneda*” que outorgou aos Cônsules uruguaianos no exterior, amplas faculdades para intervir a favor de migrantes que desejassem se instalar no país¹⁷. Em 1908 o “*Censo Nacional de Población*” apontava que aproximadamente 18% da população uruguaia era composta por estrangeiros. A eclosão da Primeira Guerra fez com que o ingresso de estrangeiros no país diminuísse, até seu aumento exponencial no entre guerras (PORCECANSKI, 2011).

Considerações Finais

Apesar de descontínuas e heterogêneas, podemos perceber ao longo do período analisado, que as políticas de incremento migratório ocorridas no século XIX e início do XX, tiveram como principal intuito povoar as regiões pouco habitadas para estabelecer o controle e delimitar as fronteiras políticas entre os Estados platinos, diversificando assim a economia, a partir da formação de pequenas e médias propriedades conformadas por imigrantes europeus.

O Brasil, pioneiro na empresa imigrante, passou a ser o referencial dos modelos de colonização empreendidos pelos governos de Buenos Aires e Montevidéu. Desta maneira, a “especialização” dessa “onda migratória” aponta a formação de um verdadeiro “corredor” imigrante que se estende desde Porto Alegre, na porção meridional do Brasil, percorre os pampas uruguaianos, de Flórida à Melo, até a chamada “pampa gringa” nos arredores de Santa Fé e Entre Ríos, na

17 Texto relativo ao bicentenário da imigração uruguaia produzido por Teresa Porcecanski em 2011, disponível em: <http://www.1811-2011.edu.uy/B1/content/inmigrantes?page=show>. Acesso: 22 de novembro de 2018.

Argentina, conformando uma verdadeira *região colonial platina*.

O principal intuito deste ensaio conduz a pensar em uma vasta região caracterizada pela colonização agrícola de origem imigrante e que embora estivesse profundamente enraizada aos diferentes projetos políticos nacionais, bem como ao resguardo fronteiriço destes mesmos estados, nos possibilite indagar sobre a conformação dessas regiões para além dos próprios limites políticos estatais: pensar em novos modos de se compreender as relações entre as diferentes colônias a partir de redes familiares, político-clientelares e de comércio entre os Estados do Cone Sul e da Europa, conectadas e engendradas a partir das colônias e suas relações entre si para além dos Estados nacionais.

Referências Bibliográficas:

ARECES, N. R. Regiones y Fronteras: Apuntes de la Historia. **Antropología e Historia**. Salta, n° 10, p. 13 – 31, 1999.

BANDIERI, Susana. “La posibilidad operativa de la construcción histórica regional o cómo contribuir a una historia nacional más complejizada” en: FERNANDEZ, Sandra & DALLA CORTE, Gabriela (Comp.). **Lugares para la historia espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos**. Rosario, 2001, pp. 91-117.

CARVALHO, J. M. **Federalismo y centralización em el Império Brasileiro**. En: CARMAGNANI, Marcello. Federalismo latino americanos: México/Brasil/Argentina. México: Fondo de Cultura económica, 1993, pp. 51-80.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília, 2ª edição: Editora UNB, 2002.

CHIARAMONTE, José Carlos. “Sobre el uso historiográfico del concepto de región”, em: **ESTUDIOS SOCIALES**, Revista Universitária Semestral, año XVIII, n° 35, Santa Fe, Argentina, Universidad Nacional del Litoral, segundo semestre, 2008, pp. 7-21.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Ciudades, provincias, Estados: orígenes de la nación argentina (1800-1846)**. Argentina: Ariel Historia, 1997.

CHIARAMONTE, José Carlos. **El federalismo argentino em la primera mitad del siglo XIX**. En: CARMAGNANI, Marcello. Federalismo latino americanos: México/Brasil/Argentina. México: Fondo de Cultura económica, 1993, pp. 81-132.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. “Imigrantes Italianos: partir, transitar, chegar (1889 – 1930)”. In: **História Geral do Rio Grande do Sul**: República Velha (1889 a 1930). Passo Fundo: Méritos, 2007.

CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e colonização alemã. In: PIC-COLO, H. I. L.; PADOIN, M. M. **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006, v.2; p.279-300.

CUNHA, Jorge Luiz da. **Os colonos alemães e a fumicultura**: Santa Cruz do Sul, rio Grande do Sul (1849 – 1881). Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991.

DEVOTO, Fernando. **História de la inmigración en la Argentina**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2003.

DJENDEREDJIAN, J. C. La colonización agrícola en Argentina (1850-1900): problemas y desafíos de un complejo processo de cambio produtivo em Santa Fe y Entre Ríos. Em: América Latina en la história económica, n. 30. Jul-dez, 2008.

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. 2ª ed.. Brasília: FUNAG, 2014.

DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil 1900-1935**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1852 – 2002)**. Tradução dos textos em castelhano por Sérgio Molina. São Paulo: Editora 34, 2004.

FERNANDEZ, A. **La ley argentina de inmigración de 1876 y su contexto histórico**. En: Almanack, Guarulhos, n. 17, p. 51-85, Dez. 2017

FRANZINA, E. **A Grande Migração: o êxodo de imigrantes vênets para o Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

GALLO, Ezequiel. **Colonos em armas: las revoluciones radicales em la província de Santa Fe (1893)**. Editora Siglo Veintiuno, 2002.

HERÉDIA, E. A. **O Cone Sul e a América Latina: interações**. In: **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015, pp. 117-160.

LUZURIAGA, J. C. **Los procesos inmigratorios en el Uruguay del siglo XIX: visión de conjunto**. En: Anais Congresso Internacional 1810-2010; 200 años de Iberoamerica do XIV encuentro de Latino Americanistas Españoles. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00530616/document>.

PADOIN, M.M; ROSSATO, M; MACHADO, N. **Imigração euro-**

peia, política e religião na região da fronteira Sul do Brasil no século XIX. In: PADOIN, M. M; NOVALES, A. F. (Org). História: Poder, Cultura e Fronteiras. Santa Maria: FACOS-UFSM: 2017.

PIASSINI, Carlos Eduardo. **A participação política de imigrantes germânicos no Rio Grande do Sul: os Brummer Kahlden, Koseritz, Haensel e ter Brüngen.** 2016. 236 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

PIASSINI, Carlos Eduardo. **Imigração alemã e política: os deputados provinciais Koseritz, Lahlden, Haensen, Brüngen e Bartholomay.** Porto Alegre: Assembléia legislativa do Rio Grande do Sul, 2017.

PORCECANSKI, Teresa. “Inmigrantes: em ocasión del bicentenario”. 2011. Disponível em: <http://www.1811-2011.edu.uy/B1/content/inmigrantes?page=show>.

TERNAVASIO, Marcela. Los Federales y el federalismo. In: DE TITTO, Ricardo. **El pensamiento de los federales.** Buenos Aires: Editorial El Ateneo, 2099.

VALDUGA, Gustavo. **Paz, Itália, Jesus:** uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio-Rio-grandense (1930-1945). 2007. 205 p. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TRABALHADORES NEGROS EM ALEGRETE/RS NO INÍCIO DO SÉCULO XX: OS REGISTROS HOSPITALARES COMO FONTES

Guilherme Vargas Pedroso¹

Introdução

Em fevereiro de 1902, Manoel Rodrigues de Freitas, homem negro de 32 anos, brasileiro, solteiro e de profissão jornalista, ingressou no Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete (HSCCA) por ocorrência de uma Tuberculose pulmonar, doença que no início do século XX estava com fortes índices de contágio, sobretudo entre aquelas populações mais pobres. Após 64 dias de internação, Manoel faleceu no dia 7 de abril de 1902.

Expomos a situação acima, para exemplificar a riqueza de informações obtidas através de apenas uma fonte: o Livro de registros de entradas e saídas do HSCCA. Este documento contém informações sobre o nome, idade, nacionalidade, cor, profissão, estado civil, doença, datas de baixa e alta e os dias internação das pessoas que ingressaram no Hospital de Alegrete, entre os anos de 1889 e 1923, totalizando mais de 7 mil registros. Dito isso, o objetivo neste texto é, lançar as primeiras impressões acerca do uso desta documentação como fonte histórica, pois, no dado momento estamos finalizando uma monografia que faz uso desta mesma fonte. Faremos isso a partir da análise dos trabalhadores negros que ingressaram no hospital no início do século XX, mais especificamente entre os anos de 1900 e 1901.

¹ Graduando em História Licenciatura na Universidade Federal de Santa Maria. Estagiário do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Email: guilhermepedroso.v@hotmail.com.

O Brasil de finais do século XIX e primeiras décadas do XX foi marcado por diversas mudanças políticas, econômicas e sociais. A abolição da escravidão, em 1888, e o advento da República, em 1889, foram as questões que mais marcaram a história do país naquele momento. Os primeiros anos do regime republicano foram bastantes conturbados, e conforme os anos passavam, a República mostrava que de *pública* não tinha nada. Nesse sentido, políticas públicas foram lançadas de forma que sedimentasse o lugar de cada sujeito na sociedade. Vejamos um pouco como este processo se deu em uma cidade do interior do Brasil.

Expondo dados: o município de Alegrete e seu Hospital de Caridade

Localizada no oeste do Rio Grande do Sul, a ocupação do município de Alegrete data de início do século XIX, resultado dos embates das Coroas portuguesa e espanhola em disputa e afirmação das terras daquela região. Durante o século XIX, o município foi um dos mais importantes da província, concentrando suas atividades econômicas na pecuária, tinha um dos maiores rebanhos de gado do país, e claro, para manejar essa função, possuía forte mão-de-obra negra escravizada.

Durante muito tempo a historiografia brasileira negou a presença e a violência do sistema escravista ao Sul do país. As pesquisas indicavam que a geografia sulina e o trabalho nos campos impossibilitariam o cotidiano da escravidão. Nesse sentido, alinhado a essas ideias, pairou no imaginário popular que em Alegrete seria apenas terra de estancieiro, militar e trabalhadores livres no campo. Essa ideia de que a escravidão teria tido menores impactos no Sul, contribuiu para o apagamento da história do negro nessa região do país. Porém, a historiografia já evidenciou a existência do sistema escravista e a presença e resistência da população negra na região. Trabalhos como os de Luís Augusto Farinatti (2006; 2007), Graciela Garcia (2010) e Marcelo Matheus (2010) nos auxiliam muito nesse sentido.

De acordo com o recenseamento de 1872, Alegrete possuía

8.987 mil habitantes², entre os campos e a urbe. Mas vale lembrar que, nesse momento, sobretudo nessas áreas mais rurais do Estado, como é o caso de Alegrete, os mundos rurais e urbanos não possuem fronteiras bem delimitadas, promovendo um intercruzamento entre os dois, como afirma Daniela Vallandro de Carvalho:

Quando falamos de rural e urbano, não estamos compreendendo estes conceitos como dois mundos estanques, compostos de condições materiais e simbólicas diferentes e até mesmo antagônicas (...). É certo que existe um desejo das elites cidadinas em perceber sua cidade como civilizada e, portanto, carregada de urbanidade (CARVALHO, 2005, p. 36).

A historiadora ainda afirma que, mesmo as elites, imbuídas ideologicamente pelas ideias de ordem e progresso, onde as cidades deveriam ser mais modernas, com ruas alargadas e praças bem arborizadas, com as camadas mais pobres afastadas do centro urbano, quem carregava o fio condutor – principalmente através do trabalho – entre os campos e a cidade, eram os populares. Nesse momento, em finais do século XIX, o município de Alegrete recebeu sua Santa Casa de Caridade³. O hospital, assim como nas outras cidades da época, diferente do que conhecemos hoje, servia para auxiliar e amparar os mais pobres da sociedade, por isso seus registros são fontes privilegiadas para acessar os trabalhadores pobres. Os registros hospitalares geralmente são utilizados por pesquisadores da área da História da Saúde, porém, recentemente, estes também estão sendo analisados em diferentes áreas da pesquisa histórica.

Giane Flores (2018) utiliza estes documentos para analisar a presença de policiais negros na polícia de Porto Alegre. A historiadora evidencia que o corpo policial da capital gaúcha do final do século

2 Dados retirados do IBGE, disponível em: www.ibge.gov.br

3 As Santas Casas eram instituições voltadas a caridade. De criação portuguesa no século XIV, vieram junto com a colonização portuguesa para o Brasil e se difundiram pelo território ao longo dos anos. Ver mais em: SANGLARD, Gisele. Pobreza e assistência na escrita da história. In: KORNDÖRFER, Ana Paula; BRUM, Cristiano Henrique de; ROSSI, Daiane Silveira; FLECK, Eliane Cristina Deckmann; e QUEVEDO, Éverton dos Reis (Orgs.) História da assistência à saúde e à pobreza: olhares sobre suas instituições e seus atores. São Leopoldo: Oikos, 2017.

XIX era formado por “indivíduos não brancos” – classificados na fonte como de cor preta, parda, morena e indiática – jovens entre 18 e 30 anos de idade, solteiros, naturais do Estado e sem profissões anteriores. Flores ressalta que “oriundos das classes populares, viam na polícia uma boa alternativa de inserção no mundo do trabalho” (FLORES, 2018, p. 80).

Gabriela Rotilli (2017) é outra pesquisadora que fez uso de fontes parecidas com as nossas, mas para a cidade de Santa Maria, na região central do Estado. Rotilli se dedicou ao perfil social das mulheres que buscavam atendimento no Hospital daquela cidade e que, ao mesmo tempo, optavam por outras práticas de cura não institucionalizadas, entre os anos de 1903 e 1913. “Recorriam talvez a tratamentos empreendidos por outras mulheres mais próximas de suas condições sociais, a ponto destas serem responsáveis pelos vários cuidados de diversas gerações de suas famílias” (ROTILLI, 2017, p. 52). Fazendo uso da mesma documentação que Rotilli, Felipe Farret (2018) estudou os menores populares na Primeira República e, entre suas conclusões, afirmou que “a inserção no mundo do trabalho por parte de menores das camadas empobrecidas ocorria, aproximadamente, a partir dos 12 anos” e que, “os meninos jovens possuíam maior inserção em diferentes trabalhos”, geralmente ligados a serviços braçais, enquanto que para as meninas foram encontradas apenas dez profissões voltadas ao serviço doméstico (FARRET, 2018, p. 72).

Mesmo que esta seja uma documentação que nos apresenta um grande número de informações sobre o mesmo sujeito e possibilita o cruzamento de informações, é preciso ter alguns cuidados no momento de sua utilização. Uma das categorias que mais nos interessam ao analisar os trabalhadores é a cor descrita no documento, porém, sabemos que como todo documento, este era produzido com objetivos específicos. Estamos falando de um momento de reestruturação das hierarquias sociais, onde o componente cor é decisivo em meio as relações pessoais e determinante nas formas de tratamento em todos os ambientes, isso não era diferente dentro do Hospital. Nesse sentido, não sabemos se a designação de cor presente na fonte partia de uma

auto-definição do paciente, ou se era dada pelos funcionários responsáveis pelos registros da instituição, a partir de características físicas e de posição social daqueles que buscavam o Hospital. Além disso, havia aqueles que “mudavam de cor” ao longo de repetidas internações, como é o caso de Aério João de Oliveira, jornalista de 22 anos que ingressou no hospital em abril de 1902 por conta de uma Tuberculose e foi designado como de cor “preta”. Em outubro do mesmo ano, Aério João retornou ao hospital com a mesma enfermidade, mas foi registrado como “pardo”.

Outra questão a ser pensada é a quantidade de pessoas que buscavam atendimento no hospital, visto que o conhecimento médico e o entendimento do hospital enquanto lugar de cura, estava em desenvolvimento. No caso de Alegrete, nos anos de 1900 e 1901 ingressaram no Hospital o total de 210 pessoas, em uma realidade de 18.449 habitantes. Levando em consideração que o Hospital recebia majoritariamente pessoas pobres e que este ainda não era o lugar onde as pessoas pediam socorro às suas doenças, estamos falando de uma parcela da população, que mesmo pequena, é considerável, visto que nossos objetivos são acessar pobres trabalhadores.

Além disso, vale ressaltar que no caso dos registros do Hospital de Alegrete, o campo “sexo” do paciente não consta. Assim, este campo foi criado e designado por nós mesmos, a partir de variáveis como nome e/ou artigo determinante do sujeito em cada registro – como exemplo: brasileira, preta e solteira = classificada como mulher. A presença feminina nos dois anos analisados é inferior aos homens, e nesse sentido compartilhamos da explicação de Giane Flores, quando a autora fala que:

É sabido que por muito tempo o acesso às universidades foi restrito aos homens, desse modo, o campo médico neste período era de domínio masculino. Sabe-se também que nesta época predominavam na sociedade visões ligadas a honra e a moralidade, onde as mulheres consideradas “decentes” deveriam manter absoluta descrição sobre seus corpos e sua sexualidade. Nesse sentido é bom provável que as mulheres tinham certo pudor em expor suas moléstias para um médico homem. Além disso, nos casos de gravidez e puerpério ainda se recorriam em primeira instância às parteiras, consideradas mais hábeis e experientes (FLORES, 2019, p. 53).

Além da cor, a quantidade de pessoas que buscavam a instituição, e questões relacionadas ao gênero dos pacientes, o estado civil declarado também deve ser pensado como uma via de mão dupla, entre aquilo que o sujeito declarava e aquilo que o “escrivão” responsável pelo registro entendia e, conseqüentemente, registrava. Dito isso, passemos para algumas análises, deste modo ilustraremos de melhor forma a potencialidade da fonte e as ressalvas e observações que devemos atentar ao utilizá-la.

Transcritos os registros para uma planilha (*Excel*), filtramos os anos que interessam neste texto (1900 e 1901) totalizando 95 registros de trabalhadores homens de cor branca, parda e preta. Foram excluídos os registros de todas as mulheres, e daqueles homens designados com as outras classificações de cor (China, Índio e Indiática). Nesse sentido, entendemos como trabalhadores negros, aqueles designados como pardos e pretos, mas ressaltamos que este debate em torno das designações de cor é muito mais amplo e envolve diferentes áreas do conhecimento. Porém, como nosso objetivo é explanar a fonte e utilizar os trabalhadores como objeto de análise, resolvemos por adotar esta metodologia.

Tabela 1: Cor dos trabalhadores que ingressaram no HSCCA (1900-1901)

Cor	Ano				Total Geral	%
	1900	%	1901	%		
Branca	15	33%	24	50%	39	41%
Parda	14	33%	10	21%	25	27%
Preta	16	35%	14	29%	30	32%
Total	46	100%	48	100%	94	100%

Fonte: Livro de registro de entrada e saída dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. 1900-1905. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL.

No primeiro ano, observamos que os não brancos correspondem a 68% dos registros de ingresso no hospital, enquanto os brancos, 33%. Já em 1901 os números se alteram e a presença de trabalhadores designados como brancos sobe para 50%, igualando-se aos

não brancos. Embora esta instituição tenha sido procurada por uma quantidade significativa de homens brancos, é preciso levar em consideração que, mesmo a fonte não oferecendo dados sobre a classe do paciente, podemos afirmar que estamos tratando de homens brancos pobres, pois, homens de classe social e econômica melhor avantajada raramente procuravam o Hospital para tratar suas enfermidades.

Sobre as profissões destes trabalhadores, saltaram aos nossos olhos a baixa variação de ocupações, entre os dois anos analisados foram encontradas apenas três: jornaleiro, artista e agricultor, sendo esta última designada a apenas um sujeito. Para a tabela abaixo, excluímos 4 sujeitos que não possuíam profissão e 1 registro ilegível.

Tabela 2: Profissão e cor dos trabalhadores (1900-1901)

Profissão	Cor			Total
	Branca	Parda	Preta	
Artista	8	6	2	16
Jornaleiro	27	17	28	72
Agricultor	1	0	0	1
Total	36	23	30	89

Fonte: Livro de registro de entrada e saída dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. 1900-1905. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL.

Entre os “artistas”, profissionais com algum tipo de especialização da mão-de-obra, metade era branco e a outra metade era não branca. Porém, se analisarmos separadamente pardos e pretos, veremos que o número de artistas pretos é inferior aos artistas pardos, que se aproximam mais dos brancos, quantitativamente. É de se levar em consideração que, numa sociedade onde as designações de cor são muito fluídas, a posição sócio-ocupacional influenciava nos registros, bem como o tom da pele e a aparência física daqueles trabalhadores que chegavam a recepção do Hospital. No caso dos jornaleiros, ou seja, profissionais não fixos que trabalhavam por jornadas, os números dos designados como pretos aproximam-se dos brancos. Porém, se juntarmos novamente as duas designações, entre os jornaleiros (que

são pouco mais de 80% das profissões), os não brancos somam 50% do total, enquanto os brancos 30%. Com apenas um registro, que não sabemos se era de grande, médio ou pequeno porte sua produção, porém entre 89 trabalhadores, onde 53 eram não brancos e 36 eram brancos, o único descrito como agricultor ser branco não nos possibilita alguma afirmação, mas deixa esta questão em aberto, visto que as condições para trabalhadores não brancos eram bastante limitadas neste período de liberdade precária.

Tabela 3: Idade dos trabalhadores

Média de idade	Registros	%
11 a 15	1	1%
16 a 20	15	16%
21 a 30	26	28%
31 a 40	20	21%
41 a 60	18	19%
61 a 80	13	14%
Total Geral	93	99%

Fonte: Livro de registro de entrada e saída dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. 1900-1905. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL.

A tabela 3 nos mostra a média de idade destes trabalhadores. Retirado apenas um registro de um menino de menos de 10 anos de idade que não consta a profissão, temos o total de 93 registros. A média de idade que mais concentra os trabalhadores é entre 21 e 30 anos, com 28%, seguida por 31 a 40, com 21% e 41 a 60, com 19%. As outras faixas de idade representam 21% da amostragem geral. Nesse sentido, é perceptível que a idade destes trabalhadores, brancos e não brancos, concentrava-se em maior quantidade entre os 21 e 30 anos.

Tabela 4: Estado Civil e cor dos trabalhadores

Estado Civil	Cor						Total geral	%
	Branca	%	Parda	%	Preta	%		
Solteiro	25	64%	18	72%	21	70%	64	68%
Casado	9	23%	5	20%	7	23%	21	22%
Viúvo	5	13%	2	8%	2	7%	9	10%
Total	39	100%	25	100%	30	100%	94	100%

Fonte: Livro de registro de entrada e saída dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. 1900-1905. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL.

A partir da tabela 4, observamos que estamos tratando de uma sociedade que em sua maioria é solteira. Dividindo a análise por cor, temos o seguinte: entre os brancos 64% eram solteiros, 23% eram solteiros e 13% viúvos. Entre os pardos, 72% eram solteiros, 20% casados e 8% viúvos. Por fim, entre os trabalhadores designados como pretos, 70% eram casados, seguidos por 23% casados e 7% viúvos. Os números são similares, mas devemos atentar as diferenças e identificar onde elas se configuram, como é o caso dos brancos solteiros em relação aos não brancos solteiros, ou seja, brancos eram menos solteiros que os não brancos e, conseqüentemente alcançavam, mesmo que com pouca diferença, o casamento com maior frequência.

Vale ressaltar que estamos falando de uma sociedade do início do século XX, onde certas práticas estavam longe de se tornar palpáveis para determinados grupos sociais, como o casamento para a população pobre e, sobretudo, negra. Gabriela Rotilli, apoiada nos estudos de Sandra Arend, explica que era “comum que os e as populares se amiassem, ou seja, que construíssem relações afetivo-familiares à parte da chancela do Estado e da Igreja” (ARENDE, 2001 Apud ROTILLI, 2017). Assim, a prática do amasiamento era uma alternativa na construção de relações pessoais fixas e em muitos casos duradouras; e o casamento formal, que configurava um alto investimento financeiro e burocrático não estava no leque de fazeres da maioria da população pobre neste período, mesmo fazendo parte da realidade de uma parcela da sociedade.

A título de conclusão: últimas palavras

A história do trabalho no Brasil, durante muito tempo foi contada apenas a partir da experiência branca, sobretudo da experiência dos imigrantes europeus que ingressaram no país, principalmente no sul e sudeste, nas últimas décadas do XIX e início do XX, em grande parte fomentados pelo Estado brasileiro. Nesse sentido, parecia que a população negra, ex-escravizada ou não, e seus descendentes, haviam saído de cena na história do trabalho brasileira. Com o avanço das pesquisas históricas, a descoberta de novas fontes para o uso de uma história social do trabalho, que vise analisar os trabalhadores a partir de um recorte racial, além da classe, tem contribuído para o rompimento destas abordagens.

Neste texto, embasados nestes estudos e nas pesquisas do campo do pós-Abolição, procuramos evidenciar as possibilidades e potencialidades de registros hospitalares, como o Livro de registros de entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete, para a pesquisa acerca dos trabalhadores negros ao Sul do Brasil, local onde muito tempo a presença negra foi ocultada por narrativas brancas e elitistas. A partir das análises e do cruzamento das informações dos anos 1900 e 1901, percebemos que quem acessava o Hospital em Alegrete eram majoritariamente trabalhadores não brancos (pardos e pretos), solteiros e com a idade variando entre os 21 e 30 anos.

Ressaltamos que, nosso objetivo não foi diretamente apresentar dados referentes aos trabalhadores, e sim utilizar os registros destes indivíduos para exemplificar as diferentes categorias presentes nessa rica fonte, que em nosso caso tem ajudado, através da pesquisa, a produzir uma história social do trabalho em Alegrete. Esperamos que esta publicação, de alguma forma, possa abrir caminhos ou lançar luz para novas pesquisas que se utilizem desta fonte para uma história da população negra brasileira.

Referências bibliográficas

ANDREWS, George. **Negros e Brancos em São Paulo** (1888-1980). Bauru: EDUSC, 1998.

ARAÚJO FILHO, Luiz. **O Município de Alegrete**. Alegrete: O Coqueiro, 1908.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira república: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A.N (Orgs.). **Brasil Republicano**. O tempo do Liberalismo excludente – da proclamação da República a Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 181-212, 2003.

BRUNHAUSER, Felipe Farret. **Menores populares na Primeira República (Santa Maria, 1917 – 1921)**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, p. 83, 2018.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **Revista História Social**, Campinas, n. 19, p. 33-61 segundo semestre de 2010.

FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 57-72, 2008.

FLORES, Giane Caroline. **Sob a farda da polícia: Controle social, trabalho, cor e prestígio (Porto Alegre, fins do século XIX)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, p. 214, 2018.

GARCIA, Graciela Bonassa. **Terra, trabalho e propriedade: A estrutura agrária da campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 208, 2010.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LARA, Silvia Hunold. Blowin in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História**. São Paulo, n. 12, p. 43-56, 1995.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História**. São Paulo, v. 16, p. 25-38, 1998.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: o significado da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flavio. Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O cotidiano da República: elites e**

o povo na virada do século. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.

PIMENTA, Tânia Salgado. Assistência à saúde no interior do Rio de Janeiro do oitocentos. In: KORNDÖRFER, Ana Paula; BRUM, Cristiano Henrique de; ROSSI, Daiane Silveira; FLECK, Eliane Cristina Deckmann; e QUEVEDO, Éverton dos Reis (Orgs.) **História da assistência à saúde e à pobreza: olhares sobre suas instituições e seus atores.** São Leopoldo: Oikos, p. 41-57, 2017.

REVEL, Jacques. **Jogo de escalas: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROSSI, Daiane Silveira. A interiorização da assistência no sul do Brasil durante o início da República. In: KORNDÖRFER, Ana Paula; BRUM, Cristiano Henrique de; ROSSI, Daiane Silveira; FLECK, Eliane Cristina Deckmann; e QUEVEDO, Éverton dos Reis (Orgs.) **História da assistência à saúde e à pobreza: olhares sobre suas instituições e seus atores.** São Leopoldo: Oikos, p. 81-99, 2017.

ROSSI, Daiane Silveira. **Assistência à saúde e à pobreza no interior do sul do Brasil (1903- 1913).** Tese (Doutorado em História) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, p. 272, 2019.

SANGLARD, Gisele. Pobreza e assistência na escrita da história. In: KORNDÖRFER, Ana Paula; BRUM, Cristiano Henrique de; ROSSI, Daiane Silveira; FLECK, Eliane Cristina Deckmann; e QUEVEDO, Éverton dos Reis (Orgs.) **História da assistência à saúde e à pobreza: olhares sobre suas instituições e seus atores.** São Leopoldo: Oikos, p. 19-41, 2017.

SANTOS, Gabriela Rotilli dos. **Na saúde e na doença: perfil social das mulheres pobres na Santa Maria/RS do início do século XX (1903-1913).** Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, p. 63, 2017.

DIMENSÕES DO VIVER DAS CLASSES POPULARES NA NARRATIVA DE CAROLINA MARIA DE JESUS (1920 – 1937)

Sara Munique Noal¹

Introdução

Não é mais uma novidade no campo historiográfico que a literatura, principalmente a de características históricas, pode ser uma fonte privilegiada para entendermos determinados contextos sociais, políticos e econômicos ao longo da história. A Literatura está contida na realidade e na História porque retira destas os elementos que compõem os romances, as biografias, os contos. Por outro lado, a História se nutre imensamente da literatura, tornando-a fonte, material de pesquisa. E não é só isso. Muitos historiadores têm retirado da boa literatura, de características históricas, como *Germinal*, de E. Zola, e *Vinhas da Ira*, de John Steinbeck, elementos que embasam suas pesquisas. E.P.Thompson, lembrado por ser um historiador rigoroso com o trabalho com as fontes, elaborou algumas de suas hipóteses inspirado (ou influenciado) por escritores como Willian Morris e Thomas Hardy. (THOMPSON, 2002).

Nas palavras de Anatol Rosenfeld:

A ficção é um lugar ontológico privilegiado: lugar em que o homem pode viver e contemplar, através de personagens variadas, a plenitude da sua condição, e em que se torna transparente a si mesmo; lugar em que, transformando-se imaginariamente no outro, vivendo outros papéis e destacando-se de si mesmo, verifica, realiza e vive a sua condição fundamental de ser autoconsciente e livre, capaz

1 Doutoranda em História pelo Programa de pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Marechal Cândido Rondon. E-mail: saramunique@hotmail.com.

de desdobrar-se de si mesmo e de objetivar a sua própria situação. (ROSENFELD, 2005, p.48).

Tudo isso é possível visto que a literatura é um produto do homem e, portanto, social e historicamente referenciada. Apesar de serem ficcionais, as obras literárias, em certa medida, sempre são baseadas em uma realidade concreta. Esse é o caso das obras de Carolina Maria de Jesus (1914-1977), a qual se baseou nos contextos sociais, políticos e econômicos vividos e observados por ela para o desenvolvimento de suas obras, as quais podem ser fontes singulares para compreendermos as relações de trabalho e as condições de vida da classe trabalhadora marginalizada brasileira durante as décadas de 1920 e 1970 (período ao qual corresponde o conjunto de seus diários). A sensibilidade com que Carolina traduz em termos literários as experiências² vividas e observadas ao longo de sua trajetória é o que mais nos interessam do ponto de vista da História.

Nesse capítulo utilizaremos como fonte primária a obra *Diário de Bitita* (2014), a qual encerra a trilogia dos diários e que corresponde à infância de Carolina. Publicado no Brasil em 1986, o diário foi dividido em pequenos capítulos que contam algumas situações vivenciadas pela autora. Os relatos presentes nessa obra não foram escritos a luz dos acontecimentos, como nos outros diários da escritora³, mas se trata de um exercício de rememoração de sua infância (mais ou menos a partir dos 5 anos de idade) e também de suas andanças pelo interior dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, antes de se estabelecer na capital paulista (1920-1937).

Nessa obra podemos observar inúmeras questões que envol-

2 Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo [experiência humana] - não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, pp. 225-226).

3 *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada (1960); *Casa de Alvenaria*: diário de uma ex-favelada (1961).

vem os modos de viver, a cultura e as relações sociais estabelecidas pelos trabalhadores naquele momento. Outro ponto que se destaca é o ingresso de Carolina no ensino formal, seu processo de alfabetização e o posterior abandono da escola (porém não dos estudos, que seguiram de forma autônoma).

Apesar dos inúmeros temas relevantes de serem analisados por meio dessas narrativas, no desenvolvimento desse capítulo priorizaremos as análises em relação as condições de trabalho de homens e mulheres moradores de Sacramento, bem como a estigmatização e a criminalização sofrida por eles, principalmente levando em consideração o fato da grande maioria serem trabalhadores negros.

Dimensões do viver das classes populares no campo e na cidade (1920-1937).

Carolina nasceu em 1914, na cidade de Sacramento (MG) e morreu em 1977 em seu sítio, localizado em Parelheiros, na cidade de São Paulo (SP). Pode-se dizer que Carolina, ao longo de sua trajetória, viveu e testemunhou uma série de mudanças ocorridas na vida econômica e política do país. Nasceu sob a égide da primeira República, numa região agrícola que oferecia poucos horizontes para os trabalhadores, fosse no campo ou na cidade. Carolina de Jesus descendia de uma família de negros, que ainda sofriam com as sequelas deixadas pelos séculos de escravidão no Brasil, do ponto de vista moral e material. Essa era uma realidade muito comum em Sacramento, região marcada pelo período escravista, onde residia um grande número de negros, ex-escravos ou descendentes de escravos⁴. Pela sua condição

4 Segundo consta em levantamento de 1872, publicado recentemente na biblioteca do IBGE, nesse momento Minas Gerais possuía uma população de aproximadamente 2 milhões de pessoas, sendo que destes 1.086,366 eram de pretos e pardos livres e escravos, 32.316 de caboclos e 830.927 de brancos. Assim, cerca de 55% da população era de negros e pardos. Já no censo realizado em 1960 a porcentagem de negros e pardos em Minas Gerais havia caído para 40% da população total. Das 9.698.118 pessoas residentes em Minas, 1.179.373 se declararam negras e 2.763.298 pardas. Apesar da redução, os dados revelam como as pessoas de cor ainda representava quase metade da população de Minas Gerais. Informações disponíveis em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v8_p2_mg.pdf acessado em 29/08/2018 às 15h00; <https://>

social o trabalho na roça jamais poderia garantir ganho suficiente para adquirir a própria terra. De outro lado, as cidades do interior representavam um mercado de trabalho fortemente marcado pela precariedade e pela baixa remuneração. Dentro desse universo muito bem matizado de relações sociais, os limites eram muito rígidos e não se via possibilidade de ascensão social.

Essas questões aparecem mais explicitamente na obra *Diário de Bitita*, publicada no Brasil no ano de 1986, onde ela narra parte de suas experiências vividas na infância. Dentre elas, a questão do trabalho se destaca. Segundo Carolina, não havia muitas opções para os pobres, que geralmente trabalhavam nas fazendas da região. No caso das mulheres, se revezavam entre o trabalho no campo (plantio e colheita) e nas casas dos fazendeiros (lavando, cozinhando e cuidando das crianças). Segundo narra Carolina: “As mulheres pobres não tinham tempo para cuidar dos seus lares. Às seis da manhã, elas deviam estar nas casas das patroas para acender o fogo e preparar a refeição matinal. Que coisa horrível!” (JESUS, 2014, p. 36). Na continuação do relato ela ainda aponta: “Quantas louças e talheres e panelas para serem lavados! E tinha que arear os talheres. Lavar os ladrilhos, enxuga-los com panos. Deixavam o trabalho às onze da noite” (JESUS, 2014, p. 37).

Essas observações indicam as longas e árduas jornadas de trabalho enfrentadas por esses trabalhadores. Se fizermos as contas, essas mulheres trabalhavam cerca de 17 horas por dia, muito provavelmente, por um salário que não correspondia ao esforço empregado por elas. Um indício dos baixos salários pagos aos trabalhadores é o fato das mulheres levarem comida das casas onde trabalhavam para os filhos. Sobre isso, Carolina aponta: “No jantar, as cozinheiras faziam mais comida, para sobrar” enquanto seus filhos “ficavam acordados esperando mamãe chegar com a comida gostosa das casas ricas” (JESUS, 2014, p. 37). Percebemos uma certa generalização em relação a essas trabalhadoras, como se a condição de quem trabalhasse nas casas das patroas fosse constante, muito provavelmente resultado tanto de suas

biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t9_mg.pdf
acessado em 30/08/2018 às 09h00.

observações como também de sua própria experiência, visto que tanto ela, como também sua mãe, eram uma dessas mulheres.

Independente da ocupação, a exploração no trabalho era constante, principalmente em decorrência de “ter muitas pessoas para trabalhar e pouquíssimos os locais para trabalhar” (JESUS, 2014, p. 38), e por isso, “a patroa era tratada como se fosse uma santa no altar” (JESUS, 2014, p. 38). Esses apontamentos nos revelam parte das relações sociais que se estabeleciam entre a classe trabalhadora, composta majoritariamente por negros, e a classe dominante. A falta de trabalho resultava na aceitação de qualquer tipo de serviço, das condições de trabalho e de salário, visto que não existia seguridade ou mesmo leis que regulamentassem as relações trabalhistas⁵.

As condições de trabalho no campo também não eram muito diferentes, tanto do ponto de vista da exploração e como também da má remuneração. Carolina conta pelo menos duas situações em que ela e a família foram trabalhar na lavoura. A primeira vez foram trabalhar na fazenda do seu Olímpio Rodrigues Araújo. Segundo ela, a opção de irem trabalhar na roça os favoreceria, visto que esse era “o lugar apropriado para os pobres”, pois “a vida no campo, além de ser mais saudável, é mais simples” (JESUS, 2014, p. 131). Realmente, nos primeiros anos em que viveram nessa fazenda a vida foi mais fácil, principalmente porque havia fartura de alimentos. Ao que parece pelos relatos, a família de Carolina foi contratada nessa fazenda para a safra do café, plantavam e colhiam de acordo com o período. Além disso, no tempo livre eles plantavam verduras e outros alimentos para consumo próprio, o que permitia que tivessem uma melhor alimentação com um menor custo. No entanto, decorridos cerca de quatro anos, todos eles foram expulsos da terra. Mais uma vez, Carolina ex-

5 Vale ressaltar que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) “foi criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e sancionada pelo presidente Getúlio Vargas, durante o período do Estado Novo. A Consolidação foi assinada pelo então presidente no Estádio de São Januário (Club de Regatas Vasco da Gama), que estava lotado para comemorar o feito. Dois anos antes, em 1941, Getúlio havia assinado a criação da Justiça do Trabalho, no mesmo local e mesmo dia do ano”. Informações retiradas do site <<https://trt-24.jusbrasil.com.br/noticias/100474551/historia-a-criacao-da-clt>> acessado em 26/06/2019 às 09h45.

põe a exploração sofrida:

- Vão embora! Não os quero na minha fazenda. Vocês não me dão lucro. Só dão prejuízos, a sua lavoura é fraca.
- O meu padraço pediu:
- Se o senhor me alugar o arado para arar as terras.
- Não dou nada, vão embora. Você vai vender verduras em Uberaba, ganha muito dinheiro e não divide comigo.
- Ele vendia mil sacos de café classificado, o café moca. Vendia cem porcos gordos para os frigoríficos, e nós ganhávamos trinta mil-réis com as verduras, e ele queria divisão.
- Nessas fazendas só o fazendeiro é quem tem o direito de ganhar dinheiro.
- Você me deve oitocentos mil-réis e não me paga. Eu não sou teu pai (JESUS, 2014, p. 138).

Fica evidente a tentativa de exploração por parte do fazendeiro, que além de expulsá-los sem os devidos acertos, deixando-os à beira da miséria, sem ter para onde ir, ainda julgava estar em débito, afirmando que eles lhe deviam por ter trabalhado. Essa prática exploratória de dívidas também era uma forma de manter os trabalhadores nas fazendas sem pagamento pelo serviço realizado, remetendo a uma tentativa de “escravidão moderna”. Isso se evidencia ainda mais quando o padraço de Carolina contesta o fazendeiro e esse responde “- Oh, se ainda existisse o tronco!” (JESUS, 2014, p. 138).

Na segunda fazenda aonde vão trabalhar, também na colheita de café, a situação é ainda pior. Lá, além das duras jornadas de trabalho eles não tinham permissão para plantar os próprios alimentos. Segundo Carolina, “serviços tínhamos demais até, comida pouquíssima!” (JESUS, 2014, p. 140). Além disso, sempre que os trabalhadores procuravam receber seus ordenados, ele afirmava “vocês estão me devendo” e completava: “Eu só vejo vocês comerem, não vejo serviço” (JESUS, 2014, p. 141). A exploração era tão avassaladora nesse lugar que os trabalhadores resolveram fugir, deixando todos os seus pertences para trás. Aqui, mais uma vez observamos a prática da escravidão por dívidas, em que o trabalhador é obrigado a se manter na fazenda, trabalhando sem remuneração e ainda é obrigado a pagar ao dono pela moradia e comida, geralmente vendida nos armazéns da própria fazenda a preços mais altos. Como apontou Carolina: “Nós entramos

pobres na fazenda e saímos mais pobres ainda. Carpimos doze mil pés de café, e colhemos também, e não recebemos nada. Que crueldade! Nos tirar da nossa casa, nos espoliar, e nos abandonar sem um tostão” (JESUS, 2014, p. 143).

Ademais, aliada à exploração, às péssimas condições de trabalho e de remuneração, outras questões aparecem, como a discriminação pela cor, a criminalização dos trabalhadores negros, as relações de poder e a estigmatização em torno do negro. Tudo isso pode ser inicialmente observado já nas experiências relatadas anteriormente, como o fato do patrão querer levá-los para o tronco, ou a tentativa de escravização por dívidas. Em partes isso se dava pela herança deixada pelos séculos de escravidão, e em parte pela falta de seguridade social e ausência do Estado.

Dentro dessa perspectiva, nos chama a atenção as reflexões feitas por ela no capítulo intitulado “Ser pobre”. Nele, ela faz a seguinte reflexão:

O homem pobre deveria gerar, nascer, crescer e viver sempre com paciência para suportar as filúcias dos donos do mundo. Porque só os homens ricos é que podiam dizer: “Sabe com quem você está falando?”, para mostrar a sua superioridade (JESUS, 2014, p. 38).

Aqui, podemos observar como se estabeleciam as relações de poder entre a classe dominante e os trabalhadores. Embora aqui ela use os termos rico e pobre, essa relação geralmente se estabelecia também pela dicotomia branco e negro. Por mais que avaliemos que nem todos os brancos eram ricos, os ricos de Sacramento eram brancos, visto que em determinado momento Carolina escreve: “naquela época, os dois únicos negros importantes eram Patrício Teixeira, um cantor, e o doutor Azevedo Costa, de Uberaba” (JESUS, 2014, p. 43). Na sequência do relato anterior, ela ainda aponta:

Se o filho do patrão espancasse o filho da cozinheira, ela não podia reclamar para não perder o emprego. Mas se a cozinheira tinha filha, pobre negrinha. O filho da patroa a utilizaria para o seu noviciado sexual. (...). No fim de nove meses, a negrinha era mãe de um mulato, ou pardo. (...). Quantas mães solteiras se suicidavam, outras morriam tísicas de tanto chorar.

O pai negro era afônico; se pretendia reclamar, o patrão impunha:

- Cale a boca, negro vadio! Vagabundo! (JESUS, 2014, pp. 38-39).

As relações de dominação eram tão intensas que eram passadas de pai para filho, tanto em relação aos que dominavam, como também dos dominados. A única solução era aceitar, pois os questionamentos podiam gerar consequências ainda piores, como humilhações públicas, demissões e até a prisão. Em outro momento, ela também aponta, “se o doutor Oliveira que estudou em Coimbra disse: - Negro ladrão... – aquilo ia transferindo-se de boca em boca. E aquele negro, sem nunca ter roubado, era um ladrão. (...) E não se reabilitava jamais” (JESUS, 2014, pp. 38-39). O “doutor” representa aqui a autoridade, dentro de uma sociedade altamente hierarquizada e meritocrática. Assim, dependendo de quem pronuncia, a palavra se torna lei, não pode ser questionada: o doutor tem autoridade, ele é alguém que pode se pronunciar, ele tinha as credenciais para fazê-lo.

O que sustenta essa relação, no entanto, é a estigmatização e a criminalização dos negros, como podemos notar nos trechos acima. Boris Fausto, ao analisar a criminalidade em São Paulo no final do século XIX e início do XX, constatou que, “no âmbito dos processos penais, a estigmatização da cor se desenha nítida ao longo dos anos”, sendo em que em muitos processos analisados por ele, buscava se destacar a cor do sujeito detido, geralmente acompanhada de um termo depreciativo (FAUSTO, 1984, p. 54).

Rotular esses trabalhadores como vadios, preguiçosos, vagabundos, ladrões, entre outros termos pejorativos era uma forma de sustentar essa dominação. Essas “interpretações” da classe dominante em relação aos trabalhadores serviam, por exemplo, para escamotear as suas ações em relação aqueles sujeitos. Exemplo muito evidente dessa tentativa ocorreu durante o tempo em que Carolina trabalhou na residência de seu Armand Goulart. Segundo sua narrativa, ela foi acusada de ter roubado cem mil-réis de um padre que era parente da família.

Eu estava estendendo a roupa quando chegaram dois soldados.

- Vamos, vamos, vagabunda. Ladra! Nojenta. Leprosa.

Assustei:

- O que houve?

- Ainda pergunta cara de pau! Você roubou cem mil-réis do padre Geraldo. (...) Fui presa por dois soldados e um sargento. Pensei: “Será que eles vão me obrigar a percorrer as ruas com as crianças gritando: a Bitita roubou cem mil-réis. – A Bitita roubou cem mil-réis!”. Compreendi que todos os pretos deveriam esperar por isso. Quando o soldado ia me bater o telefone tocou. O padre avisava que havia encontrado o dinheiro na carteira de cigarros. Ele queria me pedir perdão.
A família não consentiu dizendo que o negro tem a mentalidade de animal. A prova é visível, eles só sabem dançar e beber pinga. (JESUS, 2014, pp. 145-146).

Essa memória narrada por Carolina nos permite observar como a exploração, a opressão e a criminalização dos negros naquele momento estavam interligadas entre si. Se toda a situação já nos causa desconforto diante da acusação sem provas, da prisão arbitrária, dos adjetivos utilizados para caracterizá-la (nojenta, vagabunda), o desfecho nos deixa estarrecidos. Mesmo sendo injusta toda a situação, o fato de ela ser negra justificava toda a cena pois, segundo aquela família, os negros não poderiam ser considerados seres humanos. Nessa perspectiva, Boris Fausto também analisa que ser negro, naquele momento, era “um atributo negativo conferido pela natureza que só se desfaz parcial e excepcionalmente pela demonstração de características positivas: o devotamento ao trabalho, a fidelidade a algum branco protetor, a humildade etc.” (FAUSTO, 1984, p. 55).

Diante dessa estigmatização fortemente enraizada na sociedade em relação aos negros, uma das únicas formas de se manter fora do alcance das autoridades era por meio do trabalho. Após a abolição da escravidão, a classe dominante buscou construir, em torno do trabalho, uma aura de moralidade, de enobrecimento, como uma forma de controle dos trabalhadores negros. Até aquele momento o trabalho braçal, tanto na lavoura como nas casas dos patrões, possuía valor negativo, diretamente relacionada à condição de escravo. Segundo Chalhoub, a classe dominante buscou “educar os libertos” para a vida em sociedade, transmitindo o valor do trabalho como um valor moral, como o “elemento característico da vida ‘civilizada’”, visto que “quanto mais dedicação e abnegação o indivíduo tiver em seu trabalho, maiores serão os seus atributos morais” (CHALHOUB, 2001, pp.

69-70).

Porém, fica evidente nas discussões acima como esse trabalho se apresentava como uma dupla concepção na realidade dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que precisavam se manter trabalhando, não apenas por uma questão financeira, mas também por uma questão moral, era por meio desse trabalho que se efetivava a exploração e a opressão desses trabalhadores. Dessa forma, estes aguentavam abusos físicos, sexuais, psicológicos, não apenas para manter o emprego, mas para não se tornarem, nos termos de Laura de Mello e Souza, “desclassificados sociais”⁶. Além do que, estar trabalhando não era garantia de que essa estigmatização se findasse. Em muitos casos, essa situação chegava ao extremo, quando a cor da pele se tornava legitimadora da criminalização. “Quando os pretos falavam: - Nós agora estamos em liberdade. – Eu pensava: ‘Mas que liberdade é essa se eles têm que correr das autoridades como se fossem culpados de crimes?’” (JESUS, 2014, p. 59). O termo “fossem” (pretérito imperfeito do subjuntivo) aparece aqui como uma probabilidade que não necessariamente tenha acontecido, ou seja, eles tinham que correr das autoridades mesmo não sendo culpados.

Exemplo claro disso aconteceu com sua mãe, presa sem motivos aparentes. “Um dia, minha mãe estava lavando roupas (...). Os policiais prenderam-na. (...) Eu pensava: ‘Só as pretas que vão presas’” (JESUS, 2014, p. 31)⁷. Isso se evidencia ainda mais quando observamos que, entre 1904 e 1906, “negros e mulatos são presos em proporção mais de duas vezes superior à parcela que representam na população da cidade” visto que constituíam cerca de 10% da população,

⁶ Segundo Souza, “‘desclassificado social’ remete, obrigatoriamente, ao conceito de classificação, deixando claro que, se existe uma ordem classificatória, o seu reverso é a desclassificação. Em outras palavras: uns são bem classificados porque outros não o são, e o desclassificado só existe enquanto existe o classificado social, partes antagônicas e complementares do mesmo todo” (SOUZA, 2004 p. 25).

⁷ Apesar da proximidade em relação à abolição da escravidão, essa mentalidade não parece estar apenas relacionada com aquele período, visto que, segundo Fausto, mais de 30 anos depois da abolição ainda podemos observar como essa criminalização aparecia constantemente nos processos estudados por ele (FAUSTO, 1984, p. 54).

enquanto representam 28,5% do total de presos (FAUSTO, 1984, p. 52).

Em outra situação, vivenciada por Carolina ainda quando criança, observamos como essa criminalização estava presente em todos os momentos da vida dos trabalhadores negros, e uma simples atitude de criança poderia virar caso de polícia:

- Se eu pudesse comprar isto! Se eu pudesse comprar aquilo!
Vestia um vestido da minha mãe, amarrava um barbante na cintura e pulava o muro da vizinha, trepava nas árvores, colhia as frutas, ia introduzindo-as dentro do seio, depois descia e ia saboreá-las.
Mas não sentia tranquilidade interior, meu subconsciente me advertia que havia praticado um ato indigno (JESUS, 2014, p. 57).

Em um primeiro momento, quando lemos esta narrativa a atitude nos parece uma simples peraltice de criança: subir em árvores e comer frutas. Mas, a observação sobre a intranquilidade que sentia durante a brincadeira nos chama atenção. Não é rotina uma criança fazer tal reflexão acerca de uma prática tão inocente. Porém ela continua o relato, contando que em um determinado dia, ao tentar pegar mangas, ela caiu e a dona da mangueira veio ver o que havia. Ao avistar Carolina com as frutas, a vizinha a repreende “- Então é você quem rouba as minhas frutas. Negrinha vagabunda. Negro não presta” (JESUS, 2014, p. 58). Os termos utilizados para repreender a menina não condizem com o “crime”. Afinal, era uma criança, fazendo coisas de criança. Mais do que isso, é válido observar que dona Faustina, não se limitou a repreender Carolina, mas atacou todos os negros, de forma generalizada, como se o fato não fosse resultado do comportamento de uma criança, mas sim da gênese do negro.

A criminalização dos trabalhadores negros também aparece em outras situações vivenciadas por eles. Quando chegou à adolescência, Carolina começou a desenvolver uma doença em suas pernas, muito provavelmente varizes, que geravam feridas. A falta de assistência médica em Sacramento fez com que ela se dirigisse a outras cidades do interior de Minas Gerais e São Paulo em busca de tratamento. Uberaba foi um dos lugares para onde se dirigiu, pois soube que lá havia bons médicos. Ao chegar à cidade desconhecida, sem dinheiro e lugar

para ficar, buscou abrigo na casa de uma tia. No entanto, ao chegar a primeira coisa que a tia lhe perguntou foi:

- Você com certeza já jantou.
- Não senhora.
- Ela dirigiu-me um olhar furioso. Pôs um pouquinho de feijão e arroz e foi dizendo:
- Visitas de boca não me interessam. Visitas de braços, sim. Como foi que você descobriu a minha casa?
- Foi uma mulher quem me ensinou.
- Minha tia Ana ficou furiosa, xingando
- Ah, mulher infame, desgraçada! Ela que vá para o inferno! (JESUS, 2014, p. 164).

Como “visitas de boca” não interessavam a tia Ana, ela logo intimou Carolina a conseguir algum dinheiro, nem que fosse à base da mendicância, caso contrário ela deveria arranjar outro lugar para ficar. Sem alternativas, ela sai pela cidade pedindo esmolas. Na primeira casa em que bateu, a proprietária lhe disse:

- Você é novinha e pedindo esmola. Não tem vergonha? É por isso que ninguém gosta dos negros, vocês são indolentes, imprestáveis. Vai trabalhar, nojenta.
- É que eu estou doente.
- Procure a Santa Casa!
- Eles não me internam. Minha doença é de ambulatório.
- Você não tem mãe, não tem parentes? Vocês, médiocres, dão graças a Deus quando aparecem essas chagas nos seus corpos, para tirarem proveito da doença pedindo esmolas. É que vocês, que são ignorantes, não sabem o valor de um corpo são, sem enfermidades (JESUS, 2014, p. 167).

Ao analisar as condições de sobrevivência dos pobres na capital paulista no final do século XIX e início do século XX, Maria Inez Machado Borges Pinto aponta que alguns motivos para a “prática do pedinte, como a doença, a velhice, a invalidez, eram legitimadas por órgão da imprensa, por exemplo, sendo que, “em muitos casos, a imprensa adotava uma postura de complacência, enchendo-se de consideração para com os pobres ‘verdadeiramente’ necessitados” (PINTO, 1994, pp. 218-219). A imprensa talvez fosse condescendente, mas a sociedade na sua grande maioria não aceitava a mendicância. A criminalização do trabalhador negro aparece novamente nessa situação,

de forma ainda mais explícita. Mesmo alegando estar doente e não ter como se tratar da doença, nem como trabalhar por causa dela, os insultos por parte da dona da casa continuaram. Pela narrativa parece que a doença, ao contrário do que defendiam os jornais a respeito da prática da mendicância, aparece como “deslegitimadora” da condição de trabalhador. Em outras palavras, seria como se o trabalhador pobre e negro não tivesse “direito” a ficar doente, sendo que essa condição reforçava o estigma de “vagabundo, indolente, ignorante” (entre outros pejorativos, como os expostos na situação acima). Nesse sentido, percebemos como essas situações revelavam o caráter mais desumano da sociedade republicana. Mais do que isso, essas questões se “justificavam” pelo valor que o trabalho adquiriu historicamente na sociedade moderna. Tais sentimentos de desprezo e repulsa foram e ainda são fundamentais para compelir todos ao trabalho, mesmo estando doentes.

As situações experimentadas por Carolina ao longo dessa jornada vão revelando a precariedade das condições encontradas pelos trabalhadores em momentos de grande dificuldade. Claro que nesse caso ela tinha um agravante que era a doença. Mas, esse ponto chama ainda mais atenção, pois estando ou não doente, o trabalhador que deixa o meio rural em busca de uma nova condição de vida, geralmente não espera que a situação se agrave ainda mais, mas que, mesmo minimamente, encontre maiores possibilidades de sobreviver. Contudo, em determinadas situações, a sobrevivência na cidade era ainda mais difícil do que na zona rural. No campo, por exemplo, as relações sociais eram mais simples dentro da classe trabalhadora, visto que existia um conjunto de relações recíprocas entre os trabalhadores de uma fazenda, por exemplo. O pequeno núcleo familiar (mãe, pai, irmãos) também aparece como suporte, tanto emocional ou financeiro, de acordo com as necessidades. Nesse sentido, no campo raramente a necessidade se expressa como impossibilidade de sobrevivência; apesar do trabalho ser árduo, existem meios de produzir o próprio sustento, enquanto que no meio urbano muitas vezes não existem alternativas além da criminalidade ou da mendicância (DURHAM,

1984, p. 163), como podemos observar na própria experiência relatada por Carolina.

Quando ela procura esse tipo de assistência nos parentes e conhecidos que residiam nas cidades, a recepção foi fria, revelando, entre outras coisas, a ausência de socialização e até mesmo de solidariedade. Mas, não podemos negar que essa frieza com que foi recebida também indica uma condição mais generalizada vivida pelos trabalhadores nessas cidades. A forma como tia Ana se dirige a Carolina logo que ela põe os pés na sua casa, primeiramente indagando se ela já havia jantado e posteriormente afirmando que “visitas de boca” não interessam, mostram como a sua condição era instável. Apesar de ter uma casa confortável e todos terem trabalho, uma pessoa a mais para alimentar poderia significar um desequilíbrio nas finanças, ainda mais alguém doente, que provavelmente ficaria ali durante um período consideravelmente longo. O mesmo ocorreu em Uberaba, quando ela procurou uma conhecida, dona Maria Leonaldo. Ela também tratou de despachar logo Carolina, permitindo que ela dormisse lá apenas uma noite, e no galinheiro, pois segundo ela: “– Ninguém te dá serviço” (JESUS, 2014, p. 152). Novamente, o fato de Carolina estar impossibilitada de contribuir com as despesas da casa, e ela própria ser mais uma despesa, gerou essa tentativa de afastá-la. Isso fica ainda mais evidente pelo fato de haver outra mulher morando na casa de dona Maria Leonaldo. Porém, como aponta Carolina, “ela era cozinheira de uma família rica. À noite ela trazia café, açúcar, sabão e dava para a dona Maria” (JESUS, 2014, p. 152).

Mas, a peregrinação de Carolina em busca de tratamento revela mais do que apenas a criminalização sofrida pelos trabalhadores quando se encontravam em situações de completa miséria. Em todos os lugares que passou percebemos, por exemplo, uma completa ausência do Estado, tanto do ponto de vista médico, como também de uma previdência social. Como já observamos, Carolina não podia trabalhar e, mesmo que tentasse encontrar emprego, dificilmente conseguia devido ao aspecto e odor das feridas. No único hospital que conseguiu atendimento se limitaram a fazer curativos e mandá-la embora, pois

não podiam interná-la. E isso gerava um paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que não podiam interná-la, ela deveria repousar para que as feridas sarassem. Sem dinheiro, sem trabalho, sem abrigo, ela não conseguia nem uma coisa e nem outra.

Foi nas instituições religiosas conhecidas como “Santa Casa” que Carolina conseguiu melhorar um pouco de suas pernas. As freiras cuidavam e limpavam suas feridas todos os dias, trocavam seus curativos e permitiam que ela repousasse. Além de abrigo, Carolina também tinha comida, banheiro onde podia tomar banho, entre outros benefícios aos quais ela poucas vezes teve acesso à época. No entanto, não sabemos onde exatamente ela conseguiu se curar da doença, visto que ela apenas relata: “Comecei a viajar, procurando tratar-me. Sarei. Que alegria! Minha mãe sorria” (JESUS, 2014, p. 185).

Após a cura nas pernas, Carolina voltou a trabalhar como doméstica, mas agora o objetivo passou a ser chegar à cidade de São Paulo. Apesar das dificuldades enfrentadas nas cidades do interior, a capital paulista era diferente. Naquele momento a cidade era vendida como um lugar onde não faltava trabalho aos pobres, principalmente em decorrência do processo de industrialização e modernização empreendidos pelo então presidente Getúlio Vargas.

Já nos anos de 1930, São Paulo começava a ser conhecida como

(...) a cidade das ladeiras e dos viadutos, a ‘metrópole internacional’, a ‘cidade cosmopolita’, a ‘cidade de energia’, a ‘capital do progresso’, a ‘grande oficina’, e ‘capital industrial do Brasil’, a ‘capital de capital’, a ‘cidade dinâmica’ e a ‘city of homes’, o grande centro cultural do país, a ‘cidade que mais cresce no Mundo’ (...) (PETRONES, 1955, p. 157).

Assim, ao que tudo indica, a cidade era vista pelos trabalhadores como “a cidade sucursal do céu”, pois os que para lá foram “não mais voltaram para os seus estados. Conseguiram emprego em São Paulo” (JESUS, 2014, p. 158). É importante ressaltar que nesse momento o Brasil vivia a *Era Vargas*, um período marcado pelo forte discurso em prol do trabalho e do progresso. É principalmente isso que Carolina vai buscar na tão sonhada capital, um trabalho que lhe permitisse estabilidade: “quem sabe ia conseguir meios para comprar uma casinha

e viver o resto dos meus dias com tranquilidade...” (JESUS, 2014, p. 206).

Conclusão

Um dos aspectos centrais da obra de Carolina é o valor de sua experiência e testemunho sobre a vida dos trabalhadores pobres. A partir de suas obras podemos observar dimensões menos palpáveis da vida desses trabalhadores. Assim, do ponto de vista histórico, as obras de Carolina aparecem como fontes privilegiadas para compreendermos e desenvolvermos as questões acima apresentadas. Carolina, apesar de ser escritora, era, antes de tudo, trabalhadora. As suas produções podem ser encaradas como evidências que nos permitem observar como esses embates em torno do trabalho e dos valores (e dos próprios modos de viver), são construídos, tendo, em muitos casos, o Estado como reproduzidor de um determinado “padrão moral” socialmente aceito. Mais do que isso, por meio das obras de Carolina, é possível entender este processo a partir de uma visão “de baixo”, ou da “gente comum” (HOBSBAWM, 2001, p. 216), buscando-se identificar, pelo olhar de Carolina, como os trabalhadores podiam se perceber no mundo e como atuavam dentro de um cenário profundamente desigual.

Referências

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. São Paulo: Sesi-SP Editora, 2014.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1984.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. Tradução de Cid Knipel Moreira. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.

PETRONES, Pasquale. **A cidade de São Paulo no século XX**:

São Paulo transforma-se em metrópole industrial. *Revista de História*, São Paulo, v. 10, n° 21-22, 1955.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e Sobrevivência**: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

ROSENFELD, Anatol. Literatura e personagem. In: CANDIDO, Antonio., GOMES, Paulo Emílio Salles., PRADO, Décio de Almeida e ROSENFELD, Anatol. **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edição Graal, 2004.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros. Tradução de Waltensir Outra. Rio: Zahar, 1981.

_____. **Os Românticos**: a Inglaterra na era revolucionária. Tradução de Sérgio Moraes Rêgo Reis. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

DE GUAPORÉ AO PORTO DE MUÇUM: DINÂMICAS COMERCIAIS E DE PARENTELA NA ANTIGA REGIÃO DE COLONIZAÇÃO ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL

Marinilse Marina¹

Introdução

Saiba que quando viemos, em 1888, de Brusaporco (Castelfranco Vêneto), éramos em onze e não tínhamos nada, ou melhor, um débito de duas mil libras emprestadas para fazer a viagem. Hoje, os nossos descendentes são 180, pagamos aquela dívida e nos encontramos, graças ao bom Deus, em boas condições².

O relato acima faz referência à trajetória do patriarca Girolamo Busato, imigrante proveniente da região italiana do Vêneto que instalou-se com numerosa prole em Antônio Prado, em 1888, e posteriormente no distrito de Casca, pertencente à então colônia de Guaporé. Conforme observamos na fala de Girolamo, ele e sua família se encaixam no quadro dos imigrantes que “deram certo” no Rio Grande do Sul. Todavia, esse caso suscita as seguintes perguntas: como os imigrantes que chegaram ao sul do país acompanhados por uma grande família, e trazendo à tona o discurso da pobreza de origem, conseguiu-

1 Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo -UPF. Bolsista FAPERGS. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul. As informações neste artigo são bastante sucintas, mas no trabalho elaborado no mestrado publicado em livro pela editora da UPF, intitulado: *Casar bem: [recurso eletrônico] : estratégias matrimoniais e econômicas na Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul (1906-1970)*, encontram-se diversas estruturas familiares, inclusive dos matrimônios e associações que ocorreram por gerações. E-mail: marinilsemarina@gmail.com

2 Trecho da entrevista do imigrante italiano Girolamo Busato registrado no álbum comemorativo do *Cinquantesimo della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud, vol 1, 1875-1925: la cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud*. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso e Cia.; Livraria do Globo, 1925, p. 61 (apud BENEDEUZI, 2011, p. 142).

ram obter ascensão econômica e social? Qual é o perfil desse grupo?

Movidos por essas questões, iniciamos nossa pesquisa buscando indícios para entender quais os fatores que diferenciavam os imigrantes que obtiveram ascensão socioeconômica dos demais. Em termos teóricos e metodológicos nosso estudo segue a linha da micro-história italiana, que é vista como uma nova área nas possibilidades históricas, pois este olhar diferenciado pode ser cruzado com os mais variados conceitos históricos, além de ser imprescindível o cuidado para não confundir simplesmente com uma história regional ou local, ou uma história menor. O micro-historiador busca um recorte, mas com a intenção de olhar além daquele espaço, por exemplo, quando analisamos trajetórias, a intenção não é uma simples biografia, mas sim perceber as características que poderão surgir através das particularidades do indivíduo e que levarão ao entendimento de um contexto muito mais amplo. Ou seja, o particular é o ponto de partida, não de chegada, pois são as perguntas realizadas a cada situação que vão permitir a compreensão de contextos mais amplos.

Pautamos a pesquisa no método indiciário de Ginzburg (1989), trabalhamos com um entrecruzamento de fontes, tanto documentais quanto orais. Assim, o recorte de nosso estudo está centrado na família Busato e suas redes familiares e econômicas com as famílias: Panolfo, Lunardi e Bernardi, que fixaram-se na região nordeste do Rio Grande do Sul no início do século XX, onde estabeleceram uma complexa rede de comércio, favorecidos pelo porto de Muçum (usado para o escoamento da produção agrícola da colônia). Ao traçar as trajetórias familiares encontram-se indícios sobre alianças e estratégias que estes comerciantes utilizaram no período de 1906 a 1970, para montar uma consistente rede de comércio, permitindo-lhes ascensão social e projeção econômica e política.

A escolha da temática de pesquisa, foi motivada pela escassez de trabalhos que tratam sobre a colônia Guaporé, que pertencia ao núcleo de Caxias do Sul, e que foi fundada pela falta de espaço na “colônia mãe”. A colônia faz parte do terceiro período de colonização e abrangia inicialmente uma extensa área territorial de 250.000

a 300.000 m², com diversos distritos, sendo dividida em 5.000 lotes, ocupados por colonos provenientes das primeiras colônias cedidas para a ocupação de imigrantes italianos. A sua elite econômica, integrada especialmente pelos comerciantes e profissionais de ofício, localizava-se na sede urbana da colônia, e integravam o grupo que liderava esse espaço. Parte significativa desse contingente era composto por imigrantes provenientes de áreas urbanas da Itália, e não camponeses.

A análise desse mosaico em escala reduzida permite ver que a família Busato é somente uma peça em um imenso quebra-cabeça. Unindo as peças chegamos a uma extensa rede familiar e econômica que se formou em torno dos irmãos Busato, centrados nos filhos do patriarca Girolamo, que se uniram em associações comerciais. Dessa maneira, consideramos “os Busato” como o nó central de nossa análise, a partir do qual buscamos remontar as práticas cotidianas de vida desses sujeitos, como trabalho, ofício, e instrução educacional, e chegamos a outras famílias que estavam ligadas a eles por vias matrimoniais, diretamente ou através dos matrimônios de seus primos, o que proporcionou a constituição de um grande emaranhado de fios que tece essa rede.

De maneira alguma, buscamos julgar se os matrimônios ocorreram de forma espontânea ou arranjada, menos ainda se havia amor ou não nessas relações, pois consideramos um campo de subjetividades que vai além de nossa alçada. Nosso objetivo é demonstrar como esses enlances matrimoniais, que se iniciaram ainda com a primeira geração de italianos no Brasil, permaneceram comuns entre os mesmos grupos até a sua terceira geração, impulsionando a economia no nordeste do Rio Grande do Sul, centrado na colônia de Guaporé, e criando um monopólio comercial.

A colônia de Guaporé

Guaporé, palavra de origem Guarani que significa “Vale Deserto” ou “Vale do Sertão”, foi constituída no ano de 1892, com territórios pertencentes aos municípios de Lajeado e Passo Fundo. Guaporé

servia como uma espécie de artéria que interligava os distritos a sua sede. Todas as linhas ficavam na dependência desse centro administrativo, que era responsável principalmente pelas decisões políticas e econômicas da colônia. Assim como o restante da RCI³, Guaporé caracterizava-se pela agricultura e mão de obra familiar, pelo extrativismo da madeira e erva-mate, assim como pela produção de produtos agrícolas para subsistência. Posteriormente, com o desenvolvimento das técnicas agrícolas e pecuárias surgiram frigoríficos e curtume, impulsionando a economia da região (TEDESCO; BALBINOT, 2015).

No início da década de 1890, com a constituição do núcleo de Guaporé, estradas foram abertas, ligando Encantado, Passo Fundo, Lagoa Vermelha e Alfredo Chaves. Em 1892, a Colônia Guaporé já apresentava uma população de sete mil pessoas, o que significa que já era um centro dinamizador e irradiador de vida econômica e social pela região da Encosta da Serra e, especificamente do Alto Taquari. Em 1903, Guaporé foi elevada de núcleo colonial à Vila e sede do futuro município de Casca (São Luís de Guaporé), Muçum (General Osório) e Serafina Corrêa (TEDESCO; BALBINOT, 2015, p. 54).

Destacamos alguns distritos de Guaporé, entre eles: Casca, que pelo ato municipal nº 1, de 01-01-1904, é criado como distrito de São Luís de Guaporé. “Casca está localizada no Planalto Sul-rio-grandense, na região da Encosta Superior do Nordeste, também conhecida como Microrregião do Alto Taquari” (Gelatti, 1984, p. 13), situando-se próxima a localidades como: Ciríaco, Marau, Passo Fundo, Vila Maria, Davi Canabarro, Nova Prata, Paraí, Nova Bassano, Serafina Corrêa, Evangelista, São Domingos do Sul, Vanini e Santo Antônio do Palma.

Neste contexto, a colônia de Guaporé era um extenso território, agrupando diversos distritos, onde os comerciantes necessitavam revender os produtos agrícolas adquiridos dos colonos e, em contrapartida, suprir as demandas da colônia através da compra de demais artigos. Esse ciclo de escoamento, compra e venda de produtos, tinha como base o porto de Muçum, portanto, este trajeto comercial envolvia uma dinâmica intensa de relações de compadrio e comércio, que formavam uma grande teia de interesses.

3 Região de Colonização Italiana.

Sabe-se que um dos grandes diferenciais da colonização no Rio Grande do Sul, neste caso da italiana para a alemã⁴, é que os italianos que colonizaram o Sul, pagaram por suas terras, além disso, o objetivo do governo era a produção da pequena propriedade rural. Assim, em muitas situações, os imigrantes acabaram por repetir o cenário já vivenciado na Europa, ou seja, partir em busca de novos trabalhos para complementar a renda. Fosse através da manutenção das estradas, ou como empregados carreteiros, no caso das mulheres elaborando artesanato, enfim, tudo estava diretamente ligado à dependência do comerciante, pois era dele que o restante da comunidade dependia, tanto para venda quanto para a compra de produtos que não produziam.

As vendas geralmente aconteciam a prazo com o uso da caderneta, e poderiam se dar pelo pagamento do colono em dinheiro no final de cada ano, pagando os juros aplicados pelo comerciante, ou por meio da entrega de produtos agrícolas. Em consequência disso, nessa simbiose, os colonos trocavam seus produtos pelas mercadorias que não produziam. Na região de Guaporé, os comerciantes obtinham esses artigos através do porto de Muçum, que permaneceu como distrito de Guaporé até o ano de 1959, e se tornou a grande via de acesso de pessoas e produtos da colônia à capital sulina por mais de meio século (1890-1950).

Por mais ou menos meio século, Muçum foi o espaço concentrador e centralizador da dinâmica mercantil e comercial da região do Alto Taquari, espaço em que se localiza a Colônia Guaporé. Em 1880, o referido espaço já tinha estradas que partiam das margens do rio Taquari, no sentido sul-norte, em direção ao rio Guaporé, “correspondendo-se” com o espaço que hoje pertence ao município de Encantado (TEDESCO; BALBINOT, 2014, p. 217).

Os carreteiros tiveram um papel essencial para o funcionamento dessa dinâmica mercantil na Colônia de Guaporé. Poderiam ser autônomos ou empregados das casas de comércio e ocupavam importante função nessas redes de desenvolvimento econômico, pois eram eles que transportavam os produtos das casas comerciais com destino

⁴ Estamos tratando de um comparativo da colonização inicial no estado, sabe-se que as migrações alemãs tardias também tinham a exigência de compra de terras.

ao porto de Muçum. Por conseguinte, eram o vínculo entre o comerciante e o colono, uma vez que eram fundamentais na construção de toda uma engrenagem, com estradas de chão batido, dependendo da tração animal e carregando toneladas de mercadorias que provinham das colheitas agrícolas dos colonos. Os carreteiros eram responsáveis pelo transporte desses produtos para o porto, que tinham como destino as demais localidades e o abastecimento das vendas.

Na questão comercial, apesar da importância dos homens que tocavam as carretas, o protagonista era o comerciante, que através de diversas estratégias expandiu seus negócios. Um pequeno grande mundo⁵ se instalou em todo o caminho para o porto de Muçum. Vale salientar que a abertura das estradas era imprescindível para o funcionamento desse mecanismo de compra e venda de produtos, já que “sem estradas o comércio não se realiza [...]. As colônias servidas por picadas tinham condições de vender sua produção e, portanto, se desenvolver” (GIRON; BERGAMASCHI, 2001, p. 50).

Os comerciantes eram os donos das carretas, e diversos proprietários de casas de comércio, no início da colonização, eram os próprios carreteiros, como ocorria na casa comercial Albino Busato, em que os irmãos se dividiam entre o atendimento nas casas e o transporte de mercadorias. Sua dinâmica transformara-se em circuito viçoso, como uma cadeia alimentar, conforme o porto foi prosperando, os colonos sabiam que teriam para quem vender os produtos agrícolas, para os comerciantes, que sabiam o destino que estes produtos teriam, centros como: Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Caxias do Sul e Bento Gonçalves.

Em contrapartida, os carreteiros receberiam mercadorias desses lugares e outros mais, assim Muçum era o centro para a chegada e envio de mercadorias, os comerciantes tinham para quem enviar e de quem comprar os demais produtos para complemento e garantia de vendas em suas casas de comércio. Com o desmembramento do comércio e do transporte, o carreteiro e o caixeiro viajante, e os mas-

5 Título do livro de João Carlos Tedesco. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: EDIUPF, 2001, p. 1.

cates⁶ foram substituídos. Portanto, com a desativação do porto de Muçum, no final da década de 1940, tornou-se mais comum que os comerciantes utilizassem os caminhões, o que tornaria o transporte mais rápido e possibilitaria vender e comprar de locais mais distantes.

Casas de comércio e matrimônios

Referente à Colônia de Guaporé e sua estruturação, o comerciante, nesse caso o italiano, assume o papel central. A casa comercial Albino Busato iniciou suas atividades em 1906, em Casca⁷, então distrito pertencente à ex-colônia de Guaporé, com o imigrante italiano Albino Alberico Busato. O casal Albino e Amália morava no meio rural de Antônio Prado, mas transferiu-se para Casca. Segue estrutura da família.

No diagrama abaixo, é possível ver a estrutura familiar de Albino Alberico Busato e Amália Lorenzette Busato (a família Lorenzette era composta por comerciantes, e posteriormente industrialistas), e os respectivos matrimônios dos filhos. Ressalta-se, que a partir desta análise, foi possível verificar que os enlaces que estenderam-se majoritariamente até a terceira geração no Brasil, aconteciam entre os grupos de comerciantes e seus descendentes, entre pessoas do mesmo círculo comercial e após industrial, que foram se unindo em demais associações, inclusive voltada para a compra e venda de terras. Referente a questão do comércio de terras, Albertina Busato Roman⁸, filha do casal relata:

O meu pai [Albino Busato] ganhou terras de um pessoal de Porto Alegre para revender e ganhava um tanto. Era um corretor, digamos assim. Em Marcelino Ramos foram eles que colonizaram [preferin-

6 que eram os viajantes que vinham vender “de tudo um pouco” (GIRON; BERGAMASCHI, 2001, p. 80).

7 Optamos por usar diretamente o nome do atual município em questão, Casca, mas salientamos que quando da instalação da casa comercial Albino Busato, a localidade chamava-se São Luís de Guaporé, posteriormente Cáscara, e por último Casca.

8 Albertina Busato Roman, é filha de Albino Busato e Amália Lorenzette. A entrevista oficial foi realizada em Passo Fundo, em dezembro de 2016.

do-se aos irmãos Busato]. Também os Busato que foram vendendo para os polacos da geral velha da Casca, ele [Albino] foi um intermediário, e as famílias foram ficando grandes desses polacos e vieram embora [de Casca], vieram todos aqui pra Erechim.

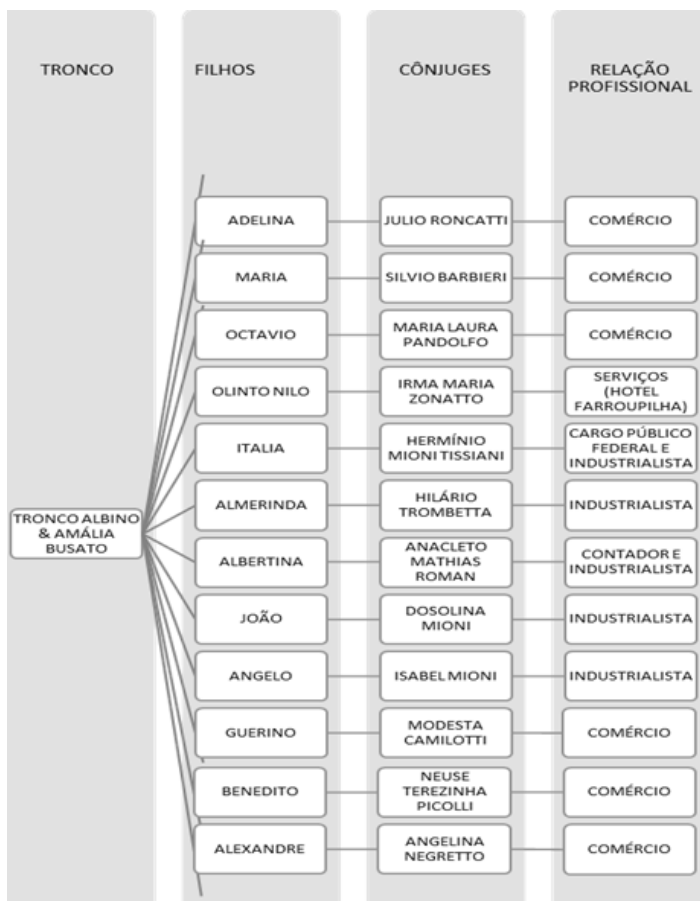


Figura 1: Estrutura familiar de Albino Alberico Busato e Amália Lorenzette Busato. Fonte: Guilherme Busato.

No início do século XX, a terra possuía valor central, e muitos comerciantes passaram a investir na compra e venda de terras, agregando mais um ramo lucrativo ao negócio, já que “o fascínio da propriedade era quase que irresistível para o imigrante” (TEDESCO, 2001, p. 39). Nesse aspecto, as empresas de colonização, atuantes na região, valiam-se de imigrantes – comerciantes- e descendentes, para intermediação e venda de lotes, mas geralmente os comerciantes, mesmo envolvidos com o comércio de terras, mantinham as casas de comércio em pleno funcionamento, como por exemplo a casa comercial de Albino Busato, que foi tombada como Patrimônio Histórico do município de Casca em 11 de maio de 1994 e se tornou oficialmente uma casa de Cultura e Museu da Imigração italiana e polonesa da região. Ou seja, apesar de manterem negócios paralelos as casas comerciais, elas continuavam como uma engrenagem que movimentava todo o sistema econômico da região colonial.

Esse contexto comercial colonial estendia-se muito além das relações capitalistas, pois envolvia um elo de confiança, que passava pela parentela, compadrio, entre o comerciante e o colono. Ou seja, o comerciante era “um dos seus”, no qual era possível confiar, mesmo que posteriormente se desconfiasse dos juros aplicados por ele, esse vínculo de clientelismo e compadrio perdurou por décadas.

Dessa maneira, compreendemos que apesar de outras famílias se dedicarem ao ofício urbano, poucas possuíam um complexo comercial, de modo que a família Busato permaneceu hegemônica neste ramo local. Fizeram uso de diversas estratégias para se fortalecer na região, mesmo após a chegada de outros negociantes ao distrito. Durante muitas décadas, “os Busato” possuíam as maiores casas comerciais, diversificavam com a transformação dos produtos agrícolas, como o uso do moinho, que além de transformar o grão em farinha, ainda armazenava para os colonos, e vendia o excedente.

Por conseguinte, através da aquisição de caminhões, para transporte mais eficiente de mercadorias, o próprio comerciante passou a buscar os produtos em meio à colônia, evitando que o colono precisasse perder o dia de trabalho na lavoura para levar os produtos de

carroça até a casa comercial. E após, com a modernização das regiões próximas, investiram em indústrias vizinhas a estação férrea na cidade de Passo Fundo. A família também fazia uso de laços de compadrio, sendo padrinhos de batismo e casamento de diversos colonos, especialmente entre as famílias polonesas, que foram significativas para o povoamento em Casca.

Por meio da instalação de casas comerciais nos demais distritos de Guaporé, formou-se uma rede, consolidada, ainda mais, via os matrimônios. Através da família como base central para impulsionar e firmar demais associações em outros setores além do comercial. Como exemplo disso, apresentamos mais uma estrutura de famílias de comerciantes que também faziam parte da colônia de Guaporé e que se entrelaçaram com os Busato.

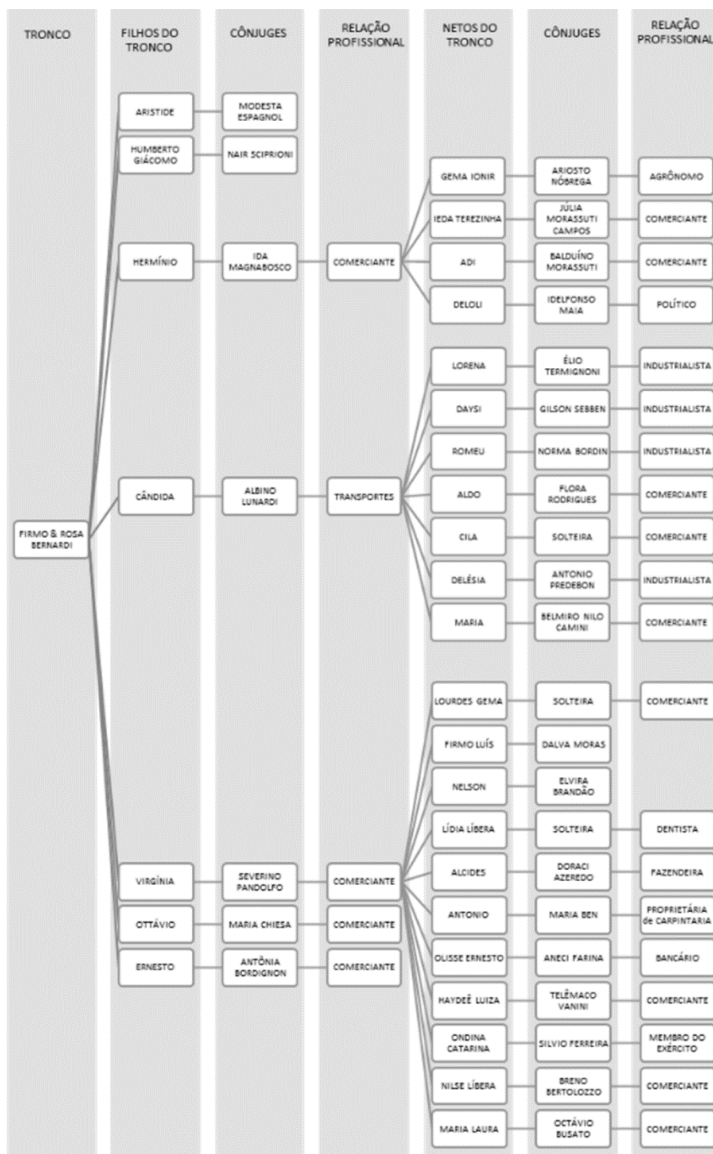


Figura 2: Estrutura familiar de Firmo e Rosa Bernardi. Fonte: Guilherme Busato.

Conforme podemos observar os matrimônios dos descendentes da família de comerciantes Bernardi, com outros do mesmo ramo comercial, como os principais de nossa análise: Busato, Pandolfo e Lu-nardi, prosseguiram unindo matrimônios e investimentos com demais famílias ligadas a colônia e o porto de Muçum. Portanto, ao averiguar sobre os ofícios de alguns grupos analisados, percebeu-se que a família italiana Busato, proveniente de Treviso (Vêneto), fazia parte da esfera comercial na própria Europa, eram industrialistas, proprietários do ramo voltado para produção, compra e venda de tecidos, pois além de industrialistas, exerciam o ofício de alfaiate, e consequentemente de comerciantes.

Observando a rede de comércio dos Busato, é possível ter uma ideia das distâncias e da amplitude dessa rede que se estendeu amarrando suas pontas interna e externamente, visto que a família possuía casas comerciais nas redondezas de Casca: Girolamo Busato, em São Domingos do Sul; Eugênio Francesco Busato, em Paraí; Maria Busato, em Vila Maria. Além das casas comerciais da família Pandolfo, na sede distrital Guaporé, e posteriormente com o “patrocínio” de Albino Alberico Busato, a fundação do comércio de Severino Vanini, em uma linha do interior de Casca, atualmente município de Vanini, batizado em homenagem ao comerciante da localidade. Portanto, a família era base e ponte para a imigração, seja pelo suporte financeiro, quanto pela identidade étnica.

A sucessão desse monopólio do comércio dos Busato também é relevante. Em 1936 Albino Alberico Busato passou os negócios para o filho Octavio Busato, que casou-se em 1938 com Maria Laura Pandolfo, filha de Virgínia Bernardi, cuja família podemos dizer que era detentora dos mais diversos ramos comerciais em Guaporé, já que investiram capital em lojas, fábricas, empresas e se uniram por vias matrimoniais com demais famílias também de empresários e comerciantes, como foi o caso do casamento dos pais de Maria Laura: sua mãe Virgínia casou-se com Severino Pandolfo, outro comerciante inato. Nascida e educada dentro da casa de comércio, Maria Laura, como muitas das mulheres de comerciantes, assumiu a administração da casa

de comércio juntamente com seu esposo.

Portanto, a construção de uma rede de casas comerciais interligadas à casa Busato, que era a maior casa do distrito de Casca, fortaleceu o sistema do comércio na região. A pequena venda, como de Severino Vanini, foi fortalecida às grandes casas por meio do casamento de seu filho, Telémaco Vanini com Haydeê Luiza Pandolfo, filha de Severino Pandolfo, comerciante provindo de Guaporé. A venda Vanini foi vinculada à casa comercial Pandolfo e ambas estavam ligadas à casa Busato. Para Jean Roche, “esses comerciantes de bom grado se auxiliavam mutuamente, tanto mais que entrava em jogo uma solidariedade étnica cuja medida poderemos avaliar” (ROCHE, 1969, p. 403).

Portanto, as localidades de São Domingos do Sul, Paráí, Vila Maria e Santo Antônio do Palma, já estavam atreladas aos comerciantes da família Busato, então era hora de expandir essa veia com mais negócios, mas mantendo-os associados à família, assim, se somado com o comércio Pandolfo da Colônia de Guaporé, que ainda funcionava como o centro administrativo da região, formariam uma grande família, cujo ofício girava em torno do comércio. Trabalhamos na perspectiva de que esses homens, de certa maneira, expandiam seus negócios e interesses na mesma sociedade, sempre com o intuito de visar lucro e conseqüentemente evitar “intrusos”, assim tornava-se muito mais pertinente escolher quem seriam esses novos negociantes do distrito.

A família Pandolfo também possuía mais de uma casa de comércio. Logo no início da criação da Colônia de Guaporé (1892), o patriarca da família, Emílio Pandolfo, trabalhou como carreteiro e posteriormente estabeleceu seu próprio comércio. Nesse contexto como já citado, encontramos novamente matrimônios de filhos de comerciantes com as filhas de seus homens de confiança, como é o caso dos enlaces de Primo Pandolfo, que casou-se com Palmira Salvadori⁹ em 26 de janeiro de 1910, e Secondo Pandolfo, que casou-se com Giuseppina Salvadori em 26 de abril de 1911. Os filhos de Emílio

⁹ A casa de acolhimento de crianças abandonadas na cidade de Guaporé, recebeu o nome de Lar da criança Primo e Palmira Pandolfo, como homenagem ao casal que doou o terreno para a construção da instituição.

Pandolfo uniram-se às filhas de Salvadori, seu carreteiro, que devido a uma certa “sociedade” com o patrão veio a fundar sua própria casa comercial na sede Guaporé.

A família Pandolfo tornou-se bastante numerosa e com o passar dos anos foram adquirindo mais empreendimentos, também localizadas em torno da praça e da igreja matriz, os irmãos foram se desmembrando e partiram para outros ramos de negócios, como foi o caso de Severino Pandolfo, que fundou serraria em Casca, e mais tarde em Nova Prata. Já os irmãos se associaram aos primos, e prosperaram em diversos negócios voltados ao ramo comercial em Guaporé: supermercado, moinhos, indústria moveleira, casas comerciais e comércio de terras.

Enquanto, que no distrito de Vila Maria¹⁰, no ano de 1917, Maria Busato, que era proveniente do distrito de Casca adquiri terras neste local, ela era esposa de Francisco Busato, irmão de Albino Alberico Busato da casa comercial em Casca, de Girolamo Busato Secondo com casa comercial em São Domingos, e pai de Francisco Filho, com casa comercial em Paraí. O ofício de Francisco Busato era de professor e comerciante em Casca e Vila Maria. Posteriormente viúva, como vinha de família de comerciantes, Maria decidiu prosseguir com o ofício, tendo casa comercial que funcionava também como pousada no distrito. Nossas fontes mencionaram que o estabelecimento foi bastante significativo, já que funcionava como ponto de encontro e de descanso dos carroceiros que se dirigiam ao município de Passo Fundo com o intuito de vender suas mercadorias. Era costumeiro referirem-se à localidade como “da Maria”. No início da década de 1930, ela doou um hectare de terra para a Igreja Católica, sendo construída no local a paróquia de Nossa Senhora da Saúde,

10 O distrito de Vila Maria situa-se na Encosta Superior do Nordeste, na região da produção, 260 quilômetros de Porto Alegre, fazendo divisa com os municípios de Marau, Camargo, Nova Alvorada, Montauri, Casca e Santo Antônio do Palma. Em 1924 foi elevada a sétimo distrito de Guaporé, sua distância é de 70 Km da antiga sede. Em 1957 passa a pertencer ao município de Marau, tendo sua emancipação somente em 09 de maio de 1988.

inaugurada no ano de 1933¹¹.

Comerciantes e política

Desde o início da colonização no Rio Grande do Sul, o estado passou por diversas mudanças no quadro político, os recursos destinados à colonização italiana não agradavam a todos, e em muitas situações, conflitos se iniciaram. Antes mesmo da Segunda Guerra Mundial e do quebra-quebra em indústrias teutas, os comerciantes já pagavam pelo preço das revoluções, assim como o restante da população, a diferença é que os comerciantes imigrantes estavam atrelados à proteção de determinada elite política. Neste contexto, ocorreu a Revolução de 1923, que foi um conflito armado no Rio Grande do Sul, com duração de 11 meses, que girava em torno do Partido Republicano Rio-grandense, e que apoiava Borges de Medeiros e a Aliança Libertadora representada por Assis Brasil. Por ser considerada fraudulenta a reeleição de Borges de Medeiros ao cargo de presidente da província, deu-se início a um levante que também atingiu as colônias distantes de Porto Alegre.

Os revoltosos que acreditavam na luta armada para impedir Borges de Medeiros de assumir o poder, iniciaram assaltos e roubos. Em Guaporé, os líderes da revolução eram os irmãos: Laureano Peres de Rezende e Ovídio Peres de Rezende, mais conhecidos na região como “irmãos Pires”. Artério Perin¹², que viveu esses momentos, nos relata:

Na loja do meu tio Severino Vanini era o lugar que eles [irmãos Pires] mais roubavam [na colônia]. Entravam na loja [...] tiravam o tecido, entravam na cozinha, o que tinha de comida comiam [...] em São Domingos vieram duas vezes, com um piquete de 15 homens armados assaltar a loja do Girolamo Busato [Girolamo Busato Secundo], que foi a Guaporé a cavalo partindo duas horas antes do dia

11 Informações retiradas da prefeitura de Vila Maria, através do site.

Disponível em: <<http://www.vilamaria.rs.gov.br/localiza-2.html>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

12 Artério Perin, de 100 anos, morador do município de São Domingos do Sul, nos recebeu em sua residência em dezembro de 2016.

amanhecer para poder chegar lá [sede distrital Guaporé] de meio-dia e chegar no gabinete da prefeitura [...]. Na reunião, Agilberto Atílio Maia, o prefeito de Guaporé [decide intervir nos assaltos à loja de Girolamo] se postou num poste de angico grosso e foi dando a ordem [...] o que era de homem naquela quadrilha se foi pro mato [...]. Um dos homens atirou no bolo, deu um balaço na cabeça de um sujeito [da quadrilha] que caiu morto [...].

Analisando o relato, podemos destacar algumas questões centrais, como o fato de o coronel Agilberto Atílio Maia, então prefeito de Guaporé, ter atendido prontamente à solicitação de Girolamo Busato Secondo, para impedir novo assalto à sua casa comercial. O entrevistado relatou que a loja de seu tio Severino Vanini, também já havia sido assaltada no povoado de Vanini, e que Francisco Busato (Filho), que tinha loja na localidade vizinha de Paraí, também estava receoso com a quadrilha dos “irmãos Pires”.

O coronel Agilberto Atílio Maia estava ligado por laços de compadrio e matrimônio com as famílias em questão. Assumiu cargo como secretário e tesoureiro de Guaporé em 1905, permanecendo até 1912, quando foi eleito Intendente, função que ocupou por 12 anos consecutivos, substituído por Manoel Francisco Guerreiro, que assumiu como Intendente do município durante o período de 1925-1928, pelo PRR¹³. Manoel Francisco Guerreiro, levou ao altar sua filha Lavínia Guerreiro, para casar-se com Luiz Pandolfo, tio de Maria Laura Pandolfo Busato e Haydeê Luiza Pandolfo Vanini, em 15 de setembro de 1934, compondo seu conselho municipal com alguns homens de sua confiança, entre eles Albino Alberico Busato.

No tocante à família Busato, estavam diretamente ligados à questão emancipatória do distrito de Casca em relação à sede Guaporé. Benedito Busato – filho de Albino Busato- assume como vereador de Casca pelo PSD¹⁴ em 1951, no mesmo ano, em 12 de junho, foi eleita a comissão pró-Emancipação do distrito de Casca, composta, entre outros, pelos irmãos, Benedito Busato como 1º secretário, e Octavio Busato como 1º tesoureiro. Sendo aprovado o desmembramento da

13 Disponível em: <http://www.caminhosdeguapore.com.br/gale_AbreFoto.php?galeria=144&foto=4287>. Acesso em: 19 fev. 2017.

14 Partido Social Democrático

sede Guaporé em 15 de dezembro de 1954¹⁵. Além disso, Octavio Busato e outros comerciantes participaram ativamente na política de Casca e Hermínio Bernardi foi por um longo período subprefeito do distrito (devemos lembrar que ele era tio das esposas de Octavio Busato e Telemaco Vanini, comerciantes da região). Portanto, percebemos que apesar das diferenças políticas e disputas locais, os comerciantes acabavam mantendo certas relações.

Considerações finais

As casas de comércio das famílias Pandolfo, Busato e Vanini formaram redes que transpassavam a esfera do econômico, e preencheram os fios de nossa rede de parentela com demais famílias citadas. Assim, podemos constatar que em algumas ocasiões para os comerciantes em ascensão, como foi o caso de Severino Vanini e Salvadori, ocorria a ajuda mútua de seus patrões, provavelmente por interesses políticos, ou para evitar outras concorrências “de fora”, como forma de atrelarem-nos a favores. Ficou evidente que existiam os escolhidos a serem ajudados, e nos casos analisados em nosso estudo, essas pessoas eram os carreteiros de confiança desses primeiros comerciantes na área pertencente a ex-colônia de Guaporé, já que além da ajuda com a instalação de casas comerciais, ocorreram também matrimônios unindo justamente as famílias dos antigos carreteiros com as famílias dos comerciantes.

Percebemos que a maior casa comercial estava centralizada em Guaporé, que funcionava como um ponto central para o caminho ao porto de Muçum, e depois dela vinham as casas comerciais de Albino Busato e seus irmãos, distribuídas em Casca, ao redor da quadra principal, em frente à igreja. Essa proximidade com a igreja era ponto estratégico para todas as casas, além de definir os centros das localidades, atendiam os colonos que frequentavam as missas aos domingos, o que facilitava as vendas. Além disso, Vanini e Vila Maria surgem delimitando o último território antes do município de Marau,

15 Informações retiradas do livro *Casca 60 anos: A história da emancipação*. Artério Perin e Jair Pedrosa da Silveira. Hoje edições, 2015.

constituindo assim a estrutura que tinha como base os maiores comerciantes do terceiro período da colonização da imigração italiana, que estrategicamente fundaram comércios em pontos obrigatórios para o escoamento de mercadorias na região: o porto de Muçum de um lado, e na outra ponta Passo Fundo (ferrovia de trem).

Os comerciantes da rede em estudo eram antes de tudo negociantes que buscavam e associavam diversas maneiras de negociar, sem um critério pré-definido. No momento em que passaram a investir em indústrias, tornaram-se também empreendedores, sem perder a sua essência, conforme os indícios apontam, ou seja, profissionalizaram-se naquilo que até então faziam por “tino de comerciantes”. A partir dessa rede e seu capital social, verifica-se que os comerciantes não se contentaram com o comércio nas colônias, mas infiltraram-se nos mais variados e diversos ramos econômicos, sociais e políticos. Obtiveram ascensão social e acúmulo de capital, atrelados ao colono de forma direta ou indireta, tornando-se industrialistas.

Referências bibliográficas

BENEDUZI, Luís Fernando. **Os fios da nostalgia**: perdas e ruínas na construção de um Vêneto imaginário. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

BUSATO, Marinilse Marina. **Casar bem**: [recurso eletrônico] : estratégias matrimoniais e econômicas na Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul (1906-1970). Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2019.

GELATTI, Roque. **Casca, ontem e hoje**. Passo Fundo: Composto e impresso no Instituto Social. P. Berthier, 1984.

GINZBURG, C.; PONI, C. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Casas de negócio**: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

PERIN, Artério Filho; SILVEIRA, Jair Pedroso da. **Casca 60 anos**: a história da emancipação. Casca/RS. Hoje Edições, 2015.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**.

Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

TEDESCO, João Carlos. **Um pequeno, grande mundo**: a família italiana no meio rural. Passo Fundo: EdiUPF, 2001.

TEDESCO, João Carlos; BALBINOT, Giovanni. **A Colônia de Guaporé**, *o porto fluvial de Muçum e as companhias de navegação*: nordeste do RS-1892-1950. Porto Alegre: Editora Suliani, 2014.

TEDESCO, João Carlos; BALBINOT, Giovanni. **Comércio, carretas e trapiches**: a Colônia de Guaporé e o porto de Muçum 1892-1940. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2015.

AS NARRATIVAS DE SUICÍDIO EM *SÃO BERNARDO*, DE GRACILIANO RAMOS: UMA LEITURA HISTÓRICA

*Lucas Eduardo Gaspar*¹

I

A obra *São Bernardo*, escrita por Graciliano Ramos, publicada pela primeira vez em 1934, foi um dos trabalhos que projetou o autor no cenário literário. Ao tratar da fazenda São Bernardo e de seu proprietário, Graciliano Ramos apresenta uma parte importante do que foi sua própria realidade, vivida durante sua juventude e vida adulta. O cenário em que o livro se passa, bem como os sujeitos que apresenta não existiram somente na mente do escritor, mas tiveram contato com ele durante sua trajetória, por isso o interesse aqui é de discutir estes elementos narrativos como uma evidência, ou seja, em sua relação com a história.

Um primeiro ponto, que diz respeito a estrutura narrativa da obra, é a de que esta parte da premissa em que o próprio personagem principal, Paulo Honório, narra a história e escreve o próprio livro. O que de primeiro momento já direciona nosso olhar para uma narrativa onde existem “dois autores”, Paulo Honório, que como veremos representa determinados interesses, temporalidades e grupos sociais e também Graciliano Ramos, que através deste recurso intensifica os significados do que é e apresentado. Certamente, não podemos relegar a autoria da obra a um personagem fictício quando nos dedicamos à analisá-la, e sim ao autor real, porém este será um elemento interessante para o aprofundamento de nossas questões, quando tratarmos da maneira com que é exposto e os elementos presentes no texto.

¹ Professor colaborador do colegiado do curso de graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais – UNIOESTE. Membro da linha de pesquisa Trabalho e Movimentos sociais.

De maneira geral, para situarmos nosso leitor podemos traçar alguns elementos da história e do perfil dos personagens. A obra narra parte da trajetória de vida de Paulo Honório, sujeito que residiu sua vida no nordeste do Brasil, mais especificamente em Alagoas. Vindo de uma família pobre, trabalhou no campo durante sua juventude até que é preso quando completa 18 anos, quando, por ciúmes de uma possível pretendente amorosa esfaqueia outro sujeito que se relaciona com ela.

Após passar 3 anos na prisão pelo crime cometido, Paulo Honório transforma-se em um novo homem com sua liberdade. Se até antes do evento o jovem personagem dedicava-se quase que exclusivamente aos trabalhos do campo e não possuía grandes perspectivas de mudança, após a saída da prisão decide por melhorar suas condições de vida, empenha-se em realizar isto basicamente aumentando seu patrimônio. Após contrair alguns empréstimos e ter sucesso em pequenos negócios decide então por adquirir a fazenda São Bernardo, propriedade onde trabalhou durante sua juventude e, além de remeter a lembranças de sua infância e juventude, poderia também proporcionar os avanços projetados pelo personagem.

Através, da manipulação e extorsão do atual proprietário da fazenda, Paulo Honório consegue adquiri-la. Devido ao seu domínio das técnicas de criação e produção, amplia a capacidade produtiva e os retornos de sua fazenda, torna-se sujeito de relativo destaque em sua cidade por possuir um empreendimento de sucesso. Após este momento decide que a próxima tarefa era preparar um herdeiro de suas terras e empreendimentos, nisto inicia sua procura por possíveis pretendentes que pudessem realizar este desejo.

Neste momento entra em cena a personagem de Madalena, que, desperta desejos em Paulo Honório, mas não sentimentos. É vista por ele como a principal pretendente a alcançar o objetivo de criar um herdeiro. Depois de poucos encontros, sem sentimentos fortes e nem conhecimento um do outro Paulo Honório e Madalena se casam, a personagem muda-se com sua tia para São Bernardo e é ali que sua vida começa a mudar.

Desacostumada a vida no campo, sem possuir grandes sentimentos amorosos por seu marido, após discordâncias com suas práticas e posturas e o crescente ciúmes de Paulo Honório, com apenas 5 anos de matrimônio, Madalena tira a própria vida, ingerindo veneno e deixando uma carta de despedida a seu esposo. Após este trágico evento, o personagem entra num estágio profundo de entristecimento, em conjunto a isto, diversas mudanças sociais alteram a produtividade e lucro de seus negócios, acirrando ainda mais os sentimentos melancólicos. A obra acaba com a narrativa deste personagem marcada tanto pelo interesse em registrar seu passado como também pelo arrependimento por algumas de suas ações.

Diante desta síntese podemos nos perguntar, como é possível acessar e discutir sobre o momento histórico em que a obra foi escrita? Em que medida ela se relaciona com este momento e nos permite produzir conhecimento histórico? Os caminhos para responder estas questões são múltiplos e variados, inclusive já foram em parte traçados por alguns pesquisadores, dentre eles Antônio Cândido e sua análise proeminente de Graciliano Ramos (CÂNDIDO, 2006). Apesar disto, não pretendo contrapor nem repetir o que já foi escrito sobre Graciliano Ramos e sua obra, não pretendo também traçar todas as possibilidades de análise aqui, a proposta gira em torno de apontar caminhos para a resolução das perguntas anteriores a partir de um ponto norteador: a questão do suicídio.

II

A prática do suicídio, foi recorrente durante toda a história da humanidade, seus primeiros registros datam de 2.500 a.C., na região da Mesopotâmia, onde um grupo de doze pessoas ingeriram veneno de forma consciente (BERENCH NETTO, 2007). No campo da literatura e das artes a questão do suicídio é tema histórico e recorrente. Aparece já no século V a.C., na tragédia grega Édipo Rei, em que a rainha Jocasta tira sua própria vida por não suportar o destino e a maldição de seu filho/esposo.

No Brasil a prática também foi recorrente em seus diversos

períodos, havendo registros de suicídios de indígenas desde a época da colonização portuguesa. Um dos casos de maior destaque e conhecimento foi do líder Ajuricaba, que, no início do século XVII, lutou contra os colonizadores e preferiu suicidar-se a virar escravo (PEREIRA, 1995). Na literatura brasileira, a prática do suicídio também é narrada com determinada recorrência, uma das primeiras obras a expor o tema foi *O Uruguai* de Basílio da Gama, escrito em 1769 onde a personagem indígena Lindóia suicida-se com uma picada de serpente após descobrir que seu parceiro estava morto e também por conta das visões trágicas a respeito de sua aldeia feitas pela indígena e feiticeira Tanajura.

Avançando para o período imperial encontramos inúmeras narrativas na literatura sobre o suicídio, atos que, por vezes são apenas pensados e planejados por personagens, e por vezes são efetivados. Tais narrativas continuam no período republicano e são encontradas até a atualidade. Em todas estas narrativas, apesar dos diferentes motivos e maneiras com que ocorrem os suicídios, existe algo em comum, todos eles, estão, direta ou indiretamente ligados com a sociedade em que se situam. É este, o primeiro elemento que devemos nos atentar se quisermos construir o conhecimento histórico a partir desta prática.²

Na obra *São Bernardo* isto ocorre da mesma maneira, o suicídio de Madalena é um dos elementos principais da narrativa e pode ser considerado até mesmo seu clímax, porém, em outros momentos o ato é citado de maneira mais discreta, porém, não menos importante. Começemos então por estas últimas até chegar no clímax, neste trabalho de historicizar o suicídio na obra.

A primeira menção a questão do suicídio acontece de maneira muito breve no início do oitavo capítulo da obra, neste momento, Paulo Honório narra que um sujeito encontrado na casa de outro personagem havia falecido. O nome deste personagem não é apresentado, tratado na obra apenas como “caboclo mal-encarado”. O termo

² Esta concepção não é nova, Durkheim em 1897 já apontava para este caminho. Cf. DURKHEIM, Emile. **O Suicídio**. Estudo sociológico. Lisboa. Editora Lisboa. 1973.

caboclo de início pode ser alvo de nossa incipiente análise, tal termo foi construído historicamente para categorizar, geograficamente, racialmente e socialmente determinados sujeitos. Coloquialmente, refere-se tanto aos sujeitos provenientes da área rural, principalmente da região amazônica do país, também são entendidos como sujeitos frutos do relacionamento de indígenas com brancos e, socialmente, foram comumente vistos como pessoas em posição social inferior devido as características apresentadas (LIMA, 1999).

O personagem de Paulo Honório reproduz tais visões e reforça o caráter pejorativo do termo: “O caboclo mal-encarado que encontrei um dia em casa do Mendonça também se acabou em desgraça. Uma limpeza. Essa gente quase nunca morre direito. Uns são levados pela cobra, outros pela cachaça, outros matam-se.” (RAMOS, 1978, p.36).

Nesta visão, encontramos um sujeito estigmatizado, que ocupava um lugar marginal na sociedade e não era bem visto diante de outras pessoas e grupos sociais, Paulo Honório era um destes, que assumiu não somente sua posição de grande fazendeiro, mas também de sujeito superior ao restante dos grupos sociais. Durante o decorrer da obra é evidenciado que a maioria da mão-de-obra utilizada em sua propriedade era justamente composta por estes caboclos, que, no geral sempre foram tratados como membros inferiores da sua cadeia de relações.

Apesar de serem grupo mais numeroso na região Amazônica, também ganham destaque na região nordeste do país, isto porque historicamente esta foi a primeira região colonizada por portugueses e que marcou o início do contato entre estes povos europeus e os povos tradicionais brasileiros, não somente o contato, mas a miscigenação racial decorrente. Porém, grande parte dos descendentes destas relações não adquiriu em si o status social advindo dos europeus, mas, na realidade, foram sendo paulatinamente relegados a categorias cada vez mais baixas de trabalho e interação social. Isto ocorreu porque os descendentes de europeus com indígenas, na maioria das vezes não assumiram o caráter de descendentes legítimos, sendo fruto, em grande

medida, de relações extraconjugais, de estupro e abandono.

Tais marcas repercutem ainda no momento em que Graciliano Ramos escreve sua obra, com trajetória de vida intimamente ligada ao interior do Nordeste visualizou as contradições e desigualdades entre as classes e grupos sociais de perto, deixa isto claro em seu livro *Memórias do Cárcere*.

Evidentemente as pessoas não diferiam por se arrumarem numa ou noutra classe; a posição é que lhes dava aparência de inferioridade ou superioridade. Evidentemente. Mas evidentemente por quê? A observação me dizia o contrário. Homem das brenhas, afeito a ver caboclos sujos, famintos, humildes, quase bichos, era arrastado involuntariamente a supor uma diversidade essencial entre eles e os patrões. O fato material se opunha à idéia - e isto me descontentava (RAMOS, 1994, p. 393).

É perceptível que Graciliano Ramos opunha-se a ideia de uma hierarquia social baseada na condição de classe dos sujeitos, apesar da oposição, admite que esta condição existia e era marca latente de sua sociedade. A relação então dos proprietários de terras com seus empregados – caboclos - era uma das características desta sociedade, a exploração e subjugação deste grupo aparece de forma expressiva no contexto histórico vivenciado pelo autor.

Retornando ao trecho de *São Bernardo*, a visão pejorativa que Paulo Honório tinha dos caboclos refletia até mesmo na forma de morrer destes sujeitos, quando afirma que “esta gente quase nunca morre direito”, reafirma sua posição de superioridade em que até mesmo o evento da morte era mais digno, e a maneira como os caboclos morriam eram formas pouco convencionais para o grupo social no qual integrava. É nesta visão que o suicídio ganha significado, aparece então como uma forma pouco digna de morrer, isto porque está intimamente relacionada à um modo de vida considerado inferior. Um modo de vida que em suma representava a melancolia da constante exploração enfrentada por estes sujeitos, que possuem, naquele momento, poucas formas de escapar ou se distanciar desta ação, por isto os jogos de azar, o vício em bebidas e até mesmo o suicídio podem ser lidos como práticas realizadas para fugir desta realidade.

No final da obra, Graciliano Ramos toca novamente na questão

da relação dos caboclos com o suicídio. Após a morte de Madalena, é narrado um período de transformações sociais, políticas e econômicas na obra. No campo da política vemos a ascensão de movimentos de caráter comunista. Se pusermos a obra de Graciliano Ramos em seu contexto histórico notaremos que tal evento não é narrado ao acaso. Apesar de não indicar o ano em que a narrativa da história acontece com precisão, podemos indicar através de alguns indícios que está situada no presente do autor, ou seja a década de 1930. Este é um momento de grande importância na história política do Brasil, pois marca o final de um período governamental de caráter oligárquico com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e também, devido ao crescimento dos movimentos de caráter comunistas, provenientes desde a década anterior com a Coluna Prestes, a criação de uma imagem de “ameaça comunista” no plano político nacional, que foi levado a cabo por Vargas durante seu primeiro governo. Graciliano Ramos inclusive é preso em 1936 sob a acusação de ser comunista.

No campo da sociedade e economia percebemos os reflexos e reações que transição governamental causou. O fim da política “café com leite” demarca o início do declínio das oligarquias no plano da política nacional, os grandes fazendeiros, responsáveis por cooptar votos e influenciar no cenário político passam a ter sua hegemonia ameaçada pela crescente burguesia nacional, que agora, era apoiada pelo novo governo. A crise de 1929 demarca o acirramento desta questão, influenciando duramente na questão da exportação do setor primário exportador brasileiro.

É perceptível então a relação desta última fase do personagem principal e de sua fazenda, narrada na obra de Graciliano Ramos, e o contexto histórico vivenciado pelo autor. “Entre nesse ano com o pé esquerdo. Vários fregueses sempre tinham procedido bem quebraram de repente... O dólar estava nas alturas... ainda por cima os bancos fecharam as portas” (RAMOS, 1987, p. 162-163). Tudo isto alterou com certeza a vida do personagem de Paulo Honório, e muito dos fazendeiros brasileiros do período histórico tratado. Porém, é tratando dos trabalhadores é que sentimos o real peso destas transformações.

No livro, Paulo Honório narra que neste mesmo período “houve fugas, suicídios...” (Ibidem, p. 162) ou seja, não foram somente as elites rurais as afetadas, pelo contrário, quem teve sua vida completamente alterada neste processo foram os trabalhadores do campo. A utilização do termo “fugas” é carregada de sentidos, e assumindo a narrativa feita pelo personagem Paulo Honório, trazem caráter pejorativo, pois fazem referência a um ato ilegal, sentido muito próximo das fugas que os escravos realizavam das fazendas e de seus senhores, ressaltando a suposta superioridade do personagem, bem como as relações de caráter paternalista vividas no campo. Mais do que isto, estas fugas são evidência de um processo histórico compartilhado por estes sujeitos, que tiveram que deixar o campo, muitas vezes rumando para os centros urbanos, em busca de melhores condições de vida para si e suas famílias (COELHO, 2012).

Retomando o eixo principal desta sessão, aqui novamente é mencionado o ato do suicídio. Neste momento da obra, assim como no mencionado anteriormente, o suicídio não aparece como somente uma prática individual e esporádica, mas sim como um ato que por vezes foi compartilhado por determinados sujeitos. Ao realizar a aproximação entre a realidade histórica e narrativa da obra, o suicídio novamente aparece como uma prática social, no sentido de que, são as mudanças sociais, que projetando seus limites e pressões sobre determinados sujeitos, eram tão intensos que por vezes, as perspectivas de mudança e melhora trazidas por um suposto deslocamento de região não era suficiente para suprir as angústias vividas. Uma das formas de lidar e acabar com estas angústias era o suicídio.

Ainda sobre este tema, podemos agora abordar o evento do suicídio de Madalena e seus significados. As primeiras menções a personagem na obra a trazem de maneira indireta, através de comentários de amigos de Paulo Honório, onde elogiam as qualidades físicas e intelectuais da moça. O personagem principal, por sua vez, não dá muita atenção, apesar de estar procurando uma pretendente e a geração de um herdeiro.

Paulo Honório aproxima-se de Madalena, depois de tê-la visto

mas sem que fossem apresentados, através de sua tia, Dona Glória, que conheceu em uma viagem de trem. Depois de formalmente apresentados, Paulo Honório decide que Madalena era a mulher ideal para o seu principal objetivo no momento, a criação de um filho.

De realidade e hábitos muito diferentes de Paulo Honório, Madalena encara, de início, a aproximação com um certo receio. A personagem fora criada na cidade, educada por sua tia e atuava como professora. A proposta de vida no campo e a não necessidade de trabalho causam estranheza. A aproximação de Madalena e Paulo Honório, é exemplo da capacidade de Graciliano Ramos em criticar, mesmo que de forma sutil, alguns valores e práticas da sociedade em que vivia. Geralmente, na literatura, são recorrentes as histórias de relacionamento baseadas em sentimentos intensos e um amor extasiante, ou, quando abordado sob outra perspectiva, demonstra as constantes “negociações” matrimoniais feitas entre famílias, diretamente ligadas aos seus interesses sociais e econômicos.

O relacionamento dos dois personagens não parece condizer inteiramente nem com uma convenção nem com outra. Paulo Honório não se apaixona por Madalena, muito menos ela se apaixona por ele. Como os próprios personagens admitem: “... para ser franca, não sinto amor. — Ora essa! Se a senhora dissesse que sentia isso eu não acreditava. E não gosto de gente que se apaixona e toma resoluções cegas... Vamos marcar o dia” (RAMOS, 1978, p.85). Diante desta postura, notamos que não são os sentimentos nem os arranjos sociais que firmaram a relação, mas sim, alguns interesses pessoais, no caso de Paulo Honório, e uma compaixão e incapacidade de contraposição de Madalena.

Uma parte da narrativa proposta por Graciliano Ramos, foca-se em expor as consequências fatais deste tipo de relacionamento. Madalena, desde a mudança para a fazenda se vê deslocada naquele espaço, se opõe quase que completamente como seu marido conduz a vida pessoal e familiar ali. Já nos primeiros anos de casamento gera um filho de Paulo Honório, fato que, surpreendentemente, não é bem aceito pelo personagem, pois a criança desde início não demonstra

va os “atributos” necessário para conduzir a vida no campo aos moldes que se esperavam. Junto a isto, gesta-se de maneira crescente um sentimento de ciúmes da parte de Paulo Honório em relação a sua esposa. Este conjunto de relações parece esgotar psicologicamente a personagem, que não vê outra saída a não ser tirar a própria vida.

Neste momento, podemos começar a esboçar um perfil psicológico destes personagens que nos ajudaram a compreender suas ações e a colocá-las na história. Segundo a teoria psicanalítica, o ciúme possui vários níveis, desde os que são considerados “normais” até os que podem ser considerados como “patológicos”. Independente da leitura, este comportamento está sempre relacionado ao sentimento de frustração, para Sigmund Freud, esta frustração está diretamente ligada a insatisfação dos desejos libidinais (FREUD, 2010). No caso de Paulo Honório a obra não apresenta elementos suficientes para traçar suas insatisfações libidinais, porém é possível perceber quais as suas frustrações pessoais e sociais. O crescente sentimento de ciúmes projetado em Madalena informa sobre as convenções e valores referentes a masculinidade e papel de gênero dentro de um contexto. Madalena é uma personagem que além de bondosa é também instruída, assim que chega na fazenda, entra em contato e relaciona-se de maneira próxima a todos os sujeitos que ali frequentam, conversando sobre suas vidas e angústias. Além disto Madalena constantemente indaga e se opõe as concepções de seu marido, realizando isso, por vezes, na presença de outros sujeitos.

Neste sentido, mais do que uma falta de sentimento para com sua esposa, Paulo Honório parece frustrar-se com sua relação pois o seu “papel” de homem, que comanda e determina as regras familiares, parecem se abalar com a presença de Madalena. Frustra-se também com as constantes concessões que tem de realizar para cumprir alguns pedidos de sua esposa, que, na maioria das vezes, vão na contramão de alguns de seus valores, como por exemplo a necessidade de ajuda, educação e pagamento justo as famílias de trabalhadores da fazenda. Com isto, aquela suposta postura de “superioridade” já comentada anteriormente, que é inerente ao personagem principal, parece também

enfraquecida. A reação do personagem a isto é a de intensificação deste sentimento de ciúmes, de violência e até mesmo de paranoia sob as possíveis traições de Madalena.

Numa leitura social e histórica, a postura de Paulo Honório é marca de uma sociedade patriarcal, ainda muito presente e influente no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Patriarcalismo este que se apresentava quase que institucionalizado, o Código Civil de 1916 é evidência disto. O documento afirma em seu artigo 233 que: “o marido é chefe da sociedade conjugal” em decorrência disso possui uma série de competências, entre elas estão a representação legal da família; a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher; O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do teto conjugal; e também prover a manutenção da família.³

Sendo assim, existe uma separação entre os sujeitos principais e secundários, bem como uma suposta hierarquia dentro destes relacionamentos. O homem assume papel de comando, provendo e gerenciando tudo que compete a sua família, já a mulher estava incumbida de acatar esta cadeia de comando, sendo relegada principalmente ao trato dos filhos e da residência. Esta “hierarquia” que no documento parece ter caráter apenas familiar, quando voltamos nosso olhar para o passado, notamos que extrapolava este ambiente e estava enraizada na política e sociedade de boa parte da história de nosso país.

Estas relações não são exclusivas do Brasil nem do início do século XX, Karl Marx, em um trabalho que também se dedicou a temática do suicídio, evidenciou uma experiência muito próxima da narrada por Graciliano Ramos. Em seu livro *Sobre o Suicídio*, escrito em 1846, mas baseado nos registros de uma arquivista francês que viveu no final do século XVIII, Marx recupera quatro casos de suicídio, o segundo deles trata de uma rica família francesa que após o adoecimento repentino e desfiguração do patriarca, este passa a tomar medidas extremamente restritivas e possessivas em relação a sua esposa, chegando até mesmo a aprisioná-la dentro de casa. Neste caso, o

3 BRASIL Código Civil. Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 09/10/2020.

sentimento de ciúmes também toma conta do sujeito, que, frustrado consigo, com sua doença e estado debilitado, repreende e cria para sua esposa uma imagem irreal e fantasiosa. Devido a este relacionamento e condições submetidas, ela tira sua própria vida, afogando-se em um rio próximo a sua residência (MARX, 2006).

Em sua análise, Karl Marx, evidencia os traços da sociedade em que os eventos estavam inseridos, traços estes extremamente patriarcais. Nesta leitura, extrapola a questão das classes sociais e adentra na relação da vida privada com a sociedade. Marx cria uma “peça de acusação” a esta sociedade patriarcal e a opressão. O suicídio é então relacionado a opressão típica desta organização social. O que é justamente um prolongamento das opressões sociais. Esta é uma leitura pertinente e que faz sentido quando a comparamos com os eventos da obra de Graciliano Ramos, pois, tomando as palavras de Karl Marx, “o suicídio não é mais do que um entre os mil e um sintomas da luta social geral” (Ibidem, p. 29).

Quando Madalena se suicida na obra literária, o sentido que isto assume não é o de um ato irracional ou que reafirma a total dominação do homem sobre a mulher neste contexto. Mas sim, enquanto um ato deliberado e consciente de avaliação e consciência de sua situação, pessoal e social, também de questionamento e oposição a determinadas práticas e valores marcantes de uma época. Apesar disto, a balança das relações de poder não é igualitária, por isto o suicídio aparece como uma das únicas alternativas de resistência e oposição na tentativa de acabar com suas angústias e sofrimentos.

III

Quando analisamos a prática do suicídio encontramos alguns limites, um deles é de que este ato, por boa parte das vezes, acontece de maneira individual, ou seja, o limite está na esfera pessoal da ação. Por isso não é possível generalizar e objetificar de maneira completa o suicídio, porém esta prática é informada socialmente, isto significa que, ela compõe um quadro psicossocial de recusa as regras, costumes e valores de determinadas épocas. Se não realizarmos as tentativas de

explicações teóricas, e de seu sentido histórico e social, como foi pretendido aqui, o suicídio será enquadrado como um ato irracional e estritamente individual.

O presente texto trata-se de um pequeno esforço na direção desta ampliação que, a partir da seleção de uma parcela da obra de Graciliano Ramos e o foco no objeto de pesquisa específico da questão do suicídio, pode apontar alguns caminhos de leitura, compreensão e análise da história do Brasil contemporânea à obra. Neste sentido, “é preciso desnudar o rei, tomar a literata sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la ao interrogatório sistemático que é uma obrigação de nosso ofício. Para os historiadores a literatura, é enfim, *testemunho histórico*.”⁴ As intenções gerais deste texto passaram então por este prisma e as narrativas sobre o suicídio na obra literária foram o mote para desvendá-lo. O ficcional criado e narrado por Graciliano Ramos foi concebido como uma evidência, um material carregado de significados e intenções, fruto de seu presente e, a partir de uma das várias questões possíveis, parte das questões históricas de sua sociedade puderam ser analisadas.

Referências:

BERENCH NETTO, Nilson. **Suicídio**: uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico dialético. (Dissertação de Mestrado) Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, 2007. 168p.

BRASIL Código Civil. Lei n° 3.071 de 1° de janeiro de 1916. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 09/10/2020.

CÂNDIDO, Antônio. Ficção e Confissão. Ensaios sobre Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul. 2006. CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso Miranda. (Org.) **A História Contada**. Capítulos de História Social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1998.

COELHO, Tiago da Silva. **Migração nordestina no Brasil Var-**

4 CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso Miranda. (Org.) **A História Contada**. Capítulos de História Social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1998. p.7.

guista: diferentes olhares sobre a trajetória dos retirantes. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), 2012.

DURKHEIM, Emile. **O Suicídio**. Estudo sociológico. Lisboa. Editora Lisboa. 1973.

FREUD, Sigmund. **Introdução ao Narcisismo**, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). Obras completas, volume 12. São Paulo. Companhia das Letras. 2010.

LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo. Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. In: **Novos Cadernos NAEA** vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.

MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

PEREIRA, Maria Aparecida da Costa. **Uma rebelião cultural silenciosa:** investigação sobre os suicídios entre os guaranis do Mato Grosso do Sul. Brasília: Funai, 1995.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. Vol. I. Editora Record, Rio de Janeiro. 1994. p. 393.

_____. **São Bernardo**. 31^o ed. Editora Record. Rio de Janeiro. 1978.

A GUERRA E AS MIGRAÇÕES FORÇADAS: PORTO NOVO, SANTA CATARINA (1942-1943)

João Vitor Sausen¹

No verão de 1943, o Brasil estava em guerra com as Potências do Eixo² havia cerca de seis meses e o conflito, somado ao regime ditatorial que governava o país desde 1937, além de suas medidas em torno da nacionalização da população, levaram a uma vigilância atenta de diversos setores populacionais, situação que direcionava um olhar preocupado sob suas fronteiras. Em Itapiranga, localizada no extremo-oeste do estado de Santa Catarina, em um imenso município de Chapecó (que englobava quase toda a região oeste), do qual conformava o seu distrito mais ocidental, a composição populacional apresentava um significativo conjunto de indivíduos vinculados aos países do Eixo (para este caso, notadamente a Alemanha e Romênia).

Com vistas a este panorama, no dia 10 de fevereiro, todos os estrangeiros que habitavam o distrito foram convocados a se apresentarem às autoridades na sede principal. Alguns, como Maria Wiersch Rohde, se deslocaram a cavalo por vários quilômetros e se depararam com um grande conjunto de pessoas aguardando pelas razões daquela convocação. De forma rápida e sem cerimônias, foram informados que dentro de dez dias deveriam deixar a localidade de forma de-

1 Mestrando do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM), onde integra a Linha de Pesquisa “Política, Fronteira e Sociedade”, é orientado pela Prof^a. Dr^a. Maria Medianeira Padoin e recebe Bolsa CAPES/DS; Membro do Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM História Platina: Sociedade, Poder e Instituições e do projeto “América Platina: processos históricos de estruturação e consolidação das sociedades e dos estados nacionais no século XIX e primeira metade do século XX, bem como as relações em um mundo global; E-mail: sausenjoavitor@gmail.com.

2 Uma das facções que protagonizavam a Segunda Guerra Mundial. Entre seus principais integrantes podem ser destacados a Alemanha, a Itália e o Japão.

finitiva. O destino deveria ser a região de Xaxim-Xanxerê, a cerca de 150 quilômetros de Itapiranga. Diversos indivíduos convocados, como Rohde, dotada de cidadania norte-americana, receberam a permissão de permanecer, mas a grande maioria dos cidadãos alemães ou romenos, que não eram vinculados por matrimônio com indivíduos de outra naturalidade, não tiveram a mesma sorte (ROHDE, 2011).

Seis meses antes, em agosto de 1942, um grupo de alemães natos, frente a eminente declaração de guerra do Brasil ao Eixo, e as possíveis perseguições dirigidas a eles, deixaram de forma apressada suas famílias e a região, cruzaram a fronteira e se estabeleceram no Território de Misiones, Argentina (JUNGBLUT, 2011). O destino principal era a cidade de Oberá, próxima da capital territorial, Posadas. Nesta região, alguns permaneceram de forma definitiva, outros por alguns anos. Na República Argentina, esperaram até as resoluções do conflito global ou mudanças no regime brasileiro, qualquer que fosse a opção que lhes permitisse um retorno.

Ambas as situações de migrações forçadas fizeram parte direta ou indireta de um conjunto de políticas estatais dirigidas à região a fim de manter um controle sobre a população, sua composição, e, de forma mais ampla, atuar no sentido de nacionalizar a localidade. Seja por atividades de difusão da identidade nacional ou seus elementos, ou até na remoção de estrangeiros, o objetivo final era a inclusão em uma mesma perspectiva nacional.

O então distrito de Itapiranga, cuja condição jurídica se apresentava desde 1932, era conformado pelas terras pertencentes à Colônia Porto Novo. Esta, foi fundada em 1926 pela *Volksverein für die deutschen katholikhen in der Rio Grande do Sul*³, associação chefiada por padres jesuítas e direcionada a dar apoio econômico, espiritual, social ou cultural a alemães ou seus descendentes que fossem de fé católica (WERLE, 2001). Em seus primeiros anos de existência a associação

3 [Tradução nossa]: Sociedade Popular para alemães católicos do Rio Grande do Sul.

alçou como um dos seus principais objetivos a formação de um esforço colonizatório exclusivamente destinado a seu público alvo, questão observada como crucial devido à pouca disponibilidade de terras no estado de origem e a expansão demográfica das famílias migrantes (NUNES, 2015).

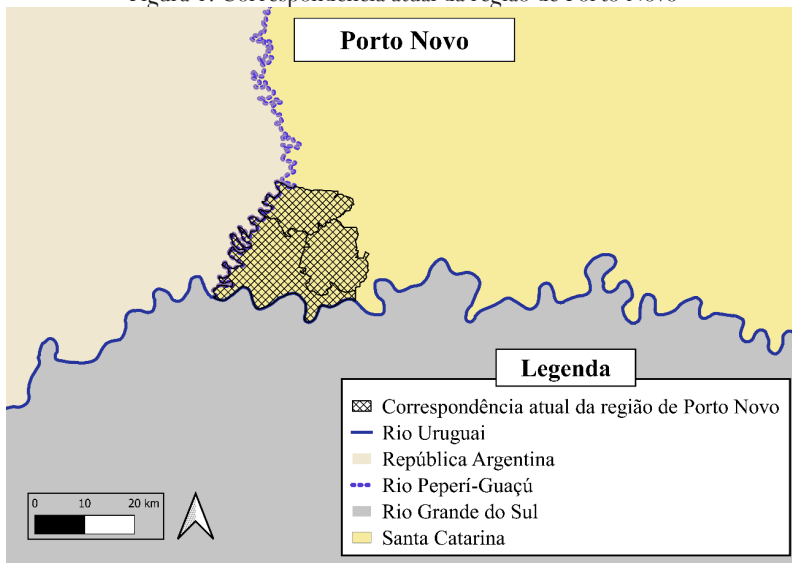
E, após diversas tentativas, este esforço foi materializado em Porto Novo, em um espaço fronteiriço de recente disputa entre Argentina e Brasil⁴. Neste sentido, a colônia foi organizada de forma a concentrar o público alvo (falantes de línguas alemães que fossem de fé católica), e direcionar sua vivência principal em núcleos comunitários⁵ que tivessem em seu interior escolas, igrejas e espaços de vivência social variados, que funcionavam como áreas de convívio sociocultural mais importante e básicas de seus habitantes (EIDT, 2011).

4 Grande parte da região oeste do estado de Santa Catarina havia sido reclamada, a partir da década de 1880, como constituinte de direito do território da República Argentina. A principal base para o reclame foram as definições de limites jurisdicionais impostas pelo Tratado de Madrid, de 1750, que indicavam para os rios Peperi-Guaçu (observável nos mapa inseridos no texto), e Santo Antônio, enquanto os pontos de separação entre as posses espanholas e portuguesas naquela área. A interpretação deste Tratado, por sua vez, fazia com que as autoridades argentinas considerassem que a localização dos rios estava pouco mais de cem quilômetros a leste. Estas interpretações foram o centro de um litígio com o Estado brasileiro por cerca de quinze anos, denominado de “Questão de Palmas” ou “Cuestión de Misiones”, e que teve resolução favorável ao Brasil após o arbitramento do então presidente norte-americano, Grover Cleveland. Ver mais em: HEINSFELD, Adelar. Fronteira Brasil/Argentina: a Questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco. Passo Fundo: Méritos, 2007.

5 A vivência sociocultural da colônia Porto Novo estava concentrada especialmente nas Linhas, espécie de subdivisão que apresentava igrejas, sociedades recreativas e escolas. Cada Linha possuía seu padroeiro e uma nomenclatura específica, ao passo que existiam a Linha São Miguel, Linha Presidente Becker, Linha Ipê-Popí, entre outras. Ao mesmo tempo, a nomenclatura dizia respeito a formas de divisão do grande território da colônia, cortado por travessões, que eram intercalados por linhas, que, por sua vez, demarcavam os trechos de terras pertencentes a cada “colônia” (medida que equivale a pouco mais de 24 hectares, e era o principal tamanho dos lotes de terras vendidos em Porto Novo). Uma “Linha” era geralmente recortada por algum curso de água, e poderia ser percorrida a pé sem grandes delongas. Ver mais em: WERLE, André Carlos. O Reino Jesuítico Germânico nas margens do Rio Uruguai: aspectos da formação da colônia Porto Novo (Itapiranga). 2001. 203 p.. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

A região, por sua vez, ficou conhecida pela nomenclatura colonial, que perdeu uso oficial para denominar a espacialidade após 1929 (quando o nome “Itapiranga” foi adotado”). Na atualidade, corresponde aos municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis (ambos desmembrados do primeiro). Localiza-se, por sua vez, junto ao limite jurisdicional do Brasil com a República Argentina (cujo referencial, como já citado, é o Rio Peperí-Guaçú), e na divisa entre os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (demarcada pelo rio Uruguai). No mapa a seguir pode ser observada a localização atual da região de Porto Novo (e seus municípios), além dos rios que demarcam as jurisdições nacionais e estaduais:

Figura 1: Correspondência atual da região de Porto Novo



Fonte: Elaboração própria, a partir do *software* gratuito QuantumGIS 3.16 e das seguintes camadas cartográficas digitais: CAPAS SIG. **Geodesia y dermacación; Hidrografía y oceanografía.** Disponível em: <<https://www.ign.gob.ar/NuestrasActividades/InformacionGoespacial/CapasSIG>>. Acesso em: 10 ago. 2020; IBGE. **Malhas digitais.** Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

Com o Estado Novo brasileiro, regime autoritário que teve iní-

cio com uma espécie de autogolpe⁶ em 1937, e especialmente após o ingresso brasileiro no conflito global, a região passou a ser alvo de diversas medidas em torno da nacionalização, e, vinculadas de forma ampla com um processo de “assegurar” o espaço fronteiriço. A nacionalização, neste sentido, visava garantir uma população “abrasileirada” nesta espacialidade, e, esta estava inserida em um amplo processo histórico.

A partir do século XIX e com especial atenção ao XX, os Estados-Nação, consolidados ou em construção, se direcionaram à definição concreta dos seus pertencentes e do território no qual deveriam ser concentrados enquanto “terras nacionais”. Alguns estados tinham a seu alcance instituições capazes de difundir ideais e identidades nacionais ao longo de todo o território, como escolas, repartições públicas, forças armadas, entre diversas outras, o que lhes garantia uma posição privilegiada na construção de uma identidade nacional unificada e abrangente por todas as áreas de domínio. Neste sentido, os elementos observados como alheios ao ideal nacional deveriam então ser submetidos a políticas de cunho nacionalizador.

Para esta discussão, torna-se importante indicar o autor espanhol Daniele Conversi e seu artigo publicado em 2012, intitulado “*Nación, Estado y Cultura: por una historia política y social de la homogeneización cultural*”, em que defende que os caminhos abertos à atuação estatal no sentido da nacionalização se concentravam na integração ou remoção dos incoerentes com seu ideal de nacionalidade. Todavia, é importante apontar que o Estado não é o único meio de difusão de identidades nacionais. Estas provêm de “fontes” variadas, que podem, por vezes, serem conflitantes entre si.

Neste caminho, outro espanhol, Alejandro Quiroga (2011, 2013), defende em duas publicações⁷, uma metodologia de análise da nacionalização na Espanha, mas que segundo nosso entendimento

6 Ver mais em: LEVINE, Robert M.. O pai dos pobres: o Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

7 Ver mais em: QUIROGA, Alejandro. La nacionalización en España, una propuesta teórica. Ayer, València, v.2, n. 90, p. 17-38, 2013; QUIROGA, Alejandro. Les tres esferes: cap a un model de nacionalització a Espanya. Segle XX, Barcelona, n. 4, p. 143-160, 2011.

pode também ser aplicada ao caso brasileiro. Nela o autor indica que existem três esferas de nacionalização: a *pública*, local de atuação do Estado e suas instituições; a *semi-pública*, espaço público com a ação de instituições privadas; e por último, a *privada*, ambiente de relações íntimas do indivíduo, seja com seu grupo de amizades ou sua família. Em todos os meios circulam e se constroem identidades. Desta forma, todas são consideradas enquanto espaços onde um indivíduo pode ser nacionalizado, ou seja, adentrar em uma perspectiva nacional.

Ao retomarmos a discussão capitaneada por Daniele Conversi, percebemos que durante as décadas de 1930 e 1940, as medidas de nacionalização conduzidas pelo Estado Novo brasileiro e seus agentes, se estruturaram em torno das duas linhas supracitadas, primeiramente enquanto políticas de integração, e, com a situação de conflito, até os extremos da remoção espacial. Neste sentido, as políticas iniciais foram direcionadas a controlar ou limitar meios de difusão de identidades nacionais alternativas à aquela pregada pelo Estado-Nação, como as escolas privadas. Seus principais alvos eram observados em grupos humanos descendentes de imigrantes, visto que os mesmos eram brasileiros e deveriam seguir uma orientação neste sentido, segundo que era pregado. Assim, logo após a instauração do já citado “Estado Novo” brasileiro, Porto Novo tornou-se um alvo de políticas que visavam integrá-la à uma perspectiva nacional brasileira.

Sobre estes aspectos, é necessário retomar a historiadora Rosane Neumann (2003), cuja tese, intitulada “*Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor!': as colônias germânicas e campanha de nacionalização*”, aborda o período de análise e os esforços estatais em torno da difusão da identidade nacional brasileira, a qual, segundo a autora, teria como principal aspecto a fala da língua portuguesa. Neste sentido, o Estado Novo brasileiro percebia na língua o principal elemento da nacionalidade e conduzia políticas para que todos os cidadãos brasileiros fossem homogeneizados a partir da fala da mesma. Assim, todos os brasileiros, para serem plenamente nacionais de seu país de origem, bem como demonstrarem um patriotismo, deveriam falar a língua portuguesa e transmiti-la para seus descendentes.

Com relação ao contexto de Porto Novo, no ano de 1938, todas as instituições de ensino locais, de cunho comunitário-confessional, ou seja, fortemente vinculadas ao controle religioso e mantidas financeiramente pelas comunidades em que estavam inseridas, foram fechadas, suas estruturas estatizadas e mais tarde reabertas, desta vez enquanto escolas estaduais (EIDT, 2011). Todavia, esta é apenas uma das diversas políticas conduzidas pelo Estado Novo na região a partir daquele período.

Em nossa monografia de conclusão de graduação, intitulada “*A nacionalização dos nacionais: as medidas estatais de nacionalização de Porto Novo (SC) durante o Estado Novo brasileiro*”, defendemos que o Estado brasileiro e os seus representantes em nível local conduziram cinco políticas principais de nacionalização. Em um primeiro momento, todas as instituições privadas de ensino foram estatizadas, como já citado, e membros de movimentos políticos dissidentes perseguidos⁸. Com a piora das relações diplomáticas do Brasil com o Estado alemão, as autoridades locais proibiram a fala das línguas alemãs em todas as esferas de vivência, bem como geraram dois momentos de migrações forçadas⁹, os quais apresentaremos de forma mais detalhada.

“Senhor Jaeger, até a volta. O senhor não viu ninguém passar por aqui? Estamos a caminho da Argentina, para não sermos presos”, informava um alemão que deixou o distrito de Itapiranga em agosto

8 Um exemplo deste processo ocorreu a partir de 1938, onde, com base em uma acusação de um suposto contrabando de armas para abastecer um movimento golpista em nível nacional, as principais lideranças locais da Ação Integralista Brasileira (AIB), foram perseguidas, presas e torturadas pelas autoridades policiais locais. Para uma aproximação mais detalhada com o processo, ver: MAYER, Leandro. “**O triste fim de Anton Kliemann**”: a campanha de nacionalização e seus desdobramentos no oeste de Santa Catarina. 2008. 271 p.. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.

9 Os complementos a estas quatro medidas vieram com políticas de incentivo ao patriotismo, em especial na década de 1940, enquanto um acompanhamento pedagógico a formas de afastamento das manifestações culturais observadas enquanto “antinacionais”.

de 1942, rumo a República vizinha (HEINEN, 1997, p. 185). “Amigo e vizinho, eu e minha família precisamos de sua ajuda. Iniciaram-se as prisões em Itapiranga. Eu e alguns companheiros não desejamos os sofrimentos da prisão, por motivo de guerra. Por isso estamos a caminho da Argentina” (HEINEN, 1997, p. 184). Justificativa que teria sido feita por Wilhelm Rost ao pai de Luiz Heinen, durante o processo de fuga.

Ambos os casos fazem parte da obra “*Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina*”, publicada por Luiz Heinen em 1997. O autor também informa que Wilhelm Rost “ao ocorrerem as primeiras prisões, em fins de agosto de 1942 “(...) despediu-se da família, montou a cavalo perto da matriz, como fazia todos os dias úteis (...) procurou meu pai na lavoura, 2º vizinho dele”. Ao chegar, informou o motivo de sua visita e solicitou que o pai de Heinen realizasse a administração de sua propriedade rural durante o período de ausência. Rost somente retornou ao final do conflito, em 1945.

Outro participante do processo, o alemão Herman Scholz, relatou o ocorrido em uma entrevista, cerca de 40 anos depois (JUNGBLUT, 2011). Segundo o mesmo, “nem todos que entraram no mato da Argentina para fugir tiveram coragem para continuar. Primeiramente entramos no mato cerca de dois quilômetros e espiamos por dois dias para ver se vinha alguma perseguição”. Neste processo, cinco indivíduos “(...) desistiram da fuga e voltaram. Foram presos”. Os restantes conseguiram alcançar o solo argentino e por lá permaneceram até sentirem a segurança para retornar, com a exceção de um dos integrantes, que resolveu residir permanentemente no país. Após a fuga, Scholz residiu por cinco anos na região, e manteve atividades em empreendimentos locais até retornar à Porto Novo “trabalhei três anos numa madeireira e mais dois anos de balconista no comércio de Oberá (...) Voltei a pedido dos pais” (JUNGBLUT, 2011, p. 474).

Em suas memórias, publicadas originalmente na língua alemã em 1951 e cuja edição em língua portuguesa somente tornou-se acessível em 2011, com o título de “*Espírito pioneiro: a herança dos antepassados*”, Maria Wiersch Rohde publicou uma porção do diário de sua

filha referente ao período. Neste, ela mencionava a fuga para o país vizinho: “23 de agosto – Hoje ouvimos que em Itapiranga todos os homens alemães foram autuados e presos e que 11¹⁰ já haviam fugido para a Argentina” ([1942], p. 245). No entanto, deixaram para trás suas famílias, que, ao contrário dos mesmos, não puderam evitar as perseguições por parte dos agentes locais (HEINEN, 1997, ROHDE, 2011).

Maria Rohde também oferece um dos principais registros sobre as migrações forçadas de fevereiro. A autora, nasceu no Império Alemão e migrou com os pais para os Estados Unidos da América, onde recebeu cidadania norte-americana. Durante a convocação de fevereiro, Maria Rohde, junto com sua mãe, por sua saúde debilitada, recebeu a permissão de permanecer em Porto Novo. Na obra supracitada, a autora demonstrou a percepção de que sua cidadania estadunidense a havia garantido a possibilidade de permanecer, de forma que a nomeava enquanto um “escudo protetor”, que também lhe garantia uma maior liberdade de movimentos.

Aqueles que não tiveram a mesma sorte fizeram seus preparativos para migrar, o que foi atrasado ao máximo. Mas a ordem das autoridades teve de ser seguida e as primeiras caravanas de saída foram organizadas: “Como primeiros, chegaram os teuto-romenos do interior (...) 64 pessoas e 58 animais; a eles seguiram coluna após coluna, os outros alemães por nascimento, homens, mulheres e crianças” (ROHDE, 2011, p. 269-270).

Outro relato importante sobre este processo migratório é oferecido por Ida Müller Welter, romena de família alemã, que migrou para o Brasil com pouco anos de vida, e que publicou suas memórias em uma obra bilíngue (nas línguas alemã e portuguesa) no ano de

10 Herman Scholz não indica a totalidade dos participantes, mas informa que cinco integrantes do movimento desistiram da fuga e, no retorno a Linha Presidente Becker, foram presos pelas autoridades policiais. Já Wolfgang Lengert, filho de um morador da comunidade naquele período, relata que treze indivíduos participaram do processo (JUNGLBUT, 2011). Luiz Heinen, acredita que o grupo era composto por um número de 20 a 25 homens (1997, p. 185). Desta forma, a discrepância entre as diversas menções ao processo impossibilita adotar um número específico.

2010, sob o título “*Uma imigrante teuto-romena e outros escritos*”. Frente a ordem dos estrangeiros deixarem a região de Porto Novo, Ida indica que “eu já estava casada com Adolfo Welter, um teuto brasileiro, e por isso podia ficar até segunda ordem, disseram. Esta segunda ordem não veio” (2010, p. 33). Todavia, o restante dos seus conterrâneos teve que seguir o caminho de saída: “Nós, romenos, deveríamos ser transportados para longe da fronteira”, e, complementa, “era preciso vender tudo o que não cabia na carroça, ou melhor, quase se dava tudo de graça. As casas foram alugadas, os bois colocados na canga, puxando a carroça, e lá se iam as famílias. Minha mãe e meus irmãos também seguiram o mesmo destino” (2010, p. 33).

Em uma situação similar estava Anton Ruscheinski, outro romeno. No entanto, Anton foi o único integrante de sua família obrigado a migrar. Segundo ele, esta situação se originou da diversidade de nacionalidades de seus familiares: “na minha família tinha três nacionalidades: os meus pais eram nascidos na Rússia, alguns filhos eram romenos, alguns eram brasileiros. Primeiramente foi informado que os russos não precisariam sair de Porto Novo. Só os romenos e os alemães” (JUNGBLUT, 2011, p. 466).

A justificativa legal para a ordem de migração era a proibição de imigrantes residindo em uma região de até 150 quilômetros do limite político brasileiro com outro país. Ou seja, estrangeiros eram impedidos a habitarem a faixa fronteiriça. A base legislativa para tal feito parece ser proveniente de um Decreto Lei de 1939¹¹, o que demonstra que a legislação passou por uma interpretação que tardou quatro anos a ser aplicada. Entretanto, apesar de ter atingido centenas

11 Este decreto define a proibição da concessão de terras a estrangeiros na faixa de até 30 quilômetros da fronteira, e os trechos mais amplos, de até 150 quilômetros, somente poderiam ser concedidos com autorização prévia do Conselho de Segurança Nacional. As concessões de terra realizadas a estrangeiros para estes trechos em um período a emissão do decretos estariam sujeitas a avaliação de uma comissão especial. Ver mais em: BRASIL. Decreto-Lei N° 1.164, de 18 de março de 1939. Dispõe sobre as concessões de terras e vias de comunicação na faixa da fronteira, bem como sobre as indústrias aí situadas. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 mar. 1939. Seção 1, s/p. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

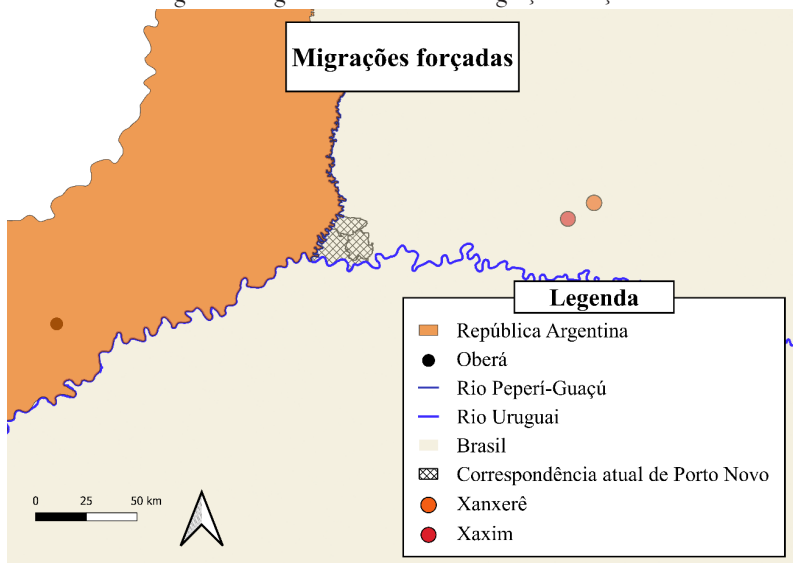
de estrangeiros, todos alemães ou romenos, excetuando outras nacionalidades que habitavam Porto Novo, seus esforços foram revertidos após a atuação de lideranças da Volkverein junto a autoridades nacionais (ROHDE, 2011).

Nestes dois momentos de migrações forçadas, houve uma profunda relação com a nacionalização, mas esta não pode ser entendida como um esforço uniforme e destinado a todos os grupos estrangeiros ou dissonantes que habitavam Porto Novo. Assim, acreditamos que estes dois processos devem ser entendidos enquanto uma espécie de nacionalização “restrita”¹², ou seja, um esforço destinado a uma parcela e não a um todo, que representava o não nacional.

Assim, estes momentos de migrações forçadas, foram restritos a alguns grupos desnacionalizados, aos interesses pontuais das autoridades locais, e a algumas práticas, que de forma geral não nacionalizaram Porto Novo e nem o Brasil, mas removeram elementos estrangeiros, definitivamente ou temporariamente, do horizonte de atuação de instituições em prol da homogeneização cultural. No mapa a seguir podem ser observadas as duas regiões de destino dos movimentos migratórios:

12 Uma discussão mais aprofundada pode ser consultada no artigo SAUSEN, João Vitor. Fronteira e nacionalização: a Segunda Guerra Mundial em Porto Novo (Brasil, 1942-1943). *Estudios Historicos*, Rivera, n. 22, dez. 2019. Disponível em: <<http://www.estudioshistoricos.org/Otros/n22.html>>. Acesso em 15 jan. 2021.

Figura 2: Regiões de destino das migrações forçadas



Fonte: Elaboração própria, a partir do *software* gratuito QuantumGIS 3.16 e das seguintes camadas cartográficas digitais: CAPAS SIG. **Geodesia y dermacación; Hidrografia y oceanografía.** Disponível em: <<https://www.ign.gov.ar/NuestrasActividades/InformacionGeoespacial/CapasSIG>>. Acesso em: 10 ago. 2020; IBGE. **Malhas digitais.** Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>>. Acesso em: 13 jan. 2021;

A “caravana da morte”, como nomeou Maria Rohde, teve um recorte nacional específico, que se diferenciava das medidas de nacionalização em curso por ser orientada unicamente a uma parcela dos estrangeiros. O mesmo ocorreu com a “coluna dos 13”, que incluía somente alemães natos. As migrações também foram facilitadas pela condição de fronteira, como ocorreu em agosto de 1942, ou motivadas pela mesma, o que é perceptível em fevereiro de 1943.

Em ambos os casos, portanto, a fronteira é um fator essencial para a compreensão dos processos. Além disso, estes movimentos de remoção espacial também devem ser percebidos em um conjunto mais amplo de engenharias sociais correntes no período, como já apresentado. Neste sentido, são formas de nacionalização que se ba-

seiam na seleção de populações para determinadas espacialidades, e, neste caso, uma remoção de indesejados.

Sua localização em um espaço fronteiro de recente disputa, além da relação de ambos os momentos de migrações forçadas com a tal condição, garante ao caráter de fronteira, segundo nossa perspectiva, um papel fundamental no contexto. O primeiro momento migratório a utilizou como um refúgio frente a ameaça de perseguições, assim como o segundo foi motivado justamente pela necessidade, aos olhos das autoridades, de garantir a segurança do espaço fronteiro em meio à condição de guerra.

Referências

- BRASIL. Decreto-Lei Nº 1.164, de 18 de Março de 1939. Dispõe sobre as concessões de terras e vias de comunicação na faixa da fronteira, bem como sobre as indústrias aí situadas. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 mar. 1939. Seção 1, s/p. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>>. Acesso em: 22 jun. 2019.
- CONVERSI, Daniele. Nación, Estado y Cultura: por una historia política y social de la homogeneización cultural. **Historia Contemporánea**, Bilbao, n. 45, v. 2, p. 437-481, 2012.
- EIDT, Paulino. Colonização Porto Novo: identidade e etnocentrismo? **Cadernos do CEOM**, Chapecó, n. 35, v. 24, p. 55-74, 2011.
- HEINEN, Luiz. **Colonização e Desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina**: aspectos sócio-político-econômicos e religiosos. Joaçaba: UNOESC, 1997.
- HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina**: a Questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- JUNGBLUT, Roque. **Porto Novo**: um documentário histórico. 3ª ed.. Porto Alegre: Letra & Vida, 2011.
- LEVINE, Robert M.. **O pai dos pobres**: o Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MAYER, Leandro. **“O triste fim de Anton Kliemann”**: a campanha de nacionalização e seus desdobramentos no oeste de Santa Catarina. 2008. 271 p.. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.
- NEUMANN, Rosane Marcia. **“Quem nasce no Brasil é brasilei-**

ro ou traidor!": as colônias germânicas e a campanha de nacionalização. 2003. 324 p.. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2003.

NUNES, Maria Zilles Magno. **O começo de Porto Novo:** uma colônia para teuto-católicos no processo de expansão colonial no sul brasileiro (1912-1933). Porto Alegre: Gráfica e Editora RJR, 2015.

ROHDE, Maria Wiersch. **Espírito Pioneiro:** a herança dos antepassados. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

QUIROGA, Alejandro. La nacionalización en España, una propuesta teórica. **Ayer**, València, v.2, n. 90, p. 17-38, 2013.

QUIROGA, Alejandro. Les tres esferes: cap a un model de nacionalització a Espanya. **Segle XX**, Barcelona, n. 4, p. 143-160, 2011.

SAUSEN, João Vitor. **A nacionalização dos nacionais:** as medidas estatais de nacionalização de Porto Novo (SC) durante o Estado Novo brasileiro (1937-1945). 2019. 112 p.. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/41681906/A_NACIONALIZA%C3%87%C3%83O_DOS_NACIONAIS_AS_MEDIDAS_ESTATAIS_DE_NACIONALIZA%C3%87%C3%83O_DE_PORTO_NOVO_SC_DURANTE_O_ESTADO_NOVO_BRASILEIRO_1937_1945_Jo%C3%A3o_Vitor_Sausen>. Acesso em: 14 jan. 2021.

WELTER, Ida Müller. **Uma imigrante teuto-romena e outros escritos.** Itapiranga/Florianópolis: PEST, 2010.

WERLE, André Carlos. **O Reino Jesuítico Germânico nas margens do Rio Uruguai:** aspectos da formação da colônia Porto Novo (Itapiranga). 2001. 203 p.. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

AS REPRESENTAÇÕES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL EM SANTA MARIA: UMA ANÁLISE DO ANO DE 1942 NO JORNAL A RAZÃO

Cyro Porto Martins¹

Notas introdutórias

O ano de 1942 marca o início da inserção, de fato, do Estados Unidos do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), este que ficou marcado pelo rompimento diplomático do Brasil com relação aos países componentes do Eixo (Alemanha, Itália, Japão, entre outros...). Nesse segmento, a imprensa destaca de forma enfática os acontecimentos e os processos nos quais os países beligerantes passavam durante a Guerra. Não obstante, a partir do ataque japonês a base norte-americana de Pearl Harbor, nos finais de 1941, o continente americano é levado a romper diplomaticamente com os países do Eixo, na chamada Conferências dos Chanceleres em janeiro de 1942, movimento esse que decorreu de diversas outras conferências anteriores de solidariedade, defesa mútua e aproximação das repúblicas americanas com os Estados Unidos da América. Nesse sentido, Santa Maria, cidade localizada ao sul do Brasil, constituía uma importante região militar, noticia esses acontecimentos através do seu jornal de maior circulação, o Jornal A Razão, abordando os acontecimentos internacionais como também as reações locais sobre os processos da Guerra. Por conseguinte, a partir do rompimento diplomático, o Brasil começou a sofrer diversos ataques de submarinos do Eixo a embar-

¹ Graduando em História-Licenciatura na Universidade Federal de Santa (UFSM), Membro do Grupo de Pesquisa CNPq História Platina: Sociedade, Poder e Instituições, onde é bolsista PROBIC/FAPERGS/UFSM sob o projeto “América Platina”: processos histórico de estruturação e consolidação das sociedades e dos estados nacionais no século XIX e primeira metade do século XX, bem como as relações em um mundo global, orientado pela Profa. Dr^a Maria Medianeira Padoin; E-mail: cyroporto@gmail.com.

cações comerciais civis, ao longo do oceano atlântico, como também em águas nacionais ocasionando a morte dezenas de cidadãos brasileiros. Nesse contexto, uma onda de revolta se espalha pelo país levando o Brasil a declarar guerra ao Eixo em agosto de 1942, inserindo de fato o país na beligerância mundial. Portanto, o presente trabalho propõe uma observação das representações da Segunda Guerra Mundial na cidade de Santa Maria, no ano de 1942, através do Jornal A Razão.

Santa Maria e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial

A cidade de Santa Maria, localizada na região central do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, teve sua origem ligado as disputas na demarcação das fronteiras entre as Coroas Espanholas e Portuguesas no século XVIII. Anteriormente habitadas por nativos americanos, a localidade foi palco de processos imigratórios ao longo de sua história que possibilitaram uma diversidade de povos e línguas que marcaram as características da cidade. Nesse sentido, desde de sua fundação, no século XVIII, até as primeiras décadas do século XX, a localidade presenciou diversos conflitos e disputas que estavam relacionados com contexto internos como também externos.

Nesse segmento, as Guerras Guaraníticas (1753-1756), no século XVIII, marcaram profundamente a região que possuía uma significativa população missioneira². Todavia, os conflitos sobre a demarcação da fronteira entre os Impérios Ibéricos perdurariam após os processos de Independências das colônias Espanholas, como também a do Brasil. Nesse contexto, ao longo do século XIX, Santa Maria presenciou diversos processos na qual a região e o país estavam inseridos, como as disputas na conformação dos estados Platinos³, bem como, na formação do Estado Imperial brasileiro.

Os conflitos que se estenderam ao longo do século XIX, no

2 As origens missioneiras de Santa Maria, foram abordadas no Trabalho de Júlio Quevedo dos Santos (2010).

3 A América Platina, corresponde aos atuais Estados da Argentina; Bolívia; Brasil; Paraguai e Uruguai, que culturalmente e geograficamente estão ligados ao Rio Da Prata.

Brasil e nas regiões vizinhas, tornaram a localidade de Santa Maria uma região estratégica. A Revolução Farroupilha (1835-1845); A Guerra Grande (1839-1845) no Uruguai; a Guerra do Prata (1851-1852) e a Guerra do Paraguai (1864-1870) tiveram como palco as regiões de fronteiras com a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul⁴, onde Santa Maria se localiza, e, no caso do primeiro conflito, ocorridos dentro da província. Nesse contexto, “as guerras fortaleceram o caráter militar da localidade, direta e indiretamente” (DALMOLIN, 2006).

A partir dos anos 1930 o Brasil, passou por transformações nas suas estruturas de poder, a ascensão do gaúcho Getúlio Vargas ao comando do Brasil, levou ao poder outros grupos políticos à administração central do Brasil. Neste período, influenciados pelo positivismo gaúcho, o governo transitório de Vargas aplicou medidas voltadas à classe trabalhadora como também a movimentos sociais⁵. Desta maneira, a cidade de Santa Maria sentiu essas transformações que ocorreram no país. No entanto, a década de 1930 ficou marcada por um processo de crises generalizadas, estas ocorridas principalmente pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. Crise essa, que proporcionou a ascensão de movimentos revolucionários de caráter socialista como também movimentos contrarrevolucionários de caráter fascistas em diversas regiões do mundo (VIZENTINI, 1992).

Nesse caminho, o Brasil possuía disputas entre grupos políticos e movimentos sociais, a ascensão de Getúlio Vargas não sanou essas disputas que estavam vinculadas as medidas do governo, como a demora na realização da constituição pós a Revolução de 1930, como também, as reivindicações de diversos grupos pela realização da constituição. A partir de 1934, a constituição é promulgada e Getúlio Vargas é eleito presidente da República. No entanto, as efervescências que se mantiveram latentes no período ocasionaram mudanças significativas no país. A intentona comunista de 1935 e a aproximação do fim do mandato presidencial de Vargas, levou, em 1937 um golpe

4 Atual estado brasileiro do Rio Grande do Sul.

5 Como por exemplo o sufrágio feminino em 1932.

liderado por Vargas e por setores importantes das forças armadas, a implementação de uma ditadura, o Estado Novo que segundo Ricardo Seitenfus possuía inspiração nos regimes fascistas da Europa, “A constituição do Estado Novo e os decretos-leis dotados durante o período de 1937-1945 inspiraram-se profundamente nas experiências fascistas europeias” (2003, p.74).

A conturbação da década de 1930, e os resquícios da Primeira Guerra Mundial proporcionaram os pilares para o conflito generalizado. Em 1939, a Alemanha, liderada pelo regime nazista invade a Polônia ocasionando a declaração de guerra do Reino Unido e da França aos germânicos, dando início a Segunda Guerra Mundial⁶. O conflito se estende por diversas regiões do planeta, conquistas territoriais, massacres, genocídios, marcaram os anos iniciais do conflito e dramatizaram os fracassos dos anos entreguerras (HOBBSAWM, 1991, p. 174).

O Brasil nos anos iniciais do conflito (1939-1941), manteve-se neutro, mantendo relações comerciais e diplomáticas com os dois blocos antagonísticos da guerra, o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e os Aliados (Reino Unido, França e União Soviética)⁷. O Brasil que se encontrava sobre a égide do Estado Novo, possuía relações próximas com a Alemanha Nazista nos anos iniciais do conflito, levando inclusive a Alemanha ser o maior parceiro comercial do Brasil no período (LIMA, 2019, p. 35). Não obstante, a aproximação brasileira e alemã não agradava os Estados Unidos da América (EUA), as relações próximas do Brasil com a Alemanha inclusive por diversos membros do governo estadonovista⁸, bem como a semelhança da ditadura es-

6 Autores como Gunther Mros (2019) defende as duas guerras mundiais como um processo único. Nesta investigação usarei o início da Guerra com a Invasão da Polônia pela Alemanha.

7 A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), foi invadida pela Alemanha Nazista em junho de 1941, antes deste período os Soviéticos e a Alemanha Nazista firmaram um acordo de não agressão, que não foi cumprido pela última.

8 Chefe da Polícia Política do Governo Vargas era um simpatizante do governo nazista.

tadonovista com os regimes fascista da Alemanha Nazista⁹ e da Itália Fascista eram elementos que marcantes na conjuntura política do período no Brasil. Nesse sentido, investigando as posições de membros do Estado Novo Ricardo Seitenfus afirma “ No ceio de uma equipe governamental amplamente dividida no plano interno, decidem-se as orientações da política interna, que dependem das lutas de influência dos principais atores” (2003, p, XVIII).

As posições internas do governo de Getúlio Vargas modificaram-se com as mudanças que ocorreram nos meses finais do ano de 1942. Com o ataque japonês a base norte-americana de Peral Harbor, no Havaí, modificou as relações dos estados americanos com a guerra. A entrada efetiva dos EUA na guerra surtiu efeitos de solidariedade em todo o continente. As conferências de aproximação e de defesa que ocorreram nos anos anteriores a aquele período foram postas em prática com a entrada dos Estados Unidos à guerra. Sendo assim, em janeiro de 1942 ocorreu a III Reunião de consulta dos ministros das relações exteriores das Repúblicas Americanas, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Foi-se decidido o rompimento das relações diplomáticas do Brasil e de outros países, contudo, não foi consenso de todas as Repúblicas participantes, algumas destas mantiveram relações com os países componentes do Eixo. Portanto a presente investigação buscou analisar a partir desse período, na qual o Brasil se insere, de fato, na Segunda Guerra Mundial, a Representação desta guerra no ano de 1942 no Jornal A Razão da cidade de Santa Maria.

Por Representação, nesta análise usarei o conceito abordado pela historiadora Sandra Pesavento, ao analisar a reconstrução do passado a autora aborda que a estratégia de se narrar uma temporalidade envolve os conceitos de representação e reconstrução, nesse caminho

9 Em 1936, antes da implementação do Estado Novo, o Governo de Getúlio Vargas entrega a Alemanha Nazista e revolucionária comunista, judia e alemã Olga Benário Prestes participante do levante comunista de 1935 (Intentona Comunista). Olga que era companheira do revolucionário comunista Luiz Carlos Prestes, foi deportada grávida de Prestes para a Alemanha e morta no campo de extermínio de Bernburg em 1942. Ver em Anita Leocádia Prestes: Olga Benário Prestes - uma comunista nos arquivos da Gestapo, 2017.

por representação a autora define

“Representação porque a narrativa histórica tanto se coloca no lugar daquilo que aconteceu quando lhe atribuiu um significado. Neste processo, o historiador trabalha com os traços que lhe chegam de um outro tempo, mas estes não têm caráter mimético em si próprios, como evidências do passado. Eles precisam ser construídos, enquanto passado, pela escrita do historiador” (2007, p.19-20).

A Representação do passado nos possibilita a busca de uma narrativa sobre acontecimentos do passado, visualizar como se deram esses acontecimentos e a visão de terminados grupos ou indivíduos sobre os processos históricos. Desta maneira, ao analisar o Jornal A Razão e a Representação da Segunda Guerra Mundial, nele noticiada, podemos perceber elementos da opinião e a visão de uma determinada sociedade a respeito do conflito mundial.

O jornal A Razão foi fundado em 9 de outubro de 1934 pelo jornalista Clarimundo Flores, e tornou-se uns dos principais meios de comunicação da cidade de Santa Maria. O jornal que possuía impressões diárias contava com colunas de intelectuais da cidade como também um corpo editorial. A capa era o local onde se noticiava os acontecimentos internacionais, seguida por páginas respeito das notícias locais, bem como do país. Ao analisar todo ano de 1942, a guerra era um assunto central da capa como também da contracapa do jornal.

Com rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo em janeiro de 1942, o Jornal trouxe no dia 24 de janeiro de 1942, em sua capa, a seguinte manchete “América rompeu com o Eixo: Aprovado o projeto pelas 21 repúblicas do continente”¹⁰. Após esse episódio, o Brasil sofreu diversos ataques de submarinos, principalmente alemães, a embarcações mercantis e de passageiros no decorrer do ano de 1942, ocasionando um significativo número de mortos. Nesse segmento, o afundamento das embarcações em águas nacionais e internacionais ocasionou uma comoção na opinião pública, que influenciou de forma significativa na declaração de guerra do

10 Fonte: América rompeu com o Eixo: Aprovado o projeto pelas 21 repúblicas do continente. A Razão 24 de janeiro de 1942, p.1. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Brasil aos países do Eixo, em agosto de 1942. Não obstante, o período ficou marcado por um forte movimento de represália a cidadãos e descendentes que possuíam uma relação com os países do Eixo. Nesse sentido, a “mudança na legislação e a ação direta do exército junto aos grupos considerados “quistos nacionais” interferiram na vida cotidiana de uma parcela significativa da população” (SEYFERTH, 1999).

Entre o rompimento das relações diplomáticas do Brasil em relação as potências do Eixo, em janeiro, até a declaração e guerra do Brasil a aqueles mesmos, o Jornal A Razão noticiou os afundamentos de embarcações comerciais e civis em águas territoriais e internacionais. Desta maneira, o Jornal trabalhou alinhado com a opinião norte americana, na qual podemos perceber no editorial do dia três de março de 1942 com o seguinte título “O que indicam os acontecimentos”

Os acontecimentos estão a indicar o rumo que deverão tomar as atividades de todos os elementos que se integraram na orientação democraticamente humanas das américas. Batendo-nos historicamente em favor do princípio de honestidade política, acima de personalismo doentios, cumprimos o determinismo dos nossos destinos e inauguramos uma era de solidariedade magnifica, mostrando aos povos do mundo que em primeiro plano colocamos os direitos humanos¹¹

Durante os meses que se sucederam entre o rompimento das relações diplomáticas e a declaração de guerra, o Jornal A Razão noticiou acontecimentos, que estavam relacionados com a perseguição a descendentes dos países do eixo, principalmente os descendentes e cidadãos de origem alemã, como também uma aproximação com tema pan-americanismo. Por Pan-americanismo Bruna Lima afirma que “[...] o termo pan-americanismo passou a ser difundido, de modo a dominar um conjunto de políticas que visam o incentivo e a aproximação entre os países americanos, tendo os Estados Unidos como principal liderança” (2019, p.25). Nesse sentido, podemos destacar que o jornal estava alinhado com a política externa do governo estadonovista representada pelo Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha, este que era um simpatizante do Estados Unidos. Ainda nesse

11 Fonte: O que indicam os acontecimentos A Razão 03 de Março de 1942, p.3. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

contexto, a autora defende que a ideia de pan-americanismo ganhou força com as conferências entre as nações americanas (2019, p.25). Desta forma, o Jornal buscou noticiar o sentimento pan-americano em Santa Maria em uma matéria no mês de abril intitulada “As manifestações do dia << Pã-Americano em S. Maria >>”¹². Esta manifestação contava com apoio, segundo o Jornal, de diversos segmentos da cidade como escolas e intelectuais que falaram a respeito da “liberdade e da democracia” “nesta hora de gravidade que o mundo atravessa”¹³.

Santa Maria e os antecedentes à declaração de guerra

O período que se deu entre o rompimento diplomático e a declaração de guerra ficou marcado pela perseguição a descendentes e cidadão dos países do eixo potencializados pelo afundamento de diversos navios Brasileiros. Desta maneira a ditadura estadonovista e a proposta de uma criação de uma identidade nacional, intensificaram a perseguição a descendentes e imigrantes que possuíam relação com o Eixo¹⁴, principalmente os alemães, na chamada Campanha da nacionalização. Santa Maria, que possuía uma significativa parcela da população descendentes, principalmente, de alemães e italianos sofreu represálias que estavam ligadas aos processos de nacionalização vigentes naquele período no Brasil. Não obstante, com o afundamento de navios mercantis e de passageiros pelas potências fascistas, ocasionou um movimento de “quebra-quebra” a estabelecimentos de descendentes e imigrantes dos países exístas. Segundo Fachel “o afundamento de navios brasileiros seria uma espécie de justificativa para a eclosão dos movimentos de “quebra-quebra” (apud. Lima, 2019).

O movimento de “quebra-quebra”, ocorrido no dia 18 de agosto de 1942, consistiu em movimento, de caráter nacional de depredação e saque a estabelecimentos de descendentes de alemães, italianos

12 Fonte: As manifestações do dia << Pã-Americano em S. Maria >>. A Razão 12 de Abril de 1942, p.4. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

13 Idem.

14 As perseguições a essas populações já ocorriam anterior a declaração de guerra.

e japoneses, mas principalmente do primeiro. As revoltas dos populares em respostas aos afundamentos dos navios influenciaram a declaração de guerra do Brasil ao Eixo em 21 de agosto de 1942. O jornal *A Razão* trouxe, na edição do dia 18 agosto, a revolta pelo afundamento do navio *Baependi* por um submarino alemão, no editorial continha o seguinte título “Dente por Dente, Olho por Olho”¹⁵, cobrando a represália diante aos ataques do Eixo. Nesse segmento podemos visualizar o incentivo e o apelo do *Jornal ao Povo*

Cabe ao povo, cabe a todos os brasileiros, levantar o espírito à altura dos acontecimentos e continuar vigilante em torno dos inimigos do país, denunciando-os à justiça e esmagando-os na primeira oportunidade. Os acontecimentos indicam que não é mais possível continuar agasalhando em liberdade os elementos que não merecem e não podem merecer confiança à segurança nacional e aos ideias de humanidade do Brasil¹⁶

O sentimento de revolta e o incentivo dos periódicos aos movimentos de “quebra-quebra” foram também analisados por Tamires Xavier Soares na cidade Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, a autora observou

O sentimento de revolta que os naufrágos dos navios brasileiros causaram entre a população pelotense, quando a mesma tomou conhecimento a partir do que era notificado nos jornais locais e os ataques aos imigrantes alemães que se intensificaram com o advento da Segunda Guerra Mundial (apud, LIMA, 2019, p.66).

Podemos observar que os movimentos de “quebra-quebra” ocorreram de forma semelhantes nas maiores cidades do Rio Grande do Sul, como também, o papel dos jornais locais na divulgação e incitação ao acontecimento. Ainda neste segmento podemos visualizar que o ataque a estabelecimentos de comerciantes e industriais que possuíam uma ligação com os países do Eixo, sejam esses por serem descendentes ou cidadão, estava relacionado diretamente com a construção de uma identidade Brasileira proposto pela ditadura varguista. Além disso, o movimento de “quebra-quebra” foi uma demonstração

15 Fonte: Dente por dente, olho por olho. *A Razão* 19 de Agosto de 1942, p.2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

16 *Idem*

de hegemonia luso-brasileira perante os “inimigos nacionais” (LIMA, 2019, p.66).

No jornal *A Razão*, referente ao movimento de “quebra-quebra”, não mencionou os saques e a destruição de propriedades comerciais e industriais de descendentes de imigrantes alemães e italianos, no caso de Santa Maria. Lima defende que a explicação seja pelo fato do jornal estar ligado, em forma de apoio, as manifestações decorrentes do afundamento do Navio Baependi, neste caso a autora destaca que “o apoio que o jornal local concedeu as manifestações, de modo que a sua sede, inclusive, foi cedida como palco para o pronunciamento de discursos” (2019, p. 70). Neste contexto, corroborando com a análise da autora, um dos oradores dos chamados comícios da Brasilidade, que antecederam o movimento de “quebra-quebra”, foi o próprio diretor do jornal *A Razão*, Clarimundo Flores, o que se explica, também, a não menção direta ao movimento no periódico.

Observamos que as consequências da Segunda Guerra Mundial, iam além dos conflitos bélicos e diplomáticos. A entrada do Brasil na guerra, causou uma forte comoção entre a população do país, e ataques e perseguições aos alemães, italiano e japoneses, principalmente o primeiro. Desta maneira, a entrada do país na guerra intensificou a perseguição a estes indivíduos (SEYFERTH, 1999, p.223). A proibição da língua, imigrações forçadas como também a nacionalização do ensino foram algumas medidas tomadas pelo governo contra estas populações.

Neste contexto, a perseguições aos chamados “súditos do eixo”, tomou proporções intensas a partir do movimento de “quebra-quebra”. No dia 20 de agosto de 1942, no mesmo dia da declaração de guerra do Brasil contra os países do Eixo, o jornal *A Razão* de Santa Maria noticiava a prisão de um alemão por cantar e dançar ao ter conhecimento dos afundamentos dos navios brasileiros. A reportagem afirma

No momento preciso em que todos os brasileiros se sentem tomados das mais justas revolta, ante o inqualificável torpedeamento, pela pirataria nazista, de cinco navios mercantes nacionais nas costas nordestinas. André Neuvald- um alemão que várias vezes já

deu entrada na cadeia civil desta cidade depois do rompimento das relações do Brasil com as potências totalitárias- festejou o bárbaro acontecimento dansando e cantando o hino de Hitler ¹⁷

Percebemos que os impactos das agressões da Alemanha ao Brasil tiveram imediatos reações. Os afundamentos que ocorriam desde do rompimento das relações diplomáticas, em janeiro de 1942, chegaram ao seu ponto máximo nos meses de julho e agosto de 1942, foram impulsionadores dos movimentos de “quebra-quebra” como também da entrada do Brasil no conflito mundial. Segundo Francisco Ferraz os impactos da guerra à população foram indiretos e distantes (2005, p.20). Contudo percebemos, através do Jornal A Razão, que os impactos da guerra foram sentidos diretamente pela população, principalmente aos descendentes de alemães. Os impactos da guerra também foram sentidos pelas cidades vizinhas de Santa Maria, neste caso, o periódico noticiava os acontecimentos e os protestos no interior do Rio Grande do Sul, após a declaração de guerra em 22 de agosto de 1942.

Outro fator que nos possibilita visualizar os acontecimentos da guerra em Santa Maria, são as mudanças dos nomes de hotéis e estabelecimentos que possuíam nomes que se referiam a algum país do Eixo, como foi apontado por Cátia Dalmolin (2002, p.149). Os efeitos da guerra foram sentidos pela população e principalmente aos “súditos do Eixo”¹⁸, e a opinião de diversos intelectuais nas colunas do jornal nos dão a possibilidade de observar que a guerra era um assunto do cotidiano de Santa Maria no período.

Ainda que a censura prévia aos meios de comunicação pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, como também a repressão aos movimentos sociais pela ditadura de Getúlio Vargas, não foram eficazes em impediram que os movimentos de “quebra-quebra’

17 Fonte: Cantou e dansou ao ter conhecimento do afundamento dos navios brasileiros. A Razão 20 de Agosto de 1942, p.2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

18 Muitos destes “Súditos do Eixo” eram cidadão descendentes de imigrantes que não possuíam ligação com Eixo. Contudo, havia em alguns casos, cidadãos estrangeiros ou descendentes que eram favoráveis aos países do Eixo.

'fossem instigados pela imprensa¹⁹. Pelo contrário, o reforço de uma brasilidade e o apoio do período a Getúlio Vargas são presentes em toda a análise do Jornal no ano de 1942. Nesse sentido, Bruna Lima apontou de forma brilhante, ao analisar a Fábrica de bebidas Cyrilla de Santa Maria, esta que tinha com um dos proprietários um descendente de imigrantes alemães, os possíveis conseqüências e interesses com a entrada do Brasil na Guerra. Neste sentido, ao investigar a depredação à fábrica nos movimentos de 18 de agosto, a autora afirma que o “quebra-quebra” beneficiou algumas empresas transnacionais, como, no caso, a Coca-Cola e a Pepsi Cola, na qual podemos perceber a influência norte-americana tanto economicamente como ideologicamente como foi apontado nos parágrafos anteriores (2019, p.100).

A Segunda Guerra Mundial atingiu proporções inimagináveis para o período, grandes batalhas, genocídios, carestia, disputas territoriais e diplomáticas foram marcantes neste conflito de caráter mundial. Ainda que a Guerra no Brasil seja abordada de forma não impactante como em outros países essa causou impactos significativos na vida de milhões de brasileiros. Ao analisarmos um único ano de um jornal, em uma cidade do interior do Brasil, pudemos constatar a os efeitos que a guerra gerou em diversas localidades. Desta maneira, ao analisarmos um setor da imprensa buscamos analisar os impactos da Segunda Guerra Mundial através do Jornal A Razão. Neste sentido, buscando o papel da imprensa periódica concordamos da importância de selecionar, ordenar, estruturar e narrar de determinadas formas, aquilo que se elegeu como importante para chegar ao público (LUCA, 2014, p.139).

A presente investigação buscou mostrar a Representação da Segunda Guerra Mundial, no ano de 1942, em Santa Maria. Representação está que estava ligada diretamente com os posicionamentos de grupos poder, muitos destes ligados ao a política norte americana, como também aos grupos de poderes ligados ao Estado Novo. Ainda que seja importante ressaltarmos essa Representação, vale destacar

¹⁹ O que se explica uma possível anuência de setores do Estado a esses movimentos.

que esta Representação, que buscou elementos da opinião da cidade sobre a Guerra, não representa a totalidade da opinião e dos acontecimentos de todos os segmentos sociais de uma determinada região. Contudo, conseguimos perceber de que foram alguns grupos, neste caso os responsáveis pela escrita do Jornal, como também segmentos populares, reagiram aos acontecimentos que infligiam o país e o mundo.

Referências Bibliográficas

DALMOLIN, Cátia Regina. **Em nome da Pátria:** as manifestações contra o Eixo em Santa Maria, no dia 18 de agosto de 1942. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Descobrimo o Brasil, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos Extremos:** o breve século XX 1914-1991. 2°. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 7-198.

KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. Mundo do trabalho em Santa Maria e a greve dos ferroviários no Estado Novo. In: WEBER, Beatriz; RIBEIRO, José (Orgs.). **Nova História de Santa Maria:** Contribuições Recentes. Santa Maria: [s.n], 2010. p.407-442.

LIMA, Bruna. **Fronteira entre o regional e o transnacional na política de desenvolvimento econômico do Brasil e o caso da fábrica Cyrilla de Santa Maria, RS, Brasil.** Tese de Doutorado em História Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

LUCA, Tânia Regina. História dos nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla (Org). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 210. p. 111-153.

MROS. Günther. R. **O Brasil nas guerras dos outros:** O INTERESSE NACIONAL EM MEIO A RESSIGNIFICAÇÕES SISTÊMICAS (1914 - 1919 & 1930 - 1945). Tese de Doutorado em História-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

PESAVENTO. Sandra. **J. História & História Cultural.** 3°.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra:** o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2003.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização

do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199-128.

VIZENTINI, Paulo. **A 2º Guerra Mundial 1931-1945**. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1989.

FONTES:

América rompeu com o Eixo: Aprovado o projeto pelas 21 repúblicas do continente. A Razão 24 de janeiro de 1942, p.1. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

As manifestações do dia << Pã-Americano em S. Maria >>. A Razão 12 de Abril de 1942, p.4. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Cantou e dançou ao ter conhecimento do afundamento dos navios brasileiros. A Razão 20 de Agosto de 1942, p.2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Dente por dente, olho por olho. A Razão 19 de Agosto de 1942, p.2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

O que indicam os acontecimentos A Razão 03 de Março de 1942, p.3. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

A EXPERIÊNCIA PARLAMENTARISTA BRASILEIRA (1961-1963)

Jorge Alberto Soares Cruz¹

Introdução

Em 1961, a renúncia do então presidente brasileiro Jânio Quadros, provocou inquietações políticas e institucionais no País. Este fato foi marcante na história política, social e econômica brasileira, devido a tentativa de impedimento da posse do vice presidente João Goulart por grupos de empresários, políticos e militares que acusavam Goulart de “ser comunista²” e representar interesses soviéticos no Brasil³. Segundo os professores Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) a desqualificação de rivais políticos e a acusação que os mesmos representam uma ameaça à segurança nacional ou ao modo de vida predominante são indicadores de comportamentos autoritários.

O mesmo acontece quando o que está estabelecido na carta constitucional é rejeitado ou modificado. Neste contexto, a tentativa de impedir a posse do vice-presidente, através de falsas alegações, feria os princípios constitucionais, dos quais os integrantes das Forças Armadas eram considerados guardiões, embora tenham sido os primeiros a desrespeitá-los, conspirando para implantar uma ditadura

1 Doutor em História PPGH-UFSM- Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, Professor lotado no Departamento de Arquivologia (CCSH-UFSM) e professor do Programa de Pós-Graduação profissional em Patrimônio Cultural (CCSH-UFSM) -e-mail: jorgecruz@ufsm.br.

2 Como acusar Goulart de comunista? Ele era um grande latifundiário no Rio grande do Sul com interesses ligados a questões sociais.

3 Este período conhecido como Guerra Fria que é marcado pelas tensões política entre Estados Unidos e União Soviética. Para Levitsky e Ziblatt (2018) durante a Guerra Fria golpes de Estado foram responsáveis pelo colapso das democracias em vários países do mundo.

civil-militar⁴ que teve êxito em março de 1964.

O impedimento da posse de Goulart proporcionou o surgimento do movimento da legalidade⁵ que foi liderado pelo então governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que tinha como principal objetivo garantir o cumprimento dos preceitos constitucionais. Para tanto, provocou no País uma insurreição popular para garantir a posse do vice-presidente com plenos poderes. Visando evitar um confronto armado, optou-se pela solução parlamentarista onde o então vice-presidente João Goulart, seria o Chefe de Estado com poderes limitados.

O Sistema Parlamentar de Governo foi imposto pela Emenda Constitucional nº 4, que também estabelecia a realização de um plebiscito nove meses antes do término do Governo Goulart. Porém, uma série de crises no Parlamento provocou a antecipação desse plebiscito para janeiro de 1963, ocasionando o retorno ao Sistema Presidencial de Governo.

Deve ser salientado que a solução parlamentar satisfaz aos interesses dos grupos que temiam a posse de Jango (UDN, militares e empresários ligados ao capital multinacional). Segundo Beiguelman² (1977, p. 331), “os militares colocaram em dúvida a posse de Goulart, mesmo com as restrições parlamentaristas.” Assim sendo, constatou-se que a solução parlamentarista foi apenas uma decisão provisória que adiou a posse dos militares, que juntamente com um grupo de empresários nacionais e transnacionais, se articularam e finalmente conseguiram atingir seus objetivos, destituindo Goulart em março de 1964.

Através desta pesquisa procura-se salientar a relevância das hemerotecas como um espaço de memória, um espaço que guarda fragmentos da história que contribuem na reconstituição da história social, econômica e política além de difundir conhecimentos. Também

4 Com o apoio de grupos de extrema direita composto de jornalistas e empresários ligados ao capital internacional.

5 Nos Porões do Palácio do Governo do Rio Grand do Sul (Palácio Piratini), em Porto Alegre, foi montada uma grande rede de notícias para impedir o golpe militar e garantir o que estabelecia a constituição vigente.

levamos em consideração o papel ideológico difundido por órgãos de imprensa nas transformações da sociedade ligando o passado ao presente. Em relação ao uso de jornais em pesquisa histórica percebe-se que:

Trabalhar com imprensa escrita reside no compromisso da interpretação dos fatos apresentados por ela, aprender a desvendar sua escrita jornalística. Porém ao utilizar a imprensa como fonte podemos de forma clara fazer a reconstrução dos acontecimentos através do mais eficaz meio de comunicação na difusão das informações, uma vez que durante todo o século XIX este veículo de comunicação foi o mais utilizado como disseminador dos costumes, atitudes e desejos da sociedade (KRENISKI E AGUIAR, 2011, p.3).

Levando em consideração a importância e a função dos jornais e seus registros para a sociedade, verificou-se como os sistemas Parlamentarista e Presidencialista foram tratados nos editoriais do Jornal A Razão durante o período de 1961 a 1963. Deve ser salientado que o Jornal A Razão, é um importante órgão de imprensa, formador de opinião com sede na cidade de Santa Maria, região central do Rio Grande do Sul. A empresa foi fundada em 1934 por um grupo de empresários santamarienses e, por motivos econômicos, em 1942 foi vendida aos Diários e Emissoras Associados de propriedade do empresário Assis Chateaubriant. Na década de 70 a família de Grandi adquire a empresa. Depois de mais de 80 anos de atividades o jornal encerra suas atividades em 2017.

Primeiramente investigou-se como este órgão de imprensa se posicionou diante da mudança do sistema de governo, considerando o período pré-parlamentar, o período parlamentarista e o posicionamento face à realização do plebiscito que ocorreu em março de 1963. Para tanto, baseou-se em fontes bibliográficas, abordando a origem e as características das formas e sistemas de governo. Num segundo momento passamos a aplicação das formas e sistemas de governo no Brasil, mostrando o que ocorreu na sua utilização, segundo a visão de alguns autores.

Finalmente, num terceiro momento realizou-se um levantamento dos argumentos favoráveis e contrários ao presidencialismo e ao parlamentarismo, procurando mostrar como o Jornal A Razão,

através de seus editoriais publicados na época em estudo, tratou o assunto. Nesta parte, também se utilizou de fontes secundárias, para obter uma maior compreensão dos fatos aos quais os editoriais estavam se referindo.

Formas e sistemas de governo

Modernamente, podemos encontrar duas formas de governo, que são a Monarquia⁶ e a República. A Monarquia se caracteriza pela existência de um rei, príncipe ou imperador que exerce a função de chefe de governo e possui, entre outras atribuições, a de defesa das tradições históricas e culturais do Estado. Geralmente este cargo é vitalício e hereditário. Como exemplo podemos citar a monarquia Inglesa. Na forma republicana de governo, o cargo é preenchido através de eleições diretas, pelo voto popular, ou indiretas, através de um colégio eleitoral.

O sistema de governo é a forma pela qual o poder político é dividido e exercido no âmbito do Estado. Desta forma existe o Parlamentarismo e o Presidencialismo, sendo que o primeiro pode ser aplicado tanto à forma Monárquica quanto à Republicana, já o segundo, se aplica somente às repúblicas. Estes sistemas se diferenciam entre si no referente às Chefia de Estado e Chefia de Governo.

Nas monarquias, em geral, o cargo de Chefe de Estado é exercido por um representante da família real⁷, e a Chefia de Governo por um primeiro-ministro escolhido e nomeado pelo monarca entre a pessoa que tem mais condições de comandar a confiança da “Câmara dos Comuns” (caso da Inglaterra), e que deve ser aprovado pela maioria do parlamento. O monarca tem o poder de destituir ou aceitar a renúncia dos membros do gabinete parlamentar. Nas repúblicas parlamentaristas o cargo de Chefe de Estado é exercido pelo Presidente e a chefia do governo por um primeiro-ministro, escolhido de forma

⁶ No ano de 2020 existem aproximadamente 44 monarquias no mundo incluindo o Vaticano. Algumas delas o rei exerce a função de chefe de estado e chefe de governo.

⁷ Rei, rainha, príncipe, sultão, emir, etc.

semelhante à das monarquias. Nas repúblicas presidencialistas, o cargo de Chefe de Governo e Chefe de Estado é exercido por um presidente, que possui autonomia para escolher seus ministros e os altos funcionários da administração pública.

Além de possuir o poder de indicar o primeiro-ministro e dissolver o parlamento, o Chefe de Estado, no sistema parlamentarista, possui a atribuição de servir de árbitro nas relações políticas entre os poderes executivo e legislativo. Ao Chefe de Governo compete fazer funcionar a máquina administrativa para que sejam prestados os serviços necessários à sociedade. Sendo assim, cabe a ele, formular e conduzir as políticas a serem implementadas em todas as áreas da administração pública, exceto o que está exposto na Constituição como atribuições exclusivas do Chefe de Estado.

O parlamento, tanto na Monarquia quanto na República, é eleito através do sufrágio universal. Em ambos os casos, o parlamento, que pode ser bicameral no caso de Estados Federados e unicameral em Estados Unitários, pode ser dissolvido devido a divergências de opiniões referentes a assuntos de extrema importância à nação.

Ressalta-se que a dissolução do congresso não significa seu fechamento ou encerramento definitivo das atividades, mas a convocação de novas eleições parlamentares. Os congressistas que ocupam as cadeiras legislativas não são impedidos de concorrerem a nova legislatura. No caso das repúblicas presidencialistas, com regimes democráticos, é impossível a dissolução do parlamento. O que ocorre é o expurgo, em casos isolados, de alguns membros por conduta imoral, não condizente com as atividades parlamentares. Nas democracias, os parlamentares não poderão ser afastados por discordâncias ideológicas ou por qualquer outra discordância com os membros do executivo.

O Presidencialismo surgiu na América do Norte, sendo o sistema copiado e adotado pela maioria dos países da América Latina. Já o Sistema Parlamentar é um sistema baseado no Parlamentarismo Inglês e adotado em diversos países da Europa, tais como Itália, França, Alemanha e Portugal, dentre outros.

Figueiredo & Figueiredo (1993, p. 63) afirmam que hoje exis-

tem diferentes modelos de Parlamentarismo: o Puro ou Clássico, que por sua vez subdivide-se em Modelo Dualista Atenuado e o Modelo Dualista Acentuado. A característica básica do Parlamentarismo Puro ou Clássico está no fato do Chefe de Estado não possuir iniciativa política, o que compete ao Gabinete. Cabe ao Chefe de Estado agir como árbitro em situações graves, decretando a dissolução do parlamento, mas sem “papel ativo no processo que leva a isto”. No Dualista Atenuado, o Chefe de Estado possui iniciativa política na escolha do primeiro-ministro em comum acordo com o parlamento. No modelo dualista acentuado o Chefe de Estado desempenha papel importante “na formação e direção do governo”.

Na América Latina, o Brasil é um país que já experimentou as formas e sistemas de governo existentes. Após a independência, foi implantada uma monarquia absoluta que, posteriormente, transformou-se em uma monarquia parlamentar (1847-1889). Cabe destacar que durante o Império, a ideia de parlamentarismo era muito antiga, principalmente entre os moderados, que temiam o avanço das ideias republicanas e revolucionárias oriundas dos Estados Unidos e da França. O sistema foi implantado em 1847 quando D. Pedro II criou o cargo de Chefe do Conselho de Ministros, que equivaleria ao primeiro-ministro ou chefe de gabinete.

Em oposição à monarquia, surge o pensamento republicano, alicerçado nos princípios da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América (1776) e nas aspirações dos revolucionários Franceses (1778). Além disso, durante a Guerra do Paraguai, as forças militares do Império entraram em contato com militares das ex-colônias espanholas, trazendo para o Brasil obras literárias que inspiraram os movimentos separatistas daquelas nações.

Em 15 de novembro de 1889, ocorre a proclamação da República que foi um golpe praticado pelas elites econômicas que queriam total domínio da cena política brasileira, e para alcançarem seus objetivos utilizaram os militares, que atuaram como agentes protetores das elites econômicas. Este papel foi desempenhado pelas Forças Armadas em vários momentos da história republicana brasileira.

Com a proclamação da República, abandonou-se a monarquia parlamentarista, instaurando-se o presidencialismo, que foi copiado do modelo norte-americano e adaptado às características brasileiras. Vários pontos da Constituição de 1891 foram baseados na Carta dos Estados Unidos da América, como o federalismo, o regime representativo e, principalmente, o presidencialismo, onde o cargo de Chefe de Estado e de Governo seria exercido pelo Presidente da República, com poderes para intervir nos estados quando houvesse alguma tendência separatista, invasão estrangeira ou conflito com outras unidades da federação.

Desta forma, foi deposto um monarca, que através do poder moderador exercia um poder autoritário, por um presidente que mais parecia um rei com poderes absolutos. A grande diferença está no fato de que o rei possuía poder vitalício e o presidente era uma espécie de rei que possuía mandato com tempo determinado. Tanto um como o outro defendiam os interesses das oligarquias, esquecendo ou ignorando as camadas pobres da população.

A experiência parlamentarista brasileira

A história republicana brasileira é marcada por inúmeras crises políticas, golpes e contragolpes motivados por divergências internas das elites dominantes, que defendem uma pseudo democracia porque, na verdade, são autocratas. Sendo assim, podemos afirmar que, muitas vezes, a diferença entre líderes autocratas e democratas está na condescendência as críticas e a forma de usar aparatos do Estado para investigar, perseguir e punir seus opositores. Ademais os autocratas governam baseados em seus interesses, levando a crer que seus interesses são os mesmos do povo. Neste contexto Levitsky e Ziblatt (2018, p.69) colocam: “ uma coisa que distingue autocratas de líderes democráticos contemporâneos é sua intolerância à crítica e a disposição de usar seu poder para punir aqueles que – na oposição, na mídia ou na sociedade civil- venham a critica-los. ”

Tendo como base as crises políticas e as disputas de poder das elites brasileiras, durante a República, e por um curto espaço de tem-

po (agosto de 1961 a janeiro de 1963), o Brasil vivenciou uma nova experiência parlamentarista que foi imposta por vias autoritárias e extinta por ocasião de um plebiscito ou referendo onde o povo, de forma democrática, optou pela volta do Presidencialismo.

A solução parlamentarista brasileira foi baseada na proposta do deputado federal Raul Pilla, integrante do Partido Libertador Rio-grandense, que foi o maior defensor do Parlamentarismo no Brasil desde 1946 até 1964.

O Ato Institucional nº 4, de 2 de agosto de 1961, estabelecia pela primeira vez na República um sistema parlamentarista. Em seu capítulo IV, art. 21 determinava que o vice-presidente Jango, eleito em 3 de outubro de 1960, exerceria o cargo de Presidente da República até 31 de janeiro de 1966, sendo que a função de primeiro-ministro seria exercida por Tancredo Neves. Cabe destacar que, no ponto referente à eleição presidencial do Parlamentarismo, a emenda nº 4 da Constituição de 1946 destoava da proposta original de Raul Pilla. A referida emenda sustentava a posse de um presidente já eleito através do voto popular, no caso João Goulart. Pilla defendia que o presidente da república deveria ser nomeado pelo parlamento.

Taticamente, Jango aceitou esta imposição que limitava seus poderes, mas sua atitude ocasionou protestos pelo país, principalmente em Porto Alegre. Toledo (1985) mostra como foi o início do governo de Goulart:

Sob rédeas relativamente curtas, João Goulart iniciava, assim, seu governo na versão parlamentarista. Mas conforme confessaria a um assessor, faria ele tudo para abreviar a vida do novo regime. Recusava-se a representar o papel de uma “Rainha Elizabeth”. Queria governar, não apenas reinar (TOLEDO, 1985, p. 20).

A esperança de Jango para alterar essa situação estava no art. 25 da Emenda Constitucional nº 4, que estabelecia a realização de um plebiscito nove meses antes do término do período presidencial. Porém, uma série de crises no parlamento incentivaram a campanha pela antecipação do plebiscito para 6 de janeiro de 1963, embora a Emenda Constitucional previsse a consulta popular somente para abril de 1965.

Em junho de 1962, a renúncia do primeiro-ministro Tancredo Neves, que havia se afastado para disputar uma vaga no legislativo, marcou o início das crises parlamentares. O presidente Goulart indicou o nome de seu Ministro das Relações Exteriores, Santiago Dantas⁸ (PTB), para substituir Tancredo. Este nome foi rejeitado por parlamentares da UDN e PSD, devido o mesmo ser acusado de possuir “inclinações comunistas”⁹ O PSD indicou a candidatura de Auro Moura Andrade, que obteve o apoio de Goulart e a aprovação do Congresso. Moura Andrade renunciou ao cargo poucos dias após sua nomeação, porque foi noticiado que o mesmo pregava a antecipação do plebiscito e que iria governar com um ministério organizado pelo presidente.

Finalmente a crise passou por uma solução temporária com a indicação de Brochado da Rocha, que reivindicava a antecipação do plebiscito para 7 de setembro de 1962, o que provocou a renúncia de seu Gabinete. Com a Emenda Capanema de 14 de setembro de 1962, o presidente poderia governar com um gabinete provisório “no caso de vacância do cargo” (BEIGUELMAN¹⁰, 1977, p. 334). Esta emenda antecipava o plebiscito para 6 de janeiro de 1963 e restituía, gradativamente, os poderes presidenciais de Goulart, que haviam sido limitados em 1961. Segundo Figueiredo & Figueiredo (1993, p. 95) o único gabinete que funcionou realmente como sistema Parlamentar foi o de Tancredo Neves.

O plebiscito foi realizado com amplo apoio de João Goulart, do terceiro e último conselho de ministros, presidido por Hermes Lima, dos políticos que visavam candidatura ao cargo de Presidente da República (Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, Leonel Brizola, Magalhães Pinto e Juraci Magalhães), e dos partidos de esquerda.

8 Dantas pregava no Congresso o restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética e votou contra a expulsão de Cuba da OEA (Organização dos Estados Americanos) por ocasião da conferência de Chanceleres Americanos, realizada em Punta de Leste em 1962. O posicionamento de Dantas era visto com desconfiança por políticos conservadores da UDN e PSD.

9 Acusar adversários políticos de comunistas, subversivos, terroristas, etc é uma prática de governos autoritários (LEVITSKI & ZIBLATT, 2018).

Discussão sobre a forma e sistema de governo segundo os editoriais do jornal A Razão

Diante do que foi exposto, destacou-se a participação da imprensa, que teve (e tem) papel primordial na formação da opinião pública brasileira. Cabe destacar que a grande maioria dos órgãos de imprensa estavam ligados ao capital internacional, as elites econômicas e a grupos políticos, para os quais a posse de Jango representava uma ameaça aos seus interesses. Segundo Dreifuss (1987, p. 232) “jornalistas profissionais se integravam no esforço geral como manipuladores de notícias e propagandistas, trabalhando sobretudo através das unidades operacionais dos grupos de opinião pública e doutrina e publicações.”

Deve ser enfatizado a submissão e a influência sofrida pela grande imprensa das agências de notícias e de grupos internacionais que, através de seu patrocínio, praticamente sustentavam as empresas jornalísticas brasileiras. As que publicassem notícias contrárias aos interesses multinacionais e de seus associados não receberiam patrocínios financeiros.

Diante da importância que assumiu a definição do Sistema de Governo naquele contexto político e da influência que a imprensa teve na propaganda anterior ao plebiscito, investigou-se o posicionamento dos editorialistas do Jornal A Razão, um importante veículo de comunicação de Santa Maria e da região central do Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, analisamos os editoriais publicados neste jornal, que demonstram como eram retratados por este, o Parlamentarismo e o Presidencialismo no período compreendido entre os anos de 1961 e 1963.

Não pode ser desconsiderado que o Jornal A Razão era uma empresa ligada aos Diários e Emissoras Associados, de propriedade de Assis Châteaubriant, que por sua vez era um empresário ligado a grupos multinacionais cujos interesses estavam hipoteticamente ameaçados pelo governo de João Goulart.

Desta forma, puderam ser constatados nesta pesquisa, mudanças ocorridas nos conteúdos dos editoriais, o que nos permite analisar

as fases das discussões sobre o Parlamentarismo e o Presidencialismo.

a) fase de defesa da Legalidade; b) fase de defesa do Parlamentarismo e, c) fase anterior ao Plebiscito.

Na fase de vigência da Rede da Legalidade, os editorialistas defenderam os preceitos constitucionais estabelecidos na Carta de 1946, apoiando o Presidencialismo. Acredita-se que este posicionamento teve como objetivo defender a manutenção da ordem estabelecida e, por consequência, evitar possíveis conflitos armados.

Os editoriais nos quais foi observada a preocupação com a defesa da ordem, ainda dentro do Sistema Presidencialista, foram os publicados nos dias 27 e 31 de agosto de 1961. Neles, é destacada a calma da população e das autoridades ao receberem a notícia da renúncia de Jânio Quadros e, especialmente no segundo editorial (Respeitamos a Constituição), é defendida a manutenção da Constituição e da “legalidade integral”, como um “vivo anseio dos brasileiros”.

Além disso, acredita-se que o posicionamento assumido pelos editorialistas durante a Campanha da Legalidade, defendendo o Sistema Presidencial de Governo, foi em virtude de o Jornal estar localizado no centro de uma provável guerra civil. Se fosse assumido outro posicionamento, provavelmente sua sede poderia ser atacada e o jornal sairia de circulação. Esta hipótese está pautada no fato de que, durante a referida campanha, os ânimos da população estavam muito exaltados e ocorreram várias manifestações na sociedade santamariense favoráveis à posse de Goulart com plenos poderes, que lhe eram assegurados pela Constituição de 1946. Cabe destacar que o Jornal A Razão deu ampla cobertura a estas manifestações.

O editorial que faz a transição da defesa da Legalidade para a defesa da implantação do Parlamentarismo é “Mudança de Regime”, de autoria de Napoleão Sacchis, curiosamente, o único editorial assinado, dentre todos os textos analisados. É importante observar que este editorial foi publicado quando já estava implantado o Parlamentarismo no Brasil, mesmo assim, apresenta alguns questionamentos a respeito dos rumos da política do País: “Estará o País no caminho certo? Lucrará a Nação com o regime de gabinete?”

Na fase de defesa do Parlamentarismo, os editorialistas desconheciam os argumentos em favor da posse do Presidente João Goulart, constantes no editorial do dia 31 de agosto, e apoiaram a implantação do Parlamentarismo como um exemplo de democracia que deveria ser seguido. Não pode ser esquecido que o Parlamentarismo não respeitou os preceitos constitucionais e nem a vontade popular, que segundo Caril (1981, p. 20) “foi uma violação frontal ao próprio fundamento da democracia”. Além disso, os editorialistas, no dia 15 de setembro de 1961, destacam que o “novo presidente contava com o apoio de todos os brasileiros desejosos de manter intocável a Constituição”, tentando dar a ideia de uma unanimidade inexistente, visto que havia muitos grupos políticos que não concordavam com o Parlamentarismo. Também não foi relatado que o próprio Sistema Parlamentar de governo já era um desrespeito à Constituição.

Por outro lado, o artigo primeiro da Constituição de 1946 estabelecia que todo o poder deveria emanar do povo e em seu nome seria exercido. Portanto, a mudança de um sistema de governo para outro, em plena vigência do mandato de um presidente, sem uma prévia consulta popular, era uma afronta aos preceitos democráticos constitucionais.

Assim como na Proclamação da República, quando houve tanto uma mudança de Regime, quanto de Sistema de Governo, “o povo assistiu bestializado” (Aristides Lobo) à implantação do Parlamentarismo, pois não ocorreu uma consulta popular prévia.

Existia certo temor de que a posse de João Goulart com plenos poderes, mudaria o modelo econômico brasileiro, visto que o Presidente era considerado comunista. Esta posição se destaca nos editoriais, intitulados “Restauração Confirmada” (16/09/1961), “Desenvolvimento com estabilidade (04/10/1961)” e “Um Programa de Governo” (05/10/1961).

As vantagens do Parlamentarismo sobre o Presidencialismo foram publicadas no editorial intitulado “Parlamentarismo em Ação”, datado de 17 de outubro de 1961, onde foi elogiada a atitude do Ministro da Saúde por ter comparecido ao congresso para expor pro-

blemas financeiros da pasta da saúde. Nesse ponto constata-se que os editorialistas desconheciam ou ignoravam a constituição vigente (1946), que já possuía algumas práticas parlamentaristas desde a Carta de 1934. No dia 13 de outubro de 1961, o editorial intitulado “Caminho a Seguir” colocava que, com a implantação do Parlamentarismo, o Presidencialismo estava condenado à extinção. Os editorialistas tentam passar a ideia de que todos os brasileiros haviam aceito a solução parlamentarista. Cabe destacar que, segundo Figueiredo & Figueiredo (1993, p.94), nem Pilla havia aceito a implantação do Sistema Parlamentarista uma vez que fora posto em prática de maneira autoritária.

Quanto à fase que antecedeu ao plebiscito, os editorialistas se mostraram contrários à realização do mesmo antes do período estabelecido pela Emenda Constitucional nº 4, que previa uma consulta popular nove meses antes do término do governo Goulart, com o objetivo de verificar a aprovação ou rejeição do povo ao Sistema Parlamentar de Governo. Quanto a este assunto, pode-se observar que o editorial do dia 27 de janeiro de 1962, intitulado “Parlamentarismo”, mostra uma preocupação com o desconhecimento do povo em relação ao Sistema Parlamentar de Governo e, para resolver este problema, solicita às elites culturais e políticas que desenvolvam um programa de conscientização do povo sobre o assunto.

No dia 11 de agosto de 1962, o editorial “Plebiscito na época certa” critica o posicionamento do Ministro da Guerra, por ter feito uma declaração pública mostrando-se favorável à antecipação da consulta plebiscitária. Esse mesmo editorial tenta passar a ideia de que a maioria da população não era favorável à realização da consulta plebiscitária antes do período estabelecido.

“Desafio sem reposta” foi o título do editorial de 17 de agosto de 1962 que colocava que o posicionamento do Ministro da Guerra não representava a sua vontade, mas sim a vontade do Governo, e que a antecipação do plebiscito poderia levar o país a um regime ditatorial, o que de fato ocorreu em março de 1964.

Quando a realização e a vitória do plebiscito pareciam inevitáveis, os editorialistas passaram a defender a ideia de um Presidencialis-

mo Moderado onde Goulart recuperaria parcialmente seus poderes e os ministros dependeriam do Congresso para poderem governar. Este posicionamento pode ser visto no editorial “Audiência popular para reforma constitucional”, do dia 18 de novembro de 1962.

Observamos que após realizado o plebiscito, o editorial de 10 de janeiro de 1963, intitulado “Advertência às Urnas”, tenta mostrar uma certa neutralidade quanto aos resultados do plebiscito, quando critica tanto presidencialistas quanto parlamentaristas, no ponto referente às manifestações de ambas as correntes, pois as mesmas não realizaram campanhas que chegassem a empolgar a população, e por este motivo os eleitores foram às urnas sem muito entusiasmo¹⁰. Ainda podemos constatar que, apesar da aparente neutralidade, o Jornal ainda ataca o Presidencialismo devido ao “perigo comunista” representado por Goulart.

Embora nos alinhemos entre os que estão longe de atribuir os nossos males e formas de governo, o sim a inexistência de autoridade, é óbvio que daqui para diante ninguém poderá invocar a fragmentação do poder de execução como escusa para as omissões e os malogros (...).

Podemos constatar que, quanto à campanha pela realização do plebiscito, o Jornal A Razão manteve o mesmo posicionamento dos grandes órgãos de imprensa do País não dando ênfase ao fato. A única exceção ocorreu em 6 de janeiro de 1963, dia da realização do plebiscito, quando uma manchete de primeira página solicitava à população que comparecesse às urnas com o objetivo de decidir os destinos políticos da Nação.

Considerações finais

Diante do que foi exposto, concluímos que na realidade, quando o jornal defendeu o Parlamentarismo tinha como objetivo a implantação de um sistema que capacitasse às diversas forças políticas controlar a atuação do presidente João Goulart. Cabe destacar que

¹⁰ Segundo FIGUEIREDO & FIGUEIREDO não ocorreram discussões doutrinárias em torno das vantagens e desvantagens dos dois sistemas de governo.

o maior propagandista do retorno ao Presidencialismo foi o próprio Presidente Goulart que usou todos os meios disponíveis para derrotar o Parlamentarismo. Segundo Carli¹³ (1981, p. 20), Goulart varreu o País de norte a sul para que o povo votasse “não” ao Parlamentarismo.

Durante a campanha plebiscitária, observa-se que o Jornal A Razão assumiu uma posição de neutralidade, não se manifestando contrário ou favorável ao Sistema Parlamentar nem ao Presidencial. Esta foi a mesma posição assumida pela imprensa no resto do País.

A única manifestação que ocorreu sobre o assunto foi no dia 10 de janeiro de 1963, no editorial intitulado “Advertência às urnas”, publicado após a realização do plebiscito, criticando os defensores dos dois sistemas de governo pela fraca campanha para instruir a população sobre o assunto. Ainda sobre o plebiscito, deve ser destacado que a realização do mesmo destoava da proposta original de Raul Pilla, grande defensor do Sistema Parlamentar, que em sua proposta original, não previa a realização de um plebiscito, mas a formação de uma “comissão de notáveis” composta de senadores e deputados, que seriam incumbidos de opinar sobre a manutenção ou não do Parlamentarismo.

Quanto ao tema plebiscito, observamos que existe uma carência bibliográfica sobre o assunto, o mesmo não ocorrendo com o período do governo Goulart, tanto na fase parlamentar quanto na presidencial.

Sendo assim, constata-se nesta pesquisa, que os editoriais do Jornal A Razão, quando se posicionaram em defesa do Sistema Parlamentar, ou do Sistema Presidencial de Governo, sempre o fizeram com vistas a limitar os poderes presidenciais de João Goulart.

Esse trabalho não esgota o tema, ao não responder se os editoriais tiveram alguma influência para formar a opinião pública da sociedade santa-mariense. Por outro lado, não realizamos o levantamento do número de exemplares do jornal vendidos na época em estudo, e nem o nome e o número de exemplares dos jornais da capital que circulavam na região central do Rio Grande do Sul. Assim sendo, fica aberta a possibilidade de continuação dessa pesquisa, podendo ser fei-

to um levantamento dos editoriais de outros periódicos, bem como, ser traçado um paralelo apontando pontos semelhantes e divergentes em relação ao plebiscito de 1961 e o de 1993, que decidiu a forma e o sistema de governo que atualmente vigora no País.

Deve ser ressaltado que o Jornal A Razão representa uma importante fonte com potencial de colaborar e elucidar outros pontos da história política, social e econômica de Santa Maria e região. Na hemeroteca do Arquivos Histórico municipal de Santa Maria pode ser encontrado todos os exemplares do jornal desde sua fundação em 1934 até o encerramento das atividades em 2017.

Referências

BEIGUELMAN, P. O processo político-partidário brasileiro de 1945 ao plebiscito. In: MOTA, Carlos Guirmé (Org.). **Brasil em Perspectiva**. 17 ed. Brertrand Brasil, p. 31-336, 1977.

BENEVIDES, M. V. O Plebiscito de 1993 à luz do precedente de 1963. In: **Lua nova, revista de cultura e política**. Estado reforma e desenvolvimento. 1993. n. 28/29. p. 75-83.

CARLI, Gileno de. **Visão da crise**. Universidade de Brasília . Brasília, DF, 1981.

DREIFUSS, R. A.. 1964: **A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. 5 ed. Vozes, Petrópolis: 1987.

FIGUEIREDO, Angelina Cheibub & FIGUEIREDO, Marcus. **O plebiscito e as formas de Governo**. Brasiliense. São Paulo, 1993.

KRENISKI, Gislania Carla P. AGUIAR ,Maria Do Carmo Pinto. **O jornal como fonte histórica**: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300663138_ARQUIVO_artigovagabundos-1.pdf.

LEVITSKY, Steven, ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2018

MAINWARING, S. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. In: **Lua nova, revista de cultura e política**. Estado reforma e desenvolvimento. 1993. n. 28/29. p. 75-83.

PILLA, Raul. **Catecismo Parlamentarista**. Livraria do Globo, Porto Alegre, 1949.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: A política do “nós”

e “eles”. Editora LP&M. Porto Alegre, 2018.

TOLEDO, C. N. de. **O Governo Goulart e o golpe de 1964**.
Brasiliense. São Paulo: 1985.

1964: REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA OU GOLPE DE ESTADO? NARRATIVAS ACERCA DE UM MARCO HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO

*Bruno César Pereira*¹

*Daniela Cecília Grisoski*²

Introdução

A História, fruto da construção epistemológica do conhecimento na modernidade, encontra-se hoje envolvida numa trincheira em favor da democracia, da ciência, dos direitos humanos, do qual é caudatária. Dos diversos temas e objetos que são de interesse dos historiadores, aqueles dedicados à História recente, sobretudo, aos regimes ditatoriais do século XX vêm sendo alvo de negação considerados frutos do anti-intelectualismo emergente e de uma política do ódio que desconsidera o ‘Outro’, suas diferenças, direitos e pluralidades (MAIA; NUNES, 2018).

A citação que inicia esta investigação, corresponde ao texto de abertura de um recente dossiê publicado pela revista *Sæculum*. Neste dossiê, que reúne diversos pesquisadores/as da América Latina, os/as autores/as debruçam-se sobre uma difícil temática, colocando em destaque novas abordagens, bem como se revisitam temas tradicionais, discutem a História, a historiografia e a memória de um importante período da história do Sul das Américas.

Ao longo destas duas últimas décadas, o interesse de historiadores e historiadoras por esta temática vem crescendo vertiginosamente, sobretudo poderíamos dizer que isto ocorre por corresponder a uma demanda atual, pois, como bem identificaram os proponentes

1 Mestrando em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO, Campus Irati. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: bruno_o8cesar@outlook.com

2 Mestra em Psicologia Social pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Atualmente é psicóloga vinculada à Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro (Paraná). E-mail: grisoskidaniela@gmail.com

do dossiê citado, vivemos hoje, muito mais do que em 2018, ano de publicação do dossiê, um ataque maciço às instituições democráticas. Além disso, a produção das Ciências Humanas vem sendo colocada em dúvida por uma onda marcada pelo extremismo e pelo negacionismo histórico.

Ao longo deste capítulo, que corresponde a um estudo de cunho bibliográfico, buscaremos realizar uma reflexão acerca das construções narrativas do marco histórico ocorrido em 1964. Como salientaremos, a historiografia brasileira das últimas décadas evidencia que o corrido naquele fatídico ano deve ser compreendido enquanto uma Golpe de Estado, que retirou da presidência da República João Goulart, democraticamente eleito e instaurou na nação um regime militar que perdurou até a década de 1980.

Contudo, outras narrativas permeiam este marco, sobretudo aquelas que o evidenciam enquanto uma “Revolução Democrática”, que compreende as decisões da alta cúpula militar brasileira enquanto um ato de defesa da nação, da democracia, entre outros aspectos os quais exploraremos. Salientamos que esta segunda narrativa permeia a história brasileira desde o ocorrido, todavia a mesma vem ganhando um maior destaque nos últimos anos, especialmente devido as controversas ações do atual Presidente da República.

Assim, este texto, para além de uma análise sobre as disputas pela memória e interpretação de tal marco histórico, visa evidenciar que as interpretações e representações da história também podem ser compreendidas como uma demanda da sociedade no tempo presente.

Buscaremos dividir esta investigação em duas seções. Na primeira, destacaremos as “contribuições” do negacionismo na atualidade para construção de uma memória que compreende o Golpe Militar de 1964, enquanto uma Revolução, algo positivo e que, segundo seus defensores, necessária para o período. Ainda nesta seção, distinguiremos as categorias “negacionismo” e “revisonismo”, evidenciando que esta segunda tem dando importantes frutos à historiografia, pois, a partir dos revisionismos históricos, novos sujeitos, novas narrativas, e os antigos mitos deste período vêm sendo revistos e ressignificados.

Ao longo da segunda seção, realizaremos um breve balanço sobre a produção historiográfica e seu revisionismo acerca deste importante marco histórico. Destacaremos que as novas abordagens, bem como o uso de novas fontes, têm enriquecido as narrativas historiográficas e ampliado o campo de discussão, seja na compreensão local, nacional e global.

Lembrar, relembrar, rememorar, escrever, visitar e revisar este triste episódio da história brasileira recente por parte da historiográfica, tem por objetivo conhecer todas as suas condicionantes estruturais, da mesma forma que seus processos conjunturais, na busca de, como bem pontuou Carlos Fico (2004, p. 56) “[...] que uma tal conjunção de fatores adversos — esperamos todos — jamais se repita”.

Um marco histórico em construção: notas sobre o negacionismo no tempo presente

Bolsonaro manda festejar o crime: Ao determinar a comemoração do golpe militar de 1964, o antipresidente busca manter o ódio ativo e barrar qualquer possibilidade de justiça (El País, 2019)

Governo Bolsonaro prega “negacionismo histórico” sobre a ditadura (El País, 2019)

Bolsonaro se refere a aniversário do golpe de 64 como ‘dia da liberdade’ (Folha de S. Paulo, 2020; Estadão, 2020)

As frases que abrem esta seção correspondem a manchetes publicadas em diversos periódicos *online* ao longo de março de 2019 a 2020. Nestas matérias, observamos uma profunda reflexão de seus autores e autoras acerca da decisão do Presidente Jair Bolsonaro em comemorar o 31 de março, data que corresponde ao início do Golpe Militar Brasileiro, ocorrido em 1964, que em 2019 completou 55 anos.

Negacionismo e revisionismo foram as principais expressões utilizadas pelos jornalistas para descrever a decisão do então Presidente da República. Em ambas as expressões, observa-se que a busca do chefe de Estado correspondia em uma releitura sobre este período, que iria na contramão das principais publicações das áreas da História, Sociologia e Ciência Política publicadas nas últimas décadas.

A decisão do atual Presidente de se comemorar esta data endossa uma narrativa que busca compreender o ocorrido no fatídico ano de 1964 enquanto uma “Revolução Democrática”, que buscou “livrar a nação do comunismo”, “salvaguardar os direitos da pátria” e defende-la de ameaças externas e internas.

Esta narrativa perdeu forças a partir do período de redemocratização, ocorrido na década de 1980, quando houve o fim do chamado “período militar”, através da ampla produção de reflexões das Ciências Humanas e Sociais que contestavam as narrativas produzidas até então.

Entretanto, ao longo dos últimos anos, sobretudo a partir do avanço da extrema-direita nesta última década do século XXI, a narrativa de que o período ditatorial brasileiro vincula-se a uma “Revolução Democrática” novamente vem ganhando força. Como destacam os pesquisadores Cassio Augusto S. A. Guilherme (2017) e André Bon-santo Dias (2018), esta narrativa permeou as últimas décadas através das manchetes jornalísticas e da produção de livros memorialísticos, em especial de autoria de militares que atuaram neste período.

Neste sentido, compreendemos que este espectro sempre pairou sobre nós e hoje se faz presente, seja novamente nas mídias impressas ou *online*, seja nos poderes Executivo, Legislativo e até mesmo no Judiciário.

Esta narrativa, na atualidade pode ser entendida com um dos pilares centrais da extrema-direita brasileira, que busca negar ou, pior ainda, justificar as atrocidades ocorridas ao longo dos anos que sucedem a Ditadura Militar brasileira. Nela, encontramos corriqueiramente adjetivos positivos para o período bem como o compreendem enquanto um processo necessário (MORAIS, 2019).

Para o historiador Marcos Napolitano, tanto a fala do presidente quanto a perspectiva de uma “Revolução Democrática” correspondem a um discurso de cunho negacionista e não revisionista. Pois, segundo Napolitano em entrevista concedida ao jornal *El País*, o historiador destacou que o negacionismo corresponde a um tipo de afirmação histórica que não possui base documental. Da mesma forma, tais narrativas distorcem os processos factuais, ou “[...] simplesmente

trabalha com documentos falsos, com o objetivo de negar processos que são consensuais”.

Neste mesmo sentido, para Pereira e Araújo nas narrativas negacionistas:

O que importa, para o negacionista ou revisionista dos fatos históricos - que não raro pode coincidir com um verdadeiro fascista -, não são os fatos, mas a versão que ele precisa dar aos fatos para poder impor sua vontade e alcançar objetivos de cunho político-ideológicos. Aqui, também, a verdade é a primeira a ser sacrificada (PEREIRA; ARAÚJO, 2020, s./p.³)

Retomando para as análises de Napolitano, o autor acrescenta que,

[...] a diferença [entre revisionismo e negacionismo] é sutil, mas revisionismo está dentro de debate historiográfico, se ancora em métodos aceitos, cria novos objetos de pesquisa, novos problemas, novas questões, fazendo com que o próprio historiador questione suas crenças, o que é saudável [...]. Já o negacionismo tem um ponto de partida ideológico, com objetivo de ocultar o passado (OLIVEIRA, 2019, s./p.).

Sobre o negacionismo e sua relação com o tempo presente, Guilherme (2017), em análises sobre o periódico *Estadão* entre 1985-2016, observou que as narrativas acerca deste marco histórico variaram ao longo das últimas décadas, destacando que em um primeiro momento esta mídia impressa concebia tal marco enquanto uma “Revolução Democrática”, posteriormente, assumiu a interpretação de uma “contrarrevolução” e, por fim, principalmente na última década influenciado pelo contexto da *Comissão Nacional da Verdade*, observa-se uma acirrada disputa pela memória deste marco, permeada pelas narrativas das Ciências Humanas (sobretudo pela História) e em contraponto a narrativa negacionista.

No Brasil, dividido entre ‘coxinhas’ e ‘petralhas’, cresce o número de movimentos e adeptos da interpretação direitista que consideram a historiografia produzida até aqui, como sendo marcada por viés ideológico à esquerda, portanto, não isenta na interpretação dos fatos. Como consequência, vê-se setores do país que, por desinformação ou desonestidade, defendem a volta dos militares. Dizem

3 Sem página.

eles que ‘na época da Ditadura que era bom’, negam a existência da tortura e defendem o absurdo de uma ‘intervenção militar constitucional’, seja lá o que isso signifique na mente dessas pessoas (GUILHERME, 2017, p. 565).

É notório que as narrativas construídas pela História ao longo das últimas décadas tenderam a construir uma “memória hegemônica crítica ao regime militar”. Tal memória, como salienta Napolitano (2015), foi construída em concordância entre setores liberais – que, como aponta o pesquisador, até apoiaram o golpe inicialmente – e movimentos das esquerdas, notadamente a esquerda ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Mas, as narrativas sobre a memória deste marco não se mantiveram cristalizadas. Napolitano (2015) aponta para um revisionismo histórico que permeia estes mais de 50 anos desde o ocorrido, compreendendo que esta narrativa hegemônica crítica ao período militar já passou por correções. Ao longo de seu estudo *Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro*, Napolitano (2015) evidencia que as ênfases nas visões da “sociedade vítima” do regime, o golpe como obra exclusiva dos militares e as formações das chamadas guerrilhas como oposição ao Ato Institucional Número 5 (AI-5), tradicionais temas da narrativa sobre o regime, foram constantemente revisitados e revisados a partir de novas abordagens, novos recortes, bem como a utilização de novas fontes.

O revisionismo é parte importante dos estudos em História, pois inclui novos sujeitos, novas vozes, desmistifica utopias e contribui para a quebra de narrativas negacionistas. Da mesma forma, Napolitano (2015) ressalta que os processos de revisionismo são frequentemente turbulentos e, muitas vezes, correspondem a frutos de lutas sociais⁴, “[...] a historiografia assumiu o ponto de vista das vítimas e problematizou as narrativas que vinham do passado”.

Na busca de se compreender um pouco melhor os revisionismos historiográficos, destacando os avanços das narrativas e inclusão

4 Sobre a importância dos movimentos sociais na construção da memória, em especial da memória deste evento traumático, indicamos a leitura do artigo Os lugares de memória da ditadura: disputas entre o poder público e os movimentos sociais de autoria de Joana D’Arc Fernandes Ferraz e Lucas Pacheco Campos.

de novos sujeitos na história deste importante marco histórico da sociedade brasileira, dedicaremos a segunda seção desta investigação.

1964: narrativas em constante revisão

No início do século XX, Carlos Fico, importante historiador da História da Ditadura, realizaria um importante balanço das principais produções acadêmicas que tratavam acerca do período militar até então. Em seu estudo, publicado em 2004, ano que marcava os 40 anos do golpe, Fico destacou que as investigações sobre este marco histórico encontravam-se divididas em três correntes: “as tentativas de teorização da Ciência Política, as análises marxistas e a valorização do papel dos militares” (FICO, 2004, p. 42).

Em seu estudo, Fico (2004) evidenciaria que as primeiras investigações sobre o período, escritas principalmente a partir de pesquisadores das Ciências Sociais, como Jacob Gorender, Eliezer Rizzo Oliveira, Lúcia Klein, Alfred Stepan, Wanderley Guilherme dos Santos, René Armand Dreifuss, entre outros, destacariam questões como a natureza do golpe, a influência dos militares na sociedade brasileira (sobretudo como uma instância moderadora) e as narrativas que destacam as questões estruturais, como a econômica e suas relações e implicações com o Golpe em 1964.

O pesquisador salienta que foi a partir destas primeiras produções que se criaram os chamados mitos, tabus e os estereótipos sobre este marco histórico, como, por exemplo, a utopia dos excessos da ditadura, que a compreende como um processo que só ocorreria após a criação do AI-5. Como destaca Fico (2004), a tortura se fez presente durante todo o período da ditadura, e não apenas após o “endurecimento do regime”.

No que corresponde particularmente aos estudos em História, houve, segundo Fico (2004), um aumento paulatino da história sobre a ditadura. A produção de reflexões construídas por historiadores/as teve influência sobretudo da chamada Nova História, a qual privilegiaria temas como: o indivíduo, a subjetividade e suas emoções, as mentalidades, o cotidiano, as trajetórias de vida, etc.

[...] o virtual abandono do marxismo pelos historiadores (que, no Brasil, se verificou a partir de meados dos anos 80) não se fundou tanto em uma crítica que cotejasse as insuficiências teóricas da perspectiva (notadamente o ‘determinismo economicista’), mas na constituição de um novo padrão de narratividade, motivado não mais pela pretensão rankeana de ‘mostrar como realmente aconteceu’, mas na estratégia cognitiva mencionada: a valorização da subjetividade, do cotidiano etc., através de versões verossímeis que não almejam firmar-se como verdade absoluta, concatenadas, quanto possível, em narrativas saborosas. Isso talvez explique, por exemplo, a grande quantidade de trabalhos sobre o tema da cultura durante o regime militar, já que o enfoque cultural é o favorito entre os historiadores de algum modo referidos às correntes da ‘Nova História’ (FICO, 2004, p.40).

O historiador, ao realizar este balanço dos 40 anos do Golpe e as produções das Ciências Humanas e Sociais que o cercam, evidenciou o avanço na compreensão deste fenômeno e concluiu que, para compreendê-lo, os pesquisadores que se debruçassem sobre tal marco deveriam levar em conta uma série de pontos, como as transformações estruturais do capitalismo brasileiro, a fragilidade institucional do país no período, as incertezas que marcaram o governo do Presidente João Goulart, as propagandas políticas de importantes órgãos (como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IBES e Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD), de modo geral: “todas são causas, macroestruturais ou micrológicas, que devem ser levadas em conta, não havendo nenhuma fragilidade teórica em considerarmos como razões do golpe tanto os condicionantes estruturais quanto os processos conjunturais ou os episódios imediatos” (FICO, 2004, p. 56).

Este estudo pode ser observado enquanto um importante balanço sobre os primeiros, e hoje clássicos, estudos acerca deste marco histórico brasileiro (FICO, 2004). Podemos dizer ainda, que nos últimos 15 anos, desde a produção deste “estado da arte” realizado por Fico, houve um aumento nas produções, em especial da História, sobre as discussões que envolvem o golpe, assim como aquelas que tratam sobre todo o regime militar e suas implicações no processo de redemocratização.

Como destacou Napolitano (2015), a historiografia brasileira dos últimos anos, a partir do uso de novas fontes, revisitou e revisou

este período, destacando questões até então descon sideradas. Se Fico (2004) salienta que houve um grande número de produções em História ao longo do marco dos 40 anos do Golpe, em seu aniversário de 50 anos não foi diferente.

As produções acadêmicas recentes têm contribuído significativamente para a revisão que Fico chamou de mitos e tabus, da mesma forma tais produções na atualidade também contribuem para uma compreensão mais complexa e multifacetada de diferentes aspectos da ditadura militar, como, por exemplo: a luta armada, o apoio de setores da sociedade civil para a construção e sustentação do regime, o exílio, o cotidiano durante o período, as formas de resistências simbólicas e as representações, a influência da arte, e o papel da música como forma de resistência.

No campo destas novas produções historiográficas acerca deste marco, qual seja o Golpe, e sobre o período militar brasileiro, destacamos a obra *1964: 50 Anos depois - A Ditadura em debate*, organizada por Grimaldo Carneiro Zachariadhes. Esta obra conta com 18 capítulos e traz investigações de alguns dos mais importantes pesquisadores/as da temática, dentro e fora do Brasil. Nesta obra, observamos um grande amadurecimento sobre diversos temas que cercam a memória sobre este importante acontecimento histórico, realizando reflexões que se relacionam os níveis do local, nacional e internacional, utilizando-se um variado leque de fontes e revisa uma série de discussões clássicas.

Tratando-se especificamente sobre o uso de novas fontes, sejam as utilizadas nesta obra ou em outras investigações em História - como artigos, ensaios, teses e dissertações -, estas podem ser observadas enquanto um dos pontos chave para o grande aumento e amadurecimento das produções sobre esta temática, que aos poucos constroem, revisam e reconstroem aspectos da memória sobre este marco histórico e sobre o período.

Publicado em 2019, o artigo *40 anos da Anistia entre o esquecimento e o negacionismo: revisitando a cobertura da imprensa*, organizado pelo grupo PET-História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), nos traz um importante guia que reuniu fontes que permitem

a compreensão das disputas, das narrativas e dos interesses que moldaram o processo histórico que cerca este importante marco da história brasileira.

Ao longo deste estudo, o grupo evidencia que a *Lei da Anistia* contribuiu significativamente para o silenciamento em torno das torturas e dos demais crimes cometidos pelo Estado brasileiro ao longo do período militar. Da mesma forma, nesta investigação observa-se que este significativo silenciamento é de extrema importância no que se refere a construção do imaginário social sobre o período, sobretudo pelas narrativas construídas pelos jornais da época. As fontes analisadas neste estudo evidenciam as intensas disputas pela construção de uma narrativa oficial deste marco.

Por fim, cabe ainda destacar que este artigo instrumentaliza educadores e educandos, da mesma maneira que serve como importante material para discussões em sala de aula que, como é destacado “possibilitem a análise crítica e, conseqüentemente, o enfrentamento dessas memórias”.

É importante salientar que, na esteira das discussões da utilização de novas fontes e sua contribuição nas revisões sobre importantes questões do Golpe, são inegáveis as contribuições da *Comissão Nacional da Verdade* (CNV). Para Costa e Silva (2017), a CNV foi instituída para investigar as graves violações dos direitos humanos cometidas no regime da ditadura brasileira, e neste processo reuniu um enorme acervo de fontes. É notório que a partir da CNV, principalmente a partir de seu relatório final, concentra-se um importante guia para se compreender o período, incluído novos sujeitos e trazendo à tona novas versões a fatos históricos consolidados até então.

A partir das contribuições desta Comissão, como destacado por Costa e Silva (2017), possibilita-se não só problematizar e rever versões históricas oficiais e hegemônicas, mas também investigar fenômenos organizacionais sob outras perspectivas. Assim, tratando-se sobre algumas de suas contribuições, destacamos as questões que evidenciam o apoio e a participação da sociedade civil e grupos empresariais no Golpe, bem como na constituição e manutenção do governo

militar brasileiro; a formação de redes de agentes sociais envolvidos no processo; a atuação dos sindicatos e as práticas de recursos humanos sob um regime autoritário; entre tantos outros pontos.⁵

Partindo das análises realizadas até este momento, concluímos que a memória do Golpe encontra-se em constante construção desde o seu ocorrido. Da mesma forma, cabe salientar que esta construção não corresponde a um processo harmonioso, pelo contrário, sua memória apresenta-se em constante e intensa disputa. Partindo desta consideração, fechamos esta seção com as palavras de Fernando Perlatto (2017), pois sua reflexão sintetiza muito bem parte das considerações realizadas aqui, como também contribui para ampliarmos nossa reflexão:

Ainda que os últimos anos tenham testemunhado a produção de diversos livros voltados para a compreensão da ditadura militar brasileira, bem como a ampliação de debates e reflexões sobre seus significados e consequências para a democracia no país, é forçoso reconhecer que ainda há um amplo desconhecimento de setores da população sobre esse período. Esse desconhecimento resultado, talvez, da ausência, ou, pelo menos, da escassez de políticas de memória mais significativas orientadas no sentido de rememorar, a partir de diferentes perspectivas, os aspectos repressivos e contraditórios desse passado tem consequências perversas, como se observa na legitimidade crescente de discursos na esfera pública que defendem abertamente se não o retorno da ditadura, ao menos a utilização de soluções autoritárias para os problemas do país. Nesse sentido, torna-se imperativa a mobilização de diversos meios e instrumentos que contribuam não apenas para uma compreensão mais complexa sobre a ditadura militar brasileira, mas também para a sensibilização, sobretudo das novas gerações, sobre esse passado cujas permanências ainda se fazem presentes em nossa cultura política autoritária (PERLATTO, 2017, p. 738)

Considerações finais?

Utilizar o ponto de interrogação no título desta terceira seção corresponde a dizer que os debates sobre o marco histórico e o período em si aqui analisados não estão encerrados. Neste sentido, não existem considerações finais a este tema. Acreditamos que muitas novas investigações ainda estão por vir, sejam aquelas de cunho revi-

5 Ainda sobre as contribuições da CNV, ver: SANGLARD; NEVES, 2017.

sionista ou as que, de certa forma, trazem a esteira do debate questões inéditas.

Na última década, com o avanço do negacionismo no contexto social brasileiro, as novas abordagens historiográficas e o uso de fontes inéditas, assim como das já “tradicionais”, historiadores/as e demais cientistas sociais têm elencado novas discussões sobre este fenômeno histórico que marcou a segunda metade do século XX.

Entre os principais debates que tratam acerca deste marco e do período, encontramos na atualidade as discussões sobre sua nomenclatura - Ditadura militar, Ditadura civil-militar e/ou Ditadura militar-empresarial – bem como destacam-se as periodizações do período (JOFFILY, 2018). Cabe ressaltar que as formas de se referir, sua periodização e aos debates sobre a natureza do Golpe, entre outros pontos, em constante discussão e revisão, incluem novos sujeitos, novos protagonistas e enriquecem a produção sobre este importante marco da História brasileira.

Para além do recorte nacional, as ditaduras no Cone Sul correspondem a uma rica temática de possibilidades, abordagem e temas (MAIA; NUNES, 2018), correspondendo a uma importante discussão para se compreender não somente o passado recente da América Latina, mas também sua realidade e implicações na reconstrução democrática destes Estados, seja em suas relações internas (nação) como externas (global).

Contudo, o desafio da História e dos historiadores e historiadoras no tempo presente, em meio ao caos gerado pela “desinformação” encontra-se, como bem apontou Perlatto (2017), na construção de um saber que consiga atingir um público mais amplo que a Academia. O diálogo com a sociedade civil é de suma importância na construção de um saber, e sobretudo de uma memória que siga contrária às barbáries ocorridas na segunda metade do século XX.

Referências

COSTA, Alessandra Sá Mello; SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. *Novas Fontes, Novas Versões: Contribuições do Acervo da Comissão*

Nacional da Verdade. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, n. 02, 2017, p. 163-183.

DIAS, André Bonsanto. História e memória da ditadura militar em tempos de (auto)censura: o jornalismo brasileiro e seus clichês historiográficos de autolegitimação. **Parágrafo**, v. 6, n. 3, 2018, p. 77-96.

FERRAZ, Joana D’Arc Fernandes; CAMPOS, Lucas Pacheco. Os lugares de memória da ditadura: disputas entre o poder público e os movimentos sociais. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 55, n. 11, 2018, p. 179-208.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, 2004, p. 29-60.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. 1964: golpe ou revolução? A disputa pela memória nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo. **Cadernos de História**, v. 18, n. 29, 2017, p. 564-590.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo e Argumento**, v. 10, n. 23, 2018, p. 204 - 251.

MAIA, Tatyane de Amaral; NUNES, Paulo Giovanni Antônio. As ditaduras no Cone Sul: um passado presente, um debate urgente! **Sæculum – Revista de História**, v. 39, n. 39, p. 13-18, 17 dez. 2018.

MORIAS, Argus Romero Abreu de. O discurso político da extrema-direita brasileira na atualidade. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 20, n. 01, 2019, p. 152-172.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 5, 2015, p. 09-44.

OLIVEIRA, Regiane. Governo Bolsonaro prega “negacionismo histórico” sobre a ditadura. **El País** [online], 2019, s. /p.

PEREIRA, Flávio de Leão Bastos; ARAUJO, Gabriela Shizue de. Do golpe ao negacionismo: o que aconteceu com a memória do Brasil? **Estadão** [online], 2020, s. /p.

PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. **Estudos Históricos**, v. 30, n. 62, 2017, p. 721-740.

PET-HISTÓRIA UNIFESP. 40 anos da Anistia entre o esquecimento e o negacionismo: revisitando a cobertura da imprensa. **Revista Hydra**, v. 04, n. 07, 2019, p. 366-379.

SANGLARD, Fernanda Nalon; NEVES, Teresa Cristina da Costa. Memória, esquecimento e a (res) signiicação da ditadura pela CNV e pela imprensa. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 14, n. 1, de

2017, p. 08-24.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **1964**: 50 Anos depois - A Ditadura em debate. Acaraju: Edise, 2015.

A IGREJA REGIONAL DO SUDOESTE DO PARANÁ NA DITADURA MILITAR: UMA ANÁLISE POLÍTICA NA AÇÃO ECLESIAL DA DIOCESE DE PALMAS-FRANCISCO BELTRÃO

Pâmela Pongan¹

Introdução

A Diocese de Palmas, na região Sudoeste do Paraná, teve um dos mais longos episcopados do Brasil. Por 35 anos, Dom Agostinho José Sartori esteve à frente da Diocese, tendo como uma marca em seu episcopado a preocupação com questões políticas e sociais, bem como a administração dos meios de comunicação, pensados e organizados por ele, com alcance em todo o território diocesano. Com o objetivo de informar e formar os fiéis as informações referentes aos acontecimentos da Diocese e sobre temas relevantes de âmbito social e espiritual, estará presente em seus discursos sua postura política, principalmente sua contrariedade ao governo militar vigente no país.

O segundo bispo de Palmas, Dom Agostinho José Sartori, foi nomeado e empossado em 1970, tendo um dos bispados mais longos da Igreja no Brasil, permanecendo à frente da Diocese até o ano de 2005, sendo afastado ao ser diagnosticado com doença de Alzheimer e Parkinson, após ter dedicado trinta e cinco anos de sua vida e de seu ministério à região Sudoeste do Paraná.

José Benito Sartori, posteriormente seria Dom Agostinho José Sartori, nasceu em Linha Bonita, município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, em 29 de maio de 1929. Aos nove anos de idade, José

¹ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo/RS – PPGH/UPF. Bolsista CAPES.

foi levado para o Seminário da Ordem dos Capuchinhos, sendo ordenado aos vinte e dois anos de idade, destacou-se no meio eclesial, pois tinha a idade menor do que a exigida pela Igreja para ordenação, sendo justificado como consequência de sua dedicação. Nomeando-se Frei Agostinho, permaneceu próximo do Arcebispo Dom Miguel, da Arquidiocese de Curitiba, até ser nomeado bispo, ajudando a organizar a Igreja no Paraná com os movimentos que passaram a se levantar dentro da Igreja, que seriam solucionados pelo Concílio Vaticano II.

Dom Agostinho José Sartori assumiu a Diocese de Palmas em um momento extremamente delicado, tanto no aspecto religioso quanto político. A Igreja havia finalizado há pouco o Concílio Vaticano II, o que desencadeou tensões nas relações sociais e políticas na Igreja em nível de Brasil e no Paraná, tensões essas que exigiram demandas na administração eclesial de Dom Agostinho (PONGAN, 2019, p. 91).

Desse modo, uma de suas primeiras ações foi a realização e a consolidação de estruturas que promovessem reais condições de assistência e ação aos fiéis católicos que enfrentavam dificuldades, tanto sociais quanto espirituais, que se manifestavam de forma grave por toda a região. Assim, o início de seu episcopado foi marcado pela implementação das mudanças propostas no Concílio Vaticano II², o que resultou em grande resistência por partes conservadoras da Igreja, que Dom Agostinho enfrentou com maior ênfase, devido sua inclinação à Teologia da Libertação³, o que embasou sua postura de combate ao governo militar vigente neste período no Brasil.

2 Este foi o 21º Concílio Ecumênico da Igreja Católica, convocado pelo Papa João XXIII, ocorrido de 1962 a 1965. Foi considerado um dos mais importantes eventos do século XX, marcando a passagem da Igreja da Contra-Reforma e da Cristandade para a modernidade. Promoveu algumas transformações nas ações da Igreja, havendo uma grande abertura para os desafios que o mundo lhe apresentava naquele momento e avançando em direção a uma posição mais progressista, passando a reconhecer a diversidade cultural (MATTEI, 2013, p.10).

3 Teologia da Libertação é “[...] um movimento sócio eclesial que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960 e que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos. Contudo, ao proceder assim, seus adeptos chocaram-se contra o Estado, interesses econômicos e até mesmo a hierarquia da instituição Católica” (LOWY, 2000, p.62).

A Igreja Católica e o Governo Militar Brasileiro

No período, de 1 de abril de 1964 até 15 de março de 1985, foi implantado um regime autoritário no Brasil, conhecido também como ditadura militar. O princípio da ditadura foi dado pelo golpe de 1964, em que os militares tomaram o poder de João Goulart, eleito de maneira democrática, e teve seu término na posse do presidente José Sarney, em 1985.

Durante o tempo mais rigoroso da ditadura, chamado também como “anos de chumbo”, que se deu entre 1964 a 1974, instalou-se um período de terror no país. O medo da tortura assombrava a população, a censura, até mesmo prévia, ditava as regras à imprensa impedindo o acesso as informações por parte dos brasileiros, a repressão foi imposta por atos institucionais e o direito de exercício da cidadania foi negado.

Nos dez anos mais rigorosos da ditadura, que se deu entre 1964 a 1974, conhecidos como “anos de chumbo”, o país viveu um verdadeiro período de terror. Com a legalização da censura que ditava as regras, os atos institucionais que validavam a repressão, e a suspensão dos direitos de exercício da cidadania, os brasileiros se viram impedidos quanto ao acesso às informações, além de terem consigo o medo da tortura.

A partir de 1964, gestou-se um projeto repressivo global, fundamentado na perspectiva da “utopia autoritária”, segundo a qual seria possível eliminar o comunismo, a “subversão”, a corrupção etc. que impediriam a caminhada do Brasil rumo ao seu destino de “país do futuro” (FICO, 2004, p. 36).

Ações estas, embasadas em uma falsa ideia de redemocratização com a justificativa de implantação do regime para o zelo e pela segurança nacional, a doutrina onde todas as atrocidades foram cometidas sob a justificativa de que o regime era a melhor forma de proteção do país e tentativa de libertá-lo de possíveis ameaças como o comunismo e, qualquer tipo de senso crítico por parte dos indivíduos em relação ao sistema. As consequências econômicas e, principalmente, sociais que o regime militar deixou para o Brasil são sentidas até hoje.

Este período foi marcado pela vigência da censura em vários âmbitos sociais, enfatizando a relacionada as diversões públicas e imprensa. Este foi um período extremamente conturbado da História do Brasil (tempo negro), onde vários crimes contra pessoas contrárias ao regime foram relatados e, até mesmo registrados. Milhares de pessoas desaparecem, foram assassinadas torturadas, agredidas, ou até mesmo, foram “convidadas” a se retirarem do território nacional (exílio internacional) durante aqueles anos. Entre elas muitos artistas como: poetas, atores, cineastas, artistas plásticos, escritores, músicos e compositores. Isso tudo porque suas ideias iam contra o sistema que instalado no país. Neste período, o slogan do país passa a ser “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Além disso, nos chamados “porões do regime”, “generalizava-se o uso da tortura, do assassinato e de outros desmandos. Tudo em nome da ‘segurança nacional’, indispensável para o ‘desenvolvimento’ da economia do posteriormente denominado ‘milagre brasileiro’” (RIDENTI, 1993, p. 152).

Dom Agostinho José Sartori assumiu a Diocese de Palmas neste momento, sendo um momento extremamente delicado, tanto no aspecto religioso quanto político. A Igreja havia finalizado há pouco o Concílio Vaticano II, o que desencadeou tensões nas relações sociais e políticas na Igreja em nível de Brasil e no Paraná, tensões essas que exigiram demandas na administração eclesial de Dom Agostinho. Ao assumir a Diocese de Palmas em 14 de junho de 1970, Dom Agostinho estava ciente das dificuldades políticas que encontraria. Também tinha noção que a diocese herdada de Dom Carlos tinha uma formatação complexa diante de uma região que enfrentava graves problemas sociais. Porém, o novo bispo partilhava de uma forma mais intensa a realidade desta parte da Igreja que lhe era confiada, pois era filho de imigrantes italianos, nascido em uma região marcada pela migração e pela disputa por terras, sendo assim, um lugar que a terra tinha muita importância, principalmente para os colonos. Assim, pode-se cogitar que a sua escolha como administrador dessa diocese foi pensada levando em consideração essas contingências.

Neste contexto, Dom Agostinho estava cheio de uma inspira-

ção de renovação e parecia estar convicto do papel da Igreja nestes novos tempos pós-concílio. Sempre defendeu que a instituição Igreja não poderia se mostrar alheia aos problemas e à realidade que a cercavam. “Em um quadro de tensões cada vez mais exacerbadas, deixar os católicos sem uma orientação seria abandoná-los a uma série de contingências que representavam um enorme perigo para a instituição e para a religiosidade dos indivíduos que resguardava” (SARTORI, 1972, s/p).

Obviamente, essa necessidade de orientar os fiéis católicos de forma mais ampla não se deu somente da Diocese de Palmas, mas em toda a Igreja, iniciada há alguns anos antes, na conturbada década de 1960, quando Dom Agostinho ainda era Frei. Neste período em que as tensões políticas no Brasil aumentavam, a Igreja também acenou para novos tempos com a convocação do Concílio Vaticano II (1962-1965), que teve de lidar com as diferentes posições defendidas pelos religiosos sobre como deveria se conduzir e as **ações que seriam adotadas pela Igreja** a partir de então, pois “houve uma série de inclinações políticas, algumas muito radicais” (WANDERLEY, 1985, p.43).

Durante os anos 60, houve diversos processos políticos e religiosos de grande repercussão no país. Tanto na sociedade quanto na Igreja se construiu a ideia de que haveria um perigo comunista rondando o Brasil. No Paraná, essa tendência anticomunista defende uma intervenção civil-militar no cenário político, o que se materializa com a eleição do major do exército Ney Braga (1961-1965) para governador do Estado, tendo toda a sua campanha apoiada pela Igreja estadual. Outras questões que se encontravam em debate na Igreja eram pensadas com certo cuidado, evitando brechas para qualquer aproximação ou relação com o temido comunismo.

No início dos anos 60, a grande preocupação era a situação do Brasil, o avanço das ideologias comunistas e seus consequentes perigos. O tema da reunião de 1960 foi a Reforma Agrária. Em 1962, foram tratados os temas do sindicalismo rural e da orientação política. Em 1963, os bispos pediram que na Quaresma, se tratasse da Doutrina Social da Igreja. Falaram também da Mobilização Estadual contra o Analfabetismo, MECA e da casa própria. (CHIQUIM, 2005, p.268)

O episcopado paranaense publicou em 31 de março de 1964 o “Manifesto do Episcopado Paranaense”, um documento com críticas à atual situação política do país, defendendo a soberania das instituições e a liberdade de ensino, além de manifestar severas críticas ao comunismo em relação a sua suposta capacidade de “degradar a instituição familiar e as instituições brasileiras” (BOLETIM ECLESIAÍSTICO, 1964, p. 19). E, no dia seguinte à publicação de tal manifesto, se instaura no Brasil o regime militar.

Tal ação teve em seu início total apoio da Igreja, o que proporcionou a emergência de um modelo de governo e de poder que tão logo se utilizou de táticas severas e infelizes para manter o controle sobre a população diante das atividades políticas. O principal argumento para se legitimar foi o de combate as “ideologias perniciosas”, ou seja, ao comunismo, além da necessidade de se manter a ordem, justificativas que permitiram ao governo cometer uma série de ações opressoras.

Tão logo ao Regime Militar ter se iniciado, membros do clero se tornaram vítimas dessas medidas, o que resultou com que parte da Igreja começasse a tecer críticas ao novo governo. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) se lança como liderança dessa manifestação, causando desentendimentos entre os bispos e o governo militar. A fração do clero que assumiu discursos e práticas de organização vistas como “perigosamente progressistas”, confundidas até com ligações à ideologia comunista, pioraram ainda mais as tensões entre o governo e a Igreja.

Até a década de 1950, a Igreja brasileira mantinha uma aliança explícita com o Estado e com os seus propósitos políticos. Todavia, durante a década de 60, mas, sobretudo, a partir de 1970, frações do clero católico, pautados nas constantes violações dos direitos humanos, nas perseguições políticas, na tortura e, sobretudo, amparados pela opção pelos pobres, rompem com a estrutura do Estado e passam a ser uma das principais vozes das causas dos movimentos sociais brasileiros (LOWY, 2000, p.70).

Na Igreja paranaense, as transformações se tornaram mais significativas a partir de 1964, com a criação da sede da CNBB no Paraná em 30 de setembro deste mesmo ano, a CNBB Regional Sul II, com

sede em Curitiba e abrangia todo o estado do Paraná. O primeiro subsecretário foi Frei Agostinho José Sartori que, cinco anos mais tarde, assumiria a Diocese de Palmas. Este “desde o início demonstrou vontade de estar próximo à base e conhecer, a fundo, a realidade das Igrejas particulares” (CHIQUIM, 2005, p.269). Sua principal preocupação foi implementar uma base sólida que proporcionasse condições de ajuda e ação aos fiéis católicos que enfrentavam problemas, tanto sociais quanto eclesiais, que se apresentavam de modo grave ao longo do Estado. Suas primeiras medidas foram implementar as transformações propostas no Concílio Vaticano II, onde enfrentou a resistência de partes conservadoras da Igreja.

Obviamente que a Igreja, com o Concílio, não se tornou campo revolucionário, porém, as mudanças exigiram da instituição posturas mais abertas ao diálogo, demandando um olhar efetivo para os problemas concretos da realidade do católico, deixando para segunda instância a preocupação com a forma como os ritos eram praticados.

No caso do Paraná, esses problemas estavam concentrados mais precisamente no campo, em decorrência da forma como se deu a ocupação populacional do Estado até a década de 1960. A discussão em relação aos problemas da terra, principalmente em relação aos resultados da questão agrária ocorridos nos governos de Lupion e Bento Munhoz, deveria ser parte das preocupações da Igreja, pois os fiéis precisavam sentir que a Igreja estava ao seu lado.

Assim, segundo Chiquim (2005, p. 269-272), os bispos paranaenses decidiram se manifestar em apoio aos agricultores, principalmente os de origem migrante, que vieram ao Paraná atraídos pela busca de terras, mas se viram envolvidos em negócios escusos com as Companhias Colonizadoras, pois se viram sem a posse e sem o direito sob terra, buscando dar respostas à situação e mostrar que a Igreja estava ao lado dos agricultores prejudicados. Sendo sua porta-voz, realizaram nos dias 24 a 27 de junho de 1965 a Marcha dos Bispos pelo Oeste do Paraná, que foi uma cavalgada dos bispos pela região Oeste do Paraná, iniciando em Foz do Iguaçu, passando em Santa Terezinha, São Miguel, Medianeira, Céu Azul, Cascavel, terminando em Toledo.

Mesmo que o trajeto não tenha sido percorrido em sua totalidade a cavalo, a Marcha cumpriu seu trajeto estabelecido.

Os pressupostos da Teologia da Libertação prevaleceram sendo mencionados durante todo o episcopado de Dom Agostinho, que se envolveu em várias movimentações de ordem sociopolítica. Nesta realidade, as frações internas da Igreja e os próprios leigos se dividiam diante dos mais variados projetos de ação dentro da Igreja, o que abriu espaço para a disputa da hegemonia em torno dos fiéis.

Na década de 60, no seu processo de adaptar-se aos novos tempos, no *aggiornamento*, a Igreja se encontrou num caminho de mão dupla: de um lado fermentou as ações da esquerda e liderou uma importante mudança institucional que foi confirmada pelo Concílio Vaticano II e que significou importante passo na direção de uma elaboração teológica mais voltada para os problemas sociais, a Teologia da Libertação; de outro, tomou a trilha mais conservadora que veio a dar na Renovação Carismática (PIERUTTI & PRANDI, 1997, p.30).

A diocese de Palmas lidou com os dois perfis, visto que ambos cativaram grande parte dos católicos. A partir da postura e das falas de Dom Agostinho, fica nítido, inicialmente, sua opção pelos pobres, e alinhado em certa medida às bases da Teologia da Libertação. Seu acompanhamento direto e ativo quanto representante da instituição em relação aos modos de vida da sociedade, e a ação adotada diante da população mais pobre, com certa sensibilidade alinham-no a tal corrente. Mesmo no início dos anos 80, com a política de combate as correntes progressistas por parte do Vaticano, durante o papado de João Paulo II, houve um recrudescimento dessa posição por parte da Igreja diocesana.

[...] o perfil eclesiológico do papado de João Paulo II, cujo combate a qualquer flerte entre as doutrinas da Igreja e o comunismo proporcionou a construção de uma Igreja Católica comprometida com a pura espiritualização dos fiéis e manutenção de princípios conservadores (PIERUTTI & PRANDI, 1997, p.30).

Essas tensões políticas no interior da Igreja moldaram de formas diferenciadas os movimentos internos da instituição. Nitidamente, a posição política assumida pela diocese em apoio aos movimentos

sociais, auxiliando na existência destes em pleno governo militar – como veremos ao decorrer deste trabalho –, e na criação e manutenção de instituições sociais de auxílio aos necessitados, foi capaz de fazer emergir e definir tensões entre o clero da região, bem como colocar o bispo diocesano sob vigia dos militares.

Dom Agostinho e suas ações eclesiais durante o governo militar

O bispado de Dom Agostinho, desde o início, foi marcado por embates que envolviam estruturas internas da Igreja, local e nacional, por conseqüências das tensões políticas que se faziam presentes no Brasil. A ruptura de uma parte da Igreja, incluindo a diocese de Palmas, com o Estado a partir do golpe de 1964, por causa das denúncias das torturas por membros do clero e as demandas exigidas no pós-Concílio Vaticano II, permitiram que alguns religiosos assumissem uma postura mais crítica, articulada às causas dos movimentos sociais. Segundo Sader (1988), isso proporcionou o apoio de um grande número de bispos e agentes do clero aos movimentos sociais urbanos e rurais, resultando, posteriormente, numa força política e mobilizada dentro da Igreja, permitindo que outras pessoas adotassem a causa, como leigos e instituições vinculadas.

Entretanto, no Sudoeste, grande parte do clero e da população em geral não adotou tais posições. Até hoje é perceptível a resistência diante de determinadas questões políticas, sobretudo as de viés progressistas. Isso resultou numa manutenção das alas mais conservadoras e moderadas da Igreja pelo clero e católicos, que mais tarde se identificariam e popularizariam o movimento da Renovação Carismática Católica. Essas movimentações se deram ao mesmo tempo em que se havia um processo de grande tensão no campo, ocasionando a saída de parte da população deste meio. Os que permaneceram se encontraram com a organização dos colonos, com um viés mais progressista fundamentado nos movimentos sociais. Aos que saíram, adotaram uma postura menos sensível à causa, não necessariamente reprovando-a.

Um dos elementos que energizavam a luta coletiva foi o catolicismo, principalmente a partir da organização e ação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade que foi presidida por Dom Agostinho.

A Comissão da Pastoral da Terra (CPT) foi criada oficialmente em junho de 1975, durante o encontro de Bispos e Prelados da Amazônia. O evento convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), mas teve participação também de representantes de outras igrejas cristãs, e teve como objeto de discussão as ações necessárias para promover ao trabalhador do campo o protagonismo de sua história, dando suporte e acompanhamento em sua organização e trabalho (CPT NACIONAL, 2010). A CPT, desde sua concepção em âmbito nacional, buscou criar espaços de interação política para os trabalhadores rurais, proporcionando o contato entre os integrantes do MST de diferentes estados e regiões, visando uma troca de experiências e a convivência entre os iguais.

A CPT foi a aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico. Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade deles se organizarem. A Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: “Espera que tu terás terra no céu”. Pelo contrário, passou a dizer: “Tu precisas te organizar te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na terra”. A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses (STEDILE, 1996, p. 20).

A CPT fundamentava seu trabalho na Teologia da Libertação, usando a Bíblia para legitimar a ação e os moldes de vida e de trabalho dos pequenos agricultores, incentivando os trabalhadores sem-terra à luta. Formaram-se, assim, ocupações e acampamentos, tendo como protagonistas a organização interna da CPT.

Outra ação desenvolvida dentro desta temática pela Igreja Diocesana eram as Romarias da Terra, acompanhadas em toda sua organização e ação por Dom Agostinho.

Romarias da Terra foram eventos religiosos organizados a partir da década de 1980 por uma série de entidades e grupos vinculados

às causas dos colonos expropriados. A primeira Romaria da Terra aconteceu em Guaíra, no dia 28 de julho de 1985. As Romarias da Terra foram em diversos momentos lideradas por líderes religiosos que encabeçaram a luta coletiva dos colonos. Destaca-se, neste tocante, a atuação de Dom Agostinho José Sartori e de outros religiosos (SHREINER, 2002, p.184).

Por outro lado, a Igreja também foi cobrada por outros setores quanto ao alinhamento supostamente “esquerdista”, “comunista”, das suas ações políticas. Dom Agostinho veio a público em vários momentos para negar que estivesse estimulando “invasões”, “depredações”, dentre outras ações. “Todavia, se sabe que o seu envolvimento com os “acampados”, como eram conhecidos os trabalhadores rurais expropriados, era constante” (SCHREINER, 2002, p. 188).

Dom Agostinho sabia quem eram os sujeitos que necessitavam da sua atenção quanto representante da Igreja. Durante sua trajetória como bispo, sempre relacionou a ação da Igreja na região com a manutenção dos modos de vida da população e com a conservação da dignidade dos diferentes grupos existentes na diocese. A sua convicção quanto à eficácia de modelos comunitários da Igreja, dando condições concretas de existência aos indivíduos, o fizeram entender que “somente haveria de fato evangelização no momento em que os sujeitos construíssem coletivamente uma sociedade eclesial” (SARTORI, 1987, p. 08). Nesse sentido, o coletivo deveria ser compreendido como a possibilidade de superação da desigualdade, promovendo a superação do atraso ocasionado pela marginalização.

Esse discurso de Dom Agostinho vai fazer emergir entre o clero diocesano uma ação mais alinhada ao pensamento progressista e comprometida com os projetos sociais. Um dos mais populares entre esses projetos foi a criação das Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s, as quais Dom Agostinho acompanhou de perto e participou das mais próximas. Obviamente que esse modelo de catolicismo não foi aceito por uma parcela significativa dos fiéis e pelos padres mais idosos, formados antes do Concílio Vaticano II e resilientes diante de qualquer ação que flerte com a “esquerda”. Isso porque as CEB’s se fundamentavam em um catolicismo mais engajado e intelectualizado,

para o qual se exigia, além de uma fé ampla, formação política.

A CPT reunia-se com os agricultores nas Comunidades Eclesiais de Base para discutir ideias, incentivar a reforma agrária, organizar o modo de vida nos acampamentos, se referenciando em documentos elaborados pela própria Comissão. A CPT manteve-se firme ao lado dos sem-terra mesmo após as ocupações, tanto que quando se instalava um novo acampamento, se fixava uma cruz no local onde os agricultores estavam dispostos a ficar (BONIN, 1991), e Dom Agostinho, assim que possível, ia até o acampamento fazer a missa campal “inaugural” do novo acampamento (SCHREINER, 2002).

Entretanto, Daniel Meurer, ex-soldado e agricultor, residente no Sudoeste, relata em uma entrevista ao Jornal de Beltrão, que essas ações realizadas pela Igreja Diocesana eram constantemente questionadas pelo governo militar, chegando a ter membros presos e torturados. Eram constantemente vigiados, por isso a ordem do bispo era que não usassem telefone e não fizessem anotações nas reuniões, principalmente após as correspondências da entidade e do bispado passarem a ser interceptadas por agentes do governo, o que Dom Agostinho driblou, utilizando-se da cidade de Barracão, divisa com a Argentina, para enviar e receber correspondências, principalmente as internacionais, já que a ASSESSOAR e a CPT recebiam fundos belgas em sua manutenção.

[...] todas as correspondências que vinham de países de fora não podiam vir mais pra cá. Ela foi orientada para a paróquia de Bernardo Irigoyen na Argentina, na fronteira com Barracão. Nós saía daqui com as correspondências de lá durante a noite, levava e buscava as que vinham para a Assessorar. Não chegava nenhuma correspondência que fosse investigada. Outra coisa é que, quando a gente recebia informação que o Dops estava descendo e ia chegar na Assessorar ou na diocese, nós pegava todo o material e à noite saía na casa de algum agricultor para esconder. Na minha casa foi muito e isso dava muito medo na minha mulher [...] tinha que cuidar do que você falava, onde, com quem estava falando com você, se era amigo ou inimigo. Muitas vezes eles vieram e foram no bispo Dom Agostinho (JORNAL DE BELTRÃO, 2014, p.13).

O regime militar enviava seus representantes para solicitar ao bispo que tomasse medidas para conter os membros da Igreja. Os

militares, com quem Dom Agostinho mantinha diálogo, tinham o propósito de controlar as atividades das pastorais e dificultar a atuação dos militantes na região. Entretanto, Dom Agostinho mantinha sua bandeira contra a ditadura de forma discreta, a partir das ações que realizava. Conforme relata Meurer:

Naquele tempo, não tinha algo que declarasse que a gente era contra a ditadura, nem um documento, nem uma bandeira. O trabalho era a prova de que nós éramos contra o sistema. A gente buscava algo diferente e isso incomodava. Eles pegavam algum material nosso, livro nosso, com os catequistas, grupos de reflexão, lideranças, e nesse material dava de entender nossa posição (JORNAL DE BELTRÃO, 2014, p.13).

Assim, através desse trabalho realizado pela Diocese de Palmas em conjunto com a ASSESSOAR, disseminado pelas CEB's e a CPT, é possível identificar a preocupação e ação de Dom Agostinho em formar lideranças para atuar na mobilização dos pequenos agricultores que se mantiveram à frente de tais pastorais. Também assinalamos a participação de integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na formação destas lideranças e nas organizações das reivindicações de questão agrária, mesmo que de forma discreta, já que sofriam ferrenha oposição pela parte anticomunista da Igreja.

A preocupação e ação voltados ao social garantem a presença da Igreja na sociedade e, com o objetivo de promover a dignidade humana entre aqueles marginalizados pela política e pelas leis do país, suscita iniciativas como as Romarias da Terra, as 123 CEB's e o trabalho voltado ao atendimento dos assentados e indígenas, que são assumidos pela Diocese de Palmas, por suas pastorais e organismos, contando com ajuda de intelectuais e leigos ligados a movimentos sociais, entre os quais destaco os membros do PCB e do MST regional que, mesmo diante de represálias do conservadorismo presente, se mantêm firmes na luta pelos marginalizados e excluídos, confiando no Senhor que conforta os homens e mulheres de boa vontade que se engajam na luta pelos pobres (SARTORI, 1986, p. 18).

Buscando promover suas ações progressistas, os bispos criaram táticas para evitar os militares, publicando na imprensa seus discursos, mesmo diante da censura que filtrava as informações. Pois, era necessário mostrar uma Igreja unida em torno de uma pauta, para não serem vistos como vozes isoladas, principalmente no período de re-

pressão e vigilância por parte do governo em relação aos manifestos, já que estes acompanhavam as atividades de todos que se demonstrassem sensíveis às causas dos mais pobres e excluídos.

Esses documentos divulgados na imprensa pela Igreja não tratavam somente das dificuldades dos colonos, um exemplo é o que trata da questão indígena. O documento “YJuca-Pirama – O índio: aquele que deve morrer”, de 1973, foi elaborado pelos fundadores do Conselho Indígena Missionário (CIMI) como Egydio Schwade, Ivo Poletto, Pe. Antonio Iasi Jr., e o dominicano Eliseu Lopes, apresentando sobre a situação dos indígenas no Brasil. Dom Agostinho assinou publicamente o documento e o divulgou por toda a diocese (COLETÂNEA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS ALUSIVOS A DIOCESE E A DOM AGOSTINHO JOSÉ SARTORI - TOMO I, 2004, p. 115).

Na Diocese de Palmas, organizou-se a Pastoral Indígena, iniciada pelo Bispo Diocesano, visando auxiliar os indígenas em sua luta pela terra, pelos seus direitos, além de ajudar na organização das reservas, sendo assim, um trabalho parecido com o realizado nos acampamentos, isso se deve ao fato de a Pastoral Indígena estar diretamente relacionada com a CPT.

Os agentes da Pastoral Indígena em nossa Diocese têm, em seu trabalho, o objetivo de transmitir, que deve ser realizado juntamente com os indígenas, o sentimento de pertencimento no mundo e de engajamento histórico indígenas, tomando os direcionamentos das lutas de classes e da solidariedade comunitária, que acreditamos ser a expressão real do amor cristão. Assim, toda a teoria da inculturação, que pretende ser evangelho na vida de outra cultura, respeitando as diferenças e valorizando aquilo que seja a cultura do outro, se envolve como ideais próprios do cristão. A valorização da ação católica, em um sentido mais político, passa por cima da necessidade específica de cada cultura e as engloba todas em um mesmo local histórico, onde elas estão oprimidas e necessitam ser valorizadas através de conquistas materiais, tais como suas terras ou seus direitos constitucionais (SARTORI, 1989, p.03).

Desta forma, mesmo que não haja a intenção de intervir e a preocupação maior seja a de respeitar a cultura, há, mesmo que de forma não consciente, uma imposição do pensamento político e religioso da Igreja Católica. Assim, o agente da pastoral deveria organizar

e realizar discussões, de forma institucionalizada, para reunir as lideranças e organizarem, juntos, sua luta pela terra e por seus direitos básicos a serem fornecidos dentro da reserva.

Entretanto, assim como o capital simbólico do modelo de comunidade migrante em relação à Igreja era alto, a estrutura da Igreja foi tensionada por Dom Agostinho a transformar-se em função das demandas que incidiam sobre a sua ação na realidade da região. A maior parte dessas foi estabelecida face à necessidade de assistir e garantir a fixação de todos que estavam na região. Uma vez que lá estavam, a Igreja teve de acomodar também, a série de complexidades que vieram como consequência.

É nessa perspectiva que Dom Agostinho, durante seu episcopado, criou e esteve à frente de mídias sociais pertencentes e mantidas pela Diocese de Palmas, que tinham por objetivo repassar aos fiéis as informações referentes aos acontecimentos da Diocese e de transmitir as ideias do Bispo diocesano em relação a temas relevantes de âmbito social e espiritual, entre elas destaca-se o *Informativo Diocesano* e o *Jornal Diocesano Até Que...*

No primeiro número do jornal, a análise já deixa forma clara a concepção política adotada por Dom Agostinho como coerente para a Igreja. Nessa primeira edição, foram criticadas as arbitrariedades cometidas pelo governo militar contra os religiosos e os fiéis católicos. Também apresentou o desejo dele em realizar na Diocese de Palmas um trabalho de conscientização política, para tornar os fiéis cientes das causas e dos interesses dos movimentos sociais, tanto à questão agrária quanto indígena. Essa inclinação logo foi compreendida pelo povo que passou a chamá-lo de “Bispo dos pobres” (PONGAN, 2019, p. 149).

A própria divulgação de uma série de escritos no jornal, revelam a tentativa de Dom Agostinho evidenciar suas posições. Em 1984, como a emenda constitucional que propunha eleições diretas para presidente foi rejeitada pelo Congresso Nacional, as eleições foram realizadas de forma indireta, onde venceu a chapa Tancredo Neves e José Sarney. Porém, a posse nunca aconteceu, pois às vésperas da posse, Tancredo foi hospitalizado, indo a falecer dias depois. O que resultou na posse do vice, José Sarney como presidente do Brasil. Diante

dessa realidade, Dom Agostinho escreve em seu espaço no jornal diocesano, sua análise a respeito da conjuntura política que se instalara:

Parece-nos que o país vive uma fase de grande confusão não se sabe mais quem é quem... Pontos de vista desencontrados, opiniões divergentes, mesmo nos quadros do governo, aliança apregoada nas palavras, mas inexistentes de fato, gera confusão e insegurança generalizada. Além da confusão, há também desconfiança. Ninguém discute que o povo se sentiu traído e até vilipendiado com o Plano Cruzado II, atirado sobre a população. O Brasil se tornou uma confusão, cheio de desconfiança, abuso de poder e econômico. A “luta” democrática empreendida por Tancredo Neves, Ulisses Guimarães e tantos outros, atravessando o país, convocando multidões, entoando em plena praça o hino nacional, entre outras coisas, sempre investiu veemente contra a influência do poder econômico nas eleições e em outros setores da vida nacional; investiu contra a falta de programas dos partidos brasileiros e apresentou o PMDB como sendo o único partido verdadeiramente comprometido com os interesses populares (ATÉ QUE..., 1986, p.02).

A forma como Dom Agostinho assume seu lado nas questões políticas nacionais e regionais, deixa claro que ele, mesmo sendo o administrador diocesano, sabia se envolver neste mundo. Afinal, manteve relações estreitas com vários líderes regionais e estaduais do PMDB e mesmo assim, não demonstra receios em expressar publicamente suas opiniões, e a transmitir-las para inúmeros fiéis que o viam como referência de opinião. Também não demonstrou medo da vigilância dos militares, que sabiam de suas ações e de seus discursos contrários, sendo interrogado diversas vezes, o que não o intimidou em nenhum momento, mantendo suas atividades eclesiais e suas exposições na imprensa diocesana durante todo seu episcopado.

Considerações Finais

Durante o segundo bispado de Palmas, comandado por Dom Agostinho, analisou-se as transformações e a compreensão constituída pelo bispo diocesano, frutos de um momento de transformações pelo qual a Igreja e a sociedade estavam passando, observa-se, notadamente, que o este inseriu em seu modelo de ação eclesial, político e social as sementes de uma autocompreensão, até então, nova para a Igreja

Católica brasileira.

Desta maneira, buscou-se compreender como a Igreja diocesana se inseriu face ao modelo de sociedade que se constituía na região sudoeste paranaense. Processo que gerou tensões e evidenciaram elementos que compõe a singularidade da região. Na pesquisa, foi possível delinear os muitos embates sociais e o papel da Igreja em cada um deles. Observou-se, nesse sentido, uma região formada por grupos de interesse e costumes políticos diferenciados coabitando e agindo socialmente. Ao mesmo tempo, em que se vê uma Igreja apreensiva quanto ao futuro da população e profundamente envolvida com as demandas políticas e sociais daquele presente.

Destacamos, no decorrer do texto, algumas ações adotadas por Dom Agostinho com alto teor político. Cabe elencar que, durante a pesquisa, estes foram investigados em sua totalidade, havendo necessidade de compreender como se processaram as transformações no interior da Igreja do século XX, pois estas incidiram nos modelos de ação eclesial adotados na região. Pois, a Diocese de Palmas viveu as modificações propostas no Concílio Vaticano II, considerado por muitos o maior Concílio da história da Igreja Católica Apostólica Romana, bem como manteve-se aliada a oposição ao governo militar vigente, realizando ações questionadas e até desaprovadas pelos militares.

Assim, buscou-se evidenciar o contexto social-político em que se encontrava o país e a região no período em que Dom Agostinho assumiu a Diocese de Palmas, pois ele defendia que a Igreja não poderia se mostrar alheia aos problemas e à realidade que a cercavam. Pensamento esse, que ele pôs em prática ao assumir a responsabilidade social da Igreja diante dos marginalizados e pobres, além de atuar e defender a luta dos movimentos sociais presentes na região, o que deixa nítido sua inclinação com a Teologia da Libertação.

Desta forma, pôde-se evidenciar como Dom Agostinho defendeu abertamente suas ideias e a transmitiu para seus fiéis. Sua postura de ferrenhas críticas para com o governo militar, mesmo com o Dops indo a Palmas buscar esclarecimentos, mostra um líder sem “papas na língua”, que se manteve firme em seus ideais. Em relação aos movi-

mentos sociais, apoiou abertamente e incentivou movimentos como o MASTES e o MST, aderindo à luta pelo direito da terra dos trabalhadores rurais, defendendo e auxiliando-os. Traçou diretrizes de trabalho que agiam diretamente nas comunidades através da CPT, da ASSESSOAR e demais 155 movimentos internos da Igreja, que trabalhavam com os indivíduos, com as famílias e em grupos, como no caso das CEB's, num processo de sensibilização, reflexão, criticidade e solução dos problemas enfrentados pelo homem do campo, principalmente quanto à má distribuição de terras, se embasando na Bíblia quando instrumento de ação e política, incentivando um ideal de luta.

Referências bibliográficas

BONIN, A. A. A luta pela terra no Paraná. In: **Cenários de Economia e Política**: Paraná. Curitiba: Prephacio, 1991.

CHIQUIM, Carlos Alberto. **CNBB no Paraná e a história da evangelização**. Curitiba: Instituto Gaudium de Proteção a Vida, 2005.

CPT NACIONAL. **Sobre nós**. Histórico: o nascimento da CPT. 2010. Disponível em: Acesso em: 15 de dez. 2020.

CPT. **A luta pela terra na Bíblia**. Goiânia: CPT, 1981.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LOWY, Michel. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MATTEI, R. **O Concílio Vaticano II: Uma história nunca escrita**. São Paulo: Ambientes e Costumes Editora, 2013.

NAZARO, Lucy Salete Bortolini. **Dom Agostinho José Sartori: uma história singular na história de Palmas e do Sudoeste do Paraná**. Palmas/PR: Kaygangue, 2011.

PIERUTTI, A.; PRANDI, R. **Um sopro no espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático**. São Paulo: Fapesp, 1997.

PONGAN, Pâmela. **A política sob o Báculo: Dom Agostinho no comando da Diocese de Palmas – Francisco Beltrão (1970-2005)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.

RIDENTI, Marcelo. **Cultura e Política: os anos 1960 – 1970 e sua herança**. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Al-

meida Neves. (orgs.). **O Brasil republicano**. V.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RODRIGUES, Carlos; MONTEIRO, Vicente A. & GARCIA, Wilson de Q. (orgs.). **Censura Federal**: leis, decretos – leis, decretos, regulamentos. Brasília: C. R. Editora, 1971.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entrem em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970/1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SHREINER, D. F. **Entre a exclusão e a utopia**: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. Departamento de História. São Paulo, 2002.

STEDILE, João Pedro. **Brava gente**. São Paulo: Perseu Abramo, 1996.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **Movimento popular, político e religião**. São Paulo: Loyola, 1985.

Fontes consultadas

Boletim Eclesiástico da Diocese de Palmas – Francisco Beltrão (1970-2005). Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR.

Coletânea de Documentos Históricos Alusivos a Diocese e a Dom Agostinho José Sartori. Tomo I, 2004. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão, Palmas – PR.

Jornal Até Que... (1985-2017). Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR.

Jornal de Beltrão. Notícias relacionadas a Diocese de Palmas – Francisco Beltrão de 1990 a 2005. Arquivo Jornal de Beltrão, Francisco Beltrão-PR.

SARTORI, Agostinho José. **Cartas Pastorais**: 1970 a 2004. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR.

SARTORI, Agostinho José. **Diário Pessoal**. Arquivo família.

EM OUTRO CHÃO: LUTA POR SOBREVIVÊNCIA DAS MULHERES MIGRANTES INDÍGENAS WARAO RETRATADA EM JORNAIS ONLINE

*Ana D'arc Martins de Azevedo*¹

*Elziene Souza Nunes Nascimento*²

Introdução

Este estudo tem como foco o tema “Em outro chão: luta por sobrevivência das mulheres migrantes indígenas Warao retratada em jornais online”, que foi elaborado com a intenção de discutir a migração da etnia Warao, de origem venezuelana, para a cidade de Belém do Pará, focando de forma específica as mulheres indígenas. Nesse sentido, emerge a discussão acerca da luta pela sobrevivência dessa etnia que adentrou o solo amazônico belenense.

A opção por priorizar o estudo das mulheres da etnia Warao se dá em função de que muitas delas fizeram o percurso migratório sozinhas ou acompanhadas dos filhos. Em outros casos, há aquelas que também vieram em conjunto com suas respectivas famílias. O fato é que a maioria dessas mulheres assumiu a competência de prover as necessidades de suas famílias, tendo em vista que direciona o seu foco nesse percurso, para a luta de sua sobrevivência cotidiana em prol de melhor qualidade de vida.

Mediante as questões aqui pontuadas, a problemática que norteia o presente estudo é a seguinte: de que forma as mulheres migran-

1 Doutora em Educação/CURRÍCULO pela PUC/SP. Professora do Programa Stricto Sensu Comunicação, Linguagens e Cultura da UNAMA. Email: azevedo-anadarc@gmail.com.

2 Mestra em Comunicação, Linguagens e Cultura da UNAMA. Professora da Educação Básica do Estado do Pará. Email: elzienunes@gmail.com.

tes indígenas Warao estão sobrevivendo em solo belenense, no sentido de lutar por sua sobrevivência em outro chão?

O estudo tem como objetivo geral, analisar de que forma as mulheres migrantes indígenas Warao estão sobrevivendo em solo belenense, no sentido de lutar por sua sobrevivência em outro chão. Os objetivos específicos são: Enfatizar os aspectos referentes às causas da sua migração e a relação com a decolonialidade; registrar as suas condições de vida, enquanto migrantes e citar as formas que encontraram para sobreviver à crise econômica em outro chão.

Pelo exposto, acredita-se que este estudo contempla uma garantia básica dos direitos humanos que é o direito à vida, alicerçado em melhores condições de sobrevivência indispensáveis para a plena realização da dignidade humana.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de fonte jornalística ‘garimpada’ em 03 (três) jornais online, da Amazônia, a saber: g1.globo.com/para; amazoniareal.com.br; odiarioonline.com.br, os quais, apresentaram uma vasta publicação a respeito da presença das mulheres Warao em solo belenense, no período correspondente, entre 2016 a 2019, periodização esta que corresponde a delimitação temporal desta pesquisa.

O jornal online g1.globo.com/para, também chamado de ‘G1 Pará’ está vinculado à Rede Liberal de comunicação, localizada na cidade de Belém/PÁ, o qual transmite notícias e vídeos nacionais e internacionais de ordem cultural, de segurança, de saúde, de educação, de trânsito, de previsão do tempo, atualidades, dentre outras. Outro jornal online, que compõe esta pesquisa é o amazoniareal.com.br, o qual é uma agência de jornalismo independente e investigativo da Amazônia, localizado na cidade de Manaus/AM, composto por uma mídia digital criada por mulheres, inscrita nos órgãos competentes como pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos. E por fim, apresentamos, odiarioonline.com.br, o qual apresenta notícias de Belém, do Estado Pará, da Região Norte e do mundo, tais como: futebol, entretenimento, mundo dos famosos, policial, cultural, dentre outras notícias. Estes jornais online apresentam conteúdos impor-

tantes e prática jornalística competente, veiculada em tempo real, com bom senso, ética e respeito, o que transmite veracidade dos fatos.

Para fundamentar as informações selecionadas nas respectivas fontes jornalísticas, será realizada a teorização, sob a perspectiva decolonial, mediante as abordagens de autores como Lugones (2012), Walsh (2009) dentre outros.

Este estudo, além da introdução do artigo, está organizado em três bases centrais: na primeira, procura-se focar no entendimento das causas da migração Warao através de uma discussão decolonial; na segunda, registram-se as condições de vida das mulheres Warao, enquanto migrantes, e os enfrentamentos de preconceitos e exclusões que marcam sua presença em Belém; e, na terceira, citam-se as formas pelas quais essas mulheres lutam para suprir suas necessidades e sobreviver à crise econômica.

Entendendo a migração Warao e a decolonialidade

A etnia indígena Warao é originária do nordeste da Venezuela e do norte das Guianas Ocidentais. O nome Warao significa povo do barco. É um povo que possui escrita e língua próprias, também denominadas de Warao, e que habita uma região do delta do Orinoco. A migração dessa etnia ao território brasileiro deve-se à profunda crise política, econômica e social que vive a Venezuela, país vizinho ao Brasil, crise essa que se estende desde o governo de Hugo Chávez (1999-2013), mas que não é objeto deste estudo (CLARK, 2009).

A delimitação temporal do movimento migratório priorizada neste artigo, data do governo de Nicoláz Maduro, sucessor de Hugo Chávez, que assumiu o governo da Venezuela em 2013, após a morte de Chávez. “Por não apresentar as mesmas qualidades populistas de Chávez, Maduro teve que recorrer à Força Militar para garantir a manutenção do seu poder” (BASTOS; OBREGÓN, 2018, p. 12). Dessa forma, fica visível que no seu governo a crise política se agravou, estendendo-se para a área econômica, principalmente a partir de 2014 com a baixa da exportação do petróleo (principal produto de exportação daquele país) e que se estendeu também para o campo social, o

qual é o foco desta pesquisa.

“Desde então, o país não conta com condições algumas de governabilidade, estando altamente polarizado, com baixos índices socioeconômico e altas taxas de criminalidade e violência institucionalizada” (BASTOS; OBREGÓN, 2018, p. 14). Foi nesse contexto de crise venezuelana que, a sociedade encontrou-se sem condições financeiras à sua sobrevivência, visto que já lhes faltavam alimentos e medicamentos. A partir desse cenário, boa parte dos venezuelanos, dentre eles a etnia Warao, iniciaram o movimento migratório, principalmente para o Brasil (FRANCO, 2016).

A entrada desses migrantes em solo amazônico brasileiro ocorreu pelo Estado de Roraima, que faz fronteira com aquele país. Eles vêm em busca de trabalho, a fim de terem melhores condições de vida, o que desencadeou uma crise social naquele Estado, que não estava preparado para receber tamanho fluxo migratório. A partir dessa realidade, além dos venezuelanos, a etnia Warao também migra para Belém ao final de 2017, sendo que, nos anos posteriores, o fluxo migratório intensificou-se (FRANCO, 2016).

A fixação da etnia Warao em território amazônico paraense, que até cerca de um ano atrás passava despercebida, atualmente é notória, visto que estão presentes nas esquinas, nos semáforos, nas praças e nas ruas, principalmente na condição de pedintes. É essa a realidade que se vê cotidianamente, e as notícias de jornais dão conta de atualizar essa situação.

Ao focar neste artigo a migração das mulheres indígenas Warao, destaca-se um dado relevante em nível mundial: as mulheres migrantes contabilizam 49%, porém, apesar de ser uma estatística considerável, não é dada a importância devida à migração feminina. Essa neutralidade provoca a invisibilidade da mulher no processo migratório, mesmo assumindo papéis cruciais de mães, esposas e filhas (UNITED NATIONS SECRETARIAT, 2004).

A questão acima aponta para a rejeição histórica, da qual a figura feminina é vítima e, a Colonialidade demonstra que essa lógica não foi superada, tendo em vista que, são padrões universalizados em

conceitos e também em práticas. Lugones (2007, p. 193) observa que existe um mundo moderno e colonial eurocêntrico que nega e ignora os “bestializados negros e índios”. Portanto, quando se fala em invisibilidade feminina, considera-se que às mulheres negras e indígenas são reservados menos ou inexistentes espaços. A partir dessa demarcação Lugones (2012) propõe que se construa um feminismo por mulheres que se localizam no ‘entre-lugar’, que é o lugar da opressão, um feminismo que resista à dominação com bases decoloniais. Nestes termos, acredita-se que a mulher indígena Warao se firmou em um espaço em que se encontrava em estado de subalternidade, porém, conseguiu por meio de sua luta, meios de sobrevivência e, foi nesse espaço que se fez ouvir e que se fez ser visível, na então sociedade em que se inseriu.

Numa perspectiva decolonial, para o entendimento desse processo migratório, iremos nos deter no conceito de “colonialidade do poder” cunhado por Quijano (2009) o qual se vale de uma classificação mundial da população baseada na raça, justificando a dominação colonial, ou seja, a supremacia de um povo e a opressão do outro. Portanto, os povos colonizados (identificados aqui como os latinos) seriam os inferiores, colocados na condição de oprimidos e subalternizados, enquanto que as nações colonizadoras (as europeias), seriam superiores, as donas do poder.

Essa herança histórica, admite que “os países colonizados por europeus estão ainda sob o jugo da ‘colonialidade do poder’ baseada no poder do Estado” (QUIJANO, 2009, p. 73). Ressalte-se que o colonialismo se refere à situação de dominação política, econômica e territorial de uma determinada nação sobre outra de diferente território, tal como ocorreu entre Portugal e Brasil, por exemplo. As consequências da devastadora colonização ainda são refletidas como pontos negativos nos países colonizados, com base principalmente na exclusão dos indivíduos, nas crises sociais crônicas, refletidas sobretudo na política, na economia, na educação, na segurança, dentre outras. É o caso da Venezuela.

Sobre o exposto, Quijano (2009) considera que a estrutura de poder colonial aponta para um movimento decolonial, que busca

mostrar que existem outras culturas e que estas devem ser valorizadas, precisam ser ouvidas. A decolonialidade funciona para questionar as pretensões coloniais e imperiais, enquanto verdades absolutas e únicas.

Nesse sentido, este estudo tem uma projeção decolonial, porque se mobiliza na perspectiva das garantias dos direitos humanos; coloca em foco a luta por sobrevivência, enquanto resistência e afirmação, e que ganhou o espaço midiático. Além disso, ressalta a condição da mulher indígena, que é categorizada como subalterna. A subalteridade é definida como *“as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”* (SPIVAK, 2010, p. 14).

Porém, percebe-se que as mulheres migrantes Warao descrevem as suas experiências, nos jornais online pesquisados, possibilitando a sua visibilidade, colocando-se enquanto indígenas ativas de sua história, ou seja, antes eram apenas percebidas com preconceito pela sociedade a qual tiveram como destino - Belém/Pá. Porém, algumas delas, por questão de sobrevivência, iniciaram uma trajetória de reconhecimento em ‘outro chão’, rompendo com a lógica da invisibilidade, em um sistema colaborativo com os nativos. Isso é decolonialidade porque também se percebem perspectivas de construir novas formas de solidariedade.

Em outro chão: o estranhamento a presença Warao em Belém

Para demarcar esta discussão é necessário mencionar Oliveira (2016), o qual aborda acerca da origem da lei de migração vigente atualmente no Brasil. Segundo este autor, esta lei é proveniente do período militar, porém, no ano de 2010, com a chegada de um grande número de migrantes vindos do Haiti e do Senegal, ocorreu um fato relevante, pois se atualizou a lei da migração, com a criação do visto humanitário, por meio da Resolução Normativa 97/2012.

Conhecer este recorte da lei migracionista brasileira é im-

portante para contextualizar que os migrantes ao adentrarem o território brasileiro, encontram-se amparados pela legislação. Porém, um questionamento faz-se necessário neste contexto: o que faz um indivíduo deslocar-se de sua terra para um outro território? Segundo Sayad (1998), geralmente um migrante vai em busca de trabalho em lugar e condições a ele atribuídos, ou seja, aos mesmos são destinados postos de trabalho braçais.

Desta forma, as mulheres Warao são categorizadas como migrantes, por que vieram em busca de trabalho, a fim de lutar por sua sobrevivência. Segundo as Organizações das Nações Unidas - ONU (1945), são considerados migrantes todos aqueles que cruzam as fronteiras internacionais fugindo de conflitos e pobreza e deixam seus países de origem à procura de melhores oportunidades de vida. Essa condição de migrantes, vinculadas as indígenas Warao, também é percebida nos jornais online pesquisados, pois, narram a trajetória dessas mulheres em busca de uma vida melhor.

Nesse contexto de debates, é relevante ter conhecimento de que as mulheres indígenas Warao venezuelanas, em seu país de origem, encontravam-se desassistidas pelas políticas públicas, no que concerne ao acesso a suprimentos básicos para atender às suas necessidades, devido à crise político-econômico-social que aquele país atravessa. Enquanto indígenas, vivem um histórico de “esquecimento” por parte dos governantes do país, porém, tal condição de miséria evidenciou-se mais ainda com a atual crise naquele país. Baptista (2011) descreve sobre quem são categorizados como ‘migrantes’:

Pessoas que se diferenciam dos deslocados internacionais classificados como “migrantes tradicionais”. Em geral, os migrantes tradicionais têm o seu deslocamento motivado por questões econômicas, isto é, estes migrantes partem em busca de melhores condições de vida (BAPTISTA, 2011, p.177).

A partir dessa análise, fica evidente a condição de migrante dessas mulheres no chão amazônico belenense, vislumbrando uma oportunidade de vida, em melhores condições, porém o impacto que sua presença trouxe para a maioria da população local foi de recusa. Até mesmo o governo se mostrou arredio a sua presença, conforme atesta

o Jornal online “O Liberal/G1” do dia 16/07/2018: “*Belém decreta situação de emergência pela chegada de índios venezuelanos*” (BELÉM, 2018).

Os comentários indignados dos internautas pela entrada em massa dessa etnia demonstram revolta, mas o Jornal não se responsabiliza por essas opiniões. Vejam-se dois depoimentos (nomes fictícios) sobre a nota supracitada no jornal online: “*Como se não bastasse os nossos inúmeros problemas, o Brasil ainda tem de receber o produto de exportação do fracassado Governo Bolivariano. Os seus mendigos*” (MARIA); “*Isso vai virar uma situação sem controle no Brasil, como se o país fosse uma maravilha: educação para todos, segurança, saúde, etc., nós brasileiros estamos na lama, agora trazer mais problemas é não ter controle sobre isso, é um absurdo, pobreza se proliferando, bandidagem...*” (JOÃO).

Esse é o chão que as mulheres Warao aqui encontraram, baseado em uma retórica típica de uma sociedade excludente. Essa postura tem a ver com os ensinamentos que os indivíduos receberam desde a primeira infância sobre a sociedade, que é de um pensamento fechado sobre o ser humano: ter uma família, acreditar em Deus, ganhar a vida economicamente trabalhando, enfim. Porém, aqueles que não estão inseridos neste padrão e nestes valores são excluídos, e os indígenas vivem essa exclusão durante séculos. No caso das mulheres, o preconceito ainda é mais acirrado, uma vez que devem seguir um padrão esculpido pela sociedade dominante: “*mulher universal e a padronização dessa mulher levam às exclusões daquelas que se diferenciam*” (BUTLER, 2003, p. 21).

Nesses discursos, culpa-se o poder governamental pela pobreza, porém quem é penalizado é o migrante, colocado como responsável pela elevação dos problemas sociais já existentes, mas que, segundo esses relatos, ficaram mais evidentes com a presença desse novo público. A falta de humanidade nestes discursos é comparável à dos chefes de Estado desses países que “exportam” seus entes para todas as partes do mundo, sem piedade. Na manchete do Jornal online “O Liberal/G1” do dia 16/07/2018 foi retratado que os: “*Índios Warao refugiados da Venezuela hoje ficam nas esquinas de Belém*” (BELÉM, 2018). Do ponto de vista da população local, essa realidade “mancha negati-

vamente” a cidade. Como se não bastassem os problemas internos que os moradores atravessam, os migrantes vêm somar ainda mais com essa miséria e acirrar os problemas sociais. Assim pensam.

O jornal online Amazônia Real do dia 14/09/18 apresenta a seguinte legenda em uma fotografia: “*Em Belém, eram as mulheres as responsáveis por pedir dinheiro e doações nas ruas da cidade*” (BARBOSA, 2018). Essa legenda reforça a garra e a força dessas mulheres, tendo em vista que lutam por sua sobrevivência, pois não conseguem emprego formal e usam os recursos disponíveis para garantir o mínimo para o seu dia a dia.

Em outro chão: luta pela sobrevivência da mulher indígena Warao em solo belenese

Segundo Magno (2018), vivem na cidade de Belém em média 650 indígenas migrantes, que se encontram espalhados em grupos. A maioria é formada por mulheres que têm a função de pedir as contribuições em semáforos e calçadas, sempre acompanhadas dos filhos menores. Algumas delas estão em abrigos que foram cedidos pela prefeitura de Belém e pelo governo estadual, porém há aquelas que não conseguiram abrigo público e por isso têm que pagar por suas hospedagens em albergues e casas alugadas.

O ponto de partida nesta discussão é perceber as formas de luta que essas migrantes indígenas Warao encontram para sobreviver, no que tange à questão econômica, para que não sejam categorizadas somente enquanto pedintes nas ruas de Belém. De certo que houve um choque cultural.

Nos deslocamentos para o Brasil, os Warao se tornam pedintes pelas cidades onde vivem temporariamente, apesar dos riscos da vida urbana, para garantir o sustento e se manterem enquanto grupo. Eles se deslocam sempre de forma coletiva. Essa característica da mendicância é feita exclusivamente pelas mulheres, cabendo a elas também um papel importante na repartição e distribuição dos alimentos e demais itens coletados nas ruas. (ROCHA, 2018, p. 5)

Sobre isso, Barbosa (2018) pontua que esse é mais um dilema enfrentado por essas indígenas, pois, na cultura Warao, o ‘pedir’ e as

‘doações’ são costumes admissíveis e comuns, e essa prática é como se fosse um trabalho para elas que sempre estão em companhia de suas crianças. Porém a sociedade “esbranquiçada” criou um estereótipo empobrecido sobre esse costume Warao, argumentando que elas, em sua maioria, vivem pedindo porque não querem trabalhar e são preguiçosas. Essa é uma visão ocidental e cristã sobre o ‘pedir’. Leia o que Rocha (2018, p. 4) ‘colheu’ na narrativa de uma mulher Warao: “Cresci numa comunidade indígena. Era feliz enquanto tinha trabalho, pesca. O indígena não é preguiçoso. Somos trabalhadores, mas temos que ter material”, (M.A., 32 anos). Nestas duas visões de mundo apresentam-se o choque entre as culturas, uma decorre da visão etnocêntrica, demonstrando todo o preconceito destinado ao ato de ‘pedir’ e a outra como uma questão de um costume naturalizado na cultura Warao.

A postura preconceituosa estabelecida na sociedade esbranquiçada em relação a cultura Warao é legitimada, tendo em vista o desconhecimento da cultura do ‘outro’ e também por seguirem a lei constituída no território brasileiro. Porém: “A intenção é que se construa políticas a partir dos entendimentos dos Warao. Políticas culturalmente orientadas. Eles estão passando por uma série de violações, causadas por falta de conhecimento da sociedade branca sobre eles, tendo em vista que são discriminados na questão de aspectos culturais” (ROCHA, 2018, p, 5),

Fato é que, no Brasil, a mendicância na presença de crianças é um ato criminoso, e as mulheres Warao foram pressionadas a não pedirem com as suas crianças nas ruas, caso contrário iriam perder sua guarda. A imagem veiculada pelo Jornal online Amazônia Real de 14/03/2018 refere-se a essa questão: “*Migrante cidadão: a sobrevivência dos Warao em Belém e Santarém*” (BARBOSA, 2018).

Dada a imposição da lei dos “brancos” e sob pena de perderem a guarda de seus filhos, tiveram que encontrar outras formas para sobreviver. De fato, o cenário encontrado pelos migrantes em seus locais de destino não é dos melhores. Eles enfrentam diferenças culturais, dificuldades com idiomas, desemprego, ausência de mora-

dia e, principalmente, xenofobia praticada pela população local, ou seja, vivem em condições sub-humanas. Tal postura preconceituosa: “É uma construção de, e a partir das pessoas que sofrem uma histórica submissão e subalternização” (WALSH, 2009, p. 22).

Outra nota online afirma que: “*Indígenas da etnia Warao estão em situação de vulnerabilidade em Belém*” (BARBOSA, 2018). É uma legenda do Jornal online “Amazônia Real”, de 14/03/2018, a qual retrata que a etnia migrante veio em busca de sobrevivência, e aos poucos tenta se adaptar ao local de destino, enfrentando uma situação nada fácil, comparada a milhares de migrantes espalhados pelo mundo.

De fato, não haverá soluções definitivas no que tange aos aspectos da migração, contudo, tanto o governo dos países do deslocamento quanto o de destino devem assumir seus papéis nesse processo. Percebe-se, porém, segundo as pesquisas realizadas nos jornais online, que, por iniciativa própria, as mulheres da etnia Warao tentaram amenizar suas dificuldades com base no saber adquirido em suas comunidades de origem, e esse saber serve também para enriquecer a cultura local, visto que inseriu em solo amazônico belenense um material cultural típico dos indígenas venezuelanos Warao, como se percebe a reportagem online do G1 do dia 10/04/18: “*Primeiras produções, trata-se da confecção de uma manta que pode ser usada como uma espécie de xale para as mulheres e, segundo a reportagem, foram vendidas rapidamente pela internet, gerando uma renda para essas mulheres migrantes*” (BELÉM, 2018).

Acredita-se que, dessa forma, a migração promoveu o lado positivo nessas mulheres, já que alcançaram sua meta de sobrevivência em ‘outro chão’, ao assumirem as suas vidas e de seus filhos, enquanto protagonistas de sua própria sobrevivência.

É fato que a atividade laboral das mulheres Warao em Belém está inserida no mercado informal, contudo é considerada uma evolução positiva, uma vez que, a partir dessa atividade, essas mulheres conseguem recuperar seu poder de compra para seu sustento, pois na sociedade capitalista esse é o modelo de sobrevivência, esse é o padrão. Como elas encontram-se inseridas nessa sociedade, são compulsoriamente “convidadas” a participarem do sistema. Por outro lado,

lamentava-se que sua cultura não tenha sido respeitada, contudo percebe-se que essas mulheres fundiram a sua cultura de produção de bens praticados em sua comunidade com a venda, típica do mundo econômico da sociedade capitalista na qual se encontram da qual passaram a fazer parte.

Outra nota online informa: *“Produção de artesanato mostra uma cesta cheia de bijuterias típicas da etnia Warao”* (BARBOSA, 2018), destacando que as produções desses materiais estão tirando as mulheres indígenas, refugiadas da crise da Venezuela, do trabalho nas ruas de Belém, contando com o apoio de muitos voluntários. A esse tipo de apoio, Munshi (2003) chama de sociedades de acolhimento, as quais funcionam como uma espécie de redes sociais que têm a função relevante de encaminhar esses migrantes recém-chegados a postos de trabalho. Nesse caso, esse apoio possibilitou o acesso à compra de materiais, a informação do local para comprá-los, a condução dessas mulheres a esses locais, pois, na condição de migrantes recém-chegados, as suas mobilidades ficam comprometidas, considerando que desconhecem o espaço. A legenda do Jornal online *“Amazônia Real”* de 14/09/2018 ressalta o assunto acima: *“Voluntários acompanham mulheres indígenas no comércio de Belém, pode-se visualizar o apoio de valiosa importância a essas mulheres”* (BARBOSA, 2018).

Referindo-se sobre a acolhida desses povos, O jornal *“Diário do Pará”* online do dia 14/07/2018 estampou a seguinte manchete: *“Venezuelanos estão cada vez mais frequentes em Belém, que discute o acolhimento de refugiados no Estado”* (PARÁ, 2018). A Rede de Capacitação a Refugiados e Migrantes realizou um simpósio com o tema: *Como acolher e integrar? O encontro, com inscrições gratuitas e aberto ao público, contou com a participação de integrantes de comitês de refugiados e migrantes; comitês de acolhida; grupos de trabalho sobre empregabilidade; gestores e equipes de abrigos; servidores públicos; organizações da sociedade civil envolvidas no acolhimento, no abrigamento e na integração de refugiados e migrantes; jornalistas e estudantes* (MAGNO, 2018). Essa iniciativa contribuiu sobremaneira para o acolhimento dessa etnia.

Em reportagem online, o G1 de 10/04/19 publica a seguinte manchete: *“Indígenas venezuelanas refugiadas em Belém criam marca de artesanato e deixam de pedir dinheiro nas ruas”* (CARNEIRO; MONTEIRO; SÓTER, 2019). A reportagem evidencia que essa confecção de artesanato começou com apenas uma delas, chamada de “Lola”. Os materiais feitos foram expostos e vendidos via internet. Quando suas companheiras perceberam que tudo tinha sido vendido rapidamente, juntaram-se a “Lola” para ajudar também. Ainda na mesma reportagem, o G1, ao tratar da Produção de Redes para vendas, colocou em evidência a venda desse objeto cultural típico dos indígenas, para cuja confecção essas mulheres fazem uso de material e técnica manual. Elas dão a esse objeto um valor não apenas de moeda de troca, mas um valor afetivo, único, porque vai ser confeccionado por uma mulher indígena Warao migrante em solo belenense. Esse é um valor cultural.

Atualmente, a produção de materiais encontra-se diversificada: cestas, bijuterias, mantas, redes, dentre outras. Com a entrada do dinheiro, fica um capital para a compra de matérias-primas para a confecção da produção seguinte. Na cultura Warao, as mulheres que mais vendem ganham o título de rainha, que em geral são aquelas que saem com as crianças. Vê-se que a própria etnia valoriza as mulheres que conseguem se impor diante das adversidades enfrentadas. Esse é um valor que as estimula a lutar cotidianamente por sobrevivência.

Elas estão longe de se colocarem no padrão de uma mulher ideal, porque, segundo Beauvoir (1960), este é um mito que se constitui em uma construção social, e para as próprias Warao esse não é o foco, uma vez que essas mulheres deram uma resposta a si mesmas e também à sociedade esbranquiçada: são capazes; são construtoras de seus percursos em busca de melhores condições. Deram uma lição de vida.

Considerações finais

Neste estudo, procurou-se desenvolver, com base na análise de jornais online, reflexões relevantes sobre a migração da etnia Warao para a cidade de Belém do Pará, com foco na migração das mulheres

e na sua chegada a esse local, que as recebeu com “estranhamento”, o que é natural, porque o ser humano geralmente tem uma postura de ver os “outros” com uma perspectiva diferenciada.

O olhar dessa pesquisa percorreu também as trilhas da decolonialidade e do entendimento sobre o trajeto migratório, verificando como as mulheres Warao se depararam com uma sociedade esbranquiçada capitalista, diferente de seus costumes típicos de uma sociedade comunal.

Para a escrita deste estudo, tentou-se manter o afastamento de qualquer tipo de preconceito, com o intuito de evitar estereotipagem com os sujeitos envolvidos. Limitou-se, então, à leitura das reportagens e das imagens veiculadas consideradas relevantes para a composição desta pesquisa, a fim de tentar compreender de que modo esses sujeitos enfrentam suas vivências diárias na condição de migrantes, bem como efetuar a análise posterior, para compor a discussão e o diálogo com os teóricos.

O que foi verificado é que as causas que motivaram a migração da etnia Warao foram classificadas como de uma crise humanitária, pois lhes faltaram insumos básicos para a sua sobrevivência. E, sem condições de se manterem em seu país de origem (Venezuela), tiveram a iniciativa de migrar em busca de sobrevivência.

Em se tratando da luta pela sobrevivência em solo amazônico belenense, enfrentam inúmeras adversidades, dentre elas: falta de abrigo, doenças, indiferença e maus-tratos por parte da população local, porém um fator tão cruel quanto os outros foi o desrespeito com a sua cultura.

Percebeu-se, então, que a população local teceu comparações de seu modo de vida com o dos indígenas, julgando-os por pedirem doações com suas crianças, chamando as mulheres de preguiçosas, ladras, dentre outros lastimáveis adjetivos.

Considerando a luta pela sobrevivência em outro chão, as mulheres indígenas Warao fizeram o que estava dentro de suas possibilidades. Sem acesso ao mercado formal de trabalho e tendo o apoio de voluntários, alcançaram a sua marca de produção. Confeccionaram,

de forma manual, adereços de sua cultura e disponibilizaram a venda na internet, conquistando o seu poder de compra. Essa prática fundiu a cultura da comunidade Warao com a cultura da sociedade capitalista, na qual estão inseridas atualmente.

No que concerne às relações sociais vivenciadas por essas mulheres, ainda são mínimas, pois são rejeitadas em vários lugares por suas condições de migrantes sem expressão. O contato mais frequente é mantido com os voluntários que as apoiam por meio das entidades filantrópicas e governamentais que as auxiliam em Belém.

Espera-se que esta pesquisa tenha alcançado os seus objetivos, uma vez que a luta pela sobrevivência dessas mulheres migrantes Warao em solo amazônico belenense lhes oportunizou outra forma de sobrevivência que não somente a de serem categorizadas como pedintes. Essa visibilidade, determinada por um fator que expressou as suas vivências em outro chão, foi relevante para a desmistificação de preconceitos.

Referências

BAPTISTA, Olívia Cerdoura Garjaka. A proteção internacional das crianças refugiadas. In: **Revista de Direito Educacional**. Ano 2, v. 4. 2011. Ed. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2011.

BARBOSA, Catarina. **Os indígenas venezuelanos se deslocaram de Manaus em viagem de barco pelo rio Amazonas até o Pará**, 14/03/2018 às 22:15. <http://amazoniareal.com.br/migrante-cidadao-sobrevivencia-dos-warao-em-belem-e-santarem/>. Acesso em: 01/07/19.

BASTOS, Julia Pedroni Batista; OBREGÓN, Marcelo Fernando Quiroga. **VENEZUELA EM CRISE: O QUE MUDOU COM MADURO?** www.derechoycambiosocial.com. ISSN: 2224-4131. Depósito legal: 2005-5822 2, 2018

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

BELÉM. Belém decreta situação de emergência pela chegada de índios venezuelanos. **O Liberal/G1**. <https://g1.globo.com/para/noticia/belem-e-a-ultima-cidade-brasileira-a-decretar-situacao-de-emergencia-com-a-chegada-dos-indios-venezuelanos.ghtml>, 16/07/2018. Acessado em 01/07/2019.

BELÉM. Índios Warao refugiados da Venezuela, hoje ficam nas es-

quinas de Belém. **O Liberal/G1**. <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/belem-e-a-ultima-cidade-brasileira-a-decretar-situacao-de-emergencia-com-a-chegada-dos-indios-venezuelanos.ghtml>, 16/07/2018. Acessado em 01/07/2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade** (Série Sujeito e História). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO; Taimã; MONTEIRO, Glauce; SÓTER, Gil. **Indígenas venezuelanas refugiadas em Belém criam marca de artesanato e deixam de pedir dinheiro nas ruas**. Belém, 10/04/19. <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/04/10/indigenas-venezuelanas-refugiadas-em-belem-criam-marca-de-artesanato-e-deixam-de-pedir-dinheiro-nas-ruas.ghtml>. Acesso em 14/06/19.

CLARK, Patricia Robert. **Tribal Names in the Americas** [Nomes Tribais das Américas] (em inglês) 50ª ed. [S.l.]: McFarland & Company, 2009.

FRANCO, Marina. **Crise na Venezuela: veja a cronologia do agravamento da situação do país**. g1.globo.com/mundo/noticia/2016/05/crise-na-venezuela-veja-cronologia-do-agravamento-da-situacao-do-pais.html. Acessado em 06/07/2019.

LUGONES, María. **Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System**. *Hypatia*, 22(1):186–209, 2007.

LUGONES, María. **Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples**. *Pensando los feminismos en Bolivia: Serie Foros 2*. 1ª ed. La Paz, Conexión Fondo de Emancipación, 2012, pp.129-140.

MAGNO, Cintia. **Venezuelanos estão cada vez mais frequentes em Belém**. Sábado, 14/07/2018, 11:16:44 - Atualizado em 14/07/2018, 11:18:29. <https://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-523433-venezuelanos-estao-cada-vez-mais-frequentes-em-belem.html>. Acesso em 14/06/2019.

MUNSHI, Abdul Karim. **Networks in the Modern Economy: Mexican Migrants in the U. S. Labor Market**, *Quarterly Journal of Economics*, 2003 118(2), 549-599. DOI: 10.1162/003355303321675455.

OLIVEIRA, Patrícia Menezes de. **MIGRAÇÃO E COLONIALIDADE: PENSANDO O IMIGRANTE BRASILEIRO EM LONDRES**. *Revista Eixo*, Brasília – DF, v.5, n.2, julho-dezembro, 2016

ONU. Assembleia Geral. **Estatuto da Corte Internacional de Justiça**. 1945. Disponível no endereço: <https://news.un.org/pt/focus/migrantes-e-refugiados>. Acesso em 01/08/2020.

PARÁ. **Venezuelanos estão cada vez mais frequentes em**

Belém, que discute o acolhimento de refugiados no Estado. <https://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-523433-venezuelanos-estao-cada-vez-mais-frequentes-em-belem.html>. 14/07/2018. Acessado em 01/07/2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria de Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009.

ROCHA, Eliane. Migrante cidadão: a dinâmica dos deslocamentos dos índios Warao na Amazônia. Disponível em <https://amazoniareal.com.br/migrante-cidadao-a-dinamica-dos-deslocamentos-dos-indios-warao-na-amazonia/>. 2018. Acesso em 01/08/2020.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

UNITED NATIONS *SECRETARIAT*. **Trends in Total Migrant Stock: the 2003 Revision**. New York: Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2004.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.

SOBRE OS ORGANIZADORES:

LEANDRO MAYER - Doutor em História pela Universidade de Passo Fundo. Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo. E-mail: mayerleandro@yahoo.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2634728709712813>.

JOÃO VITOR SAUSEN - Mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista CAPES/DS. E-mail: sausenjoaovitor@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8386118706495105>.

PERÍODO REPUBLICANO BRASILEIRO:

PESQUISAS, ESCRITAS E FONTES

“Estudar a República é perceber, em um imenso território, o quanto as relações de poder “privadas”, com marcas específicas regionais, perpassam o tempo. O quanto o “clientelismo” se vislumbra nas relações de poder no micro como na organização estrutural de participação e representação no estado. As redes familiares, as redes sociais, as redes privadas se inter cruzam nas disputas pelo espaço público, as vezes adormecem, em outras se manifestam fortemente, e marcam a cultura política brasileira no transcorrer da República”.

Dra. Maria Medianeira Padoin